

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO: DOUTORADO**

**LIÈGE UCHÔA A. DE ARAÚJO**

**O VOTO E SEUS ENIGMAS: A DIMENSÃO  
SUBJETIVA DAS ESCOLHAS ELEITORAIS**

**Natal-RN  
2006**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**LIÈGE UCHÔA A. DE ARAÚJO**

**O VOTO E SEUS ENIGMAS: A DIMENSÃO SUBJETIVA DAS ESCOLHAS  
ELEITORAIS**

Tese de Doutorado em Ciências Sociais  
apresentada ao Departamento de Ciências  
Sociais do CCHLA - Centro de Ciências  
Humanas, Letras e Artes da Universidade  
Federal do Rio Grande do Norte.  
Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Brasília Carlos Ferreira.

**Natal/RN  
2006**

Araújo, Liège Uchôa A . de.

O voto e seus enigmas: A dimensão subjetiva das escolhas eleitorais/Liège Uchôa A . de Araújo. – Natal, RN, 2006.  
175 f.

Orientadora: Brasília Carlos Ferreira.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais.

1. Eleições – Tese. 2. Desamparo – Tese 3. Política – Tese I.  
Ferreira, Brasília Carlos. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

Catálogo da Publicação na Fonte/ Vanessa de O . Pessoa – CRB 4/1551

LIÈGE UCHÔA A. DE ARAÚJO

O VOTO E SEUS ENIGMAS: A DIMENSÃO SUBJETIVA DAS ESCOLHAS  
ELEITORAIS

Tese de Doutorado em Ciências Sociais  
apresentada ao Departamento de Ciências Sociais  
do CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras  
e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do  
Norte.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2006.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Brasília Carlos Ferreira – UFRN – Orientadora

---

Dr. Edgard de Assis Carvalho – PUC-SP – 1º Examinador

---

Dr<sup>ª</sup> Irllys Barreira – UFCE – 2º Examinador

---

Dr<sup>ª</sup>. Maria de Conceição Almeida – UFRN – 3º Examinador

---

Dr. João Emanuel Evangelista – UFRN 4º Examinador

---

Dr. Michel Zaidan – UFPE – Suplente

---

Dr<sup>ª</sup>. Eleonora Tinoco – UFRN – Suplente

## **AGRADECIMENTOS**

Esta tese, como todas as outras, representou tempos de dificuldades e de alegrias, momentos de compartilhamento e de solidão. No campo, enfrentando sozinha os obstáculos, tive que desenvolver meus próprios métodos de descoberta num mundo inicialmente desconhecido. Conteï com a paciência dos pesquisados diante da minha inesgotável curiosidade. São eles que enchem de vida estas páginas.

Agradeço inicialmente a Brasília Carlos Ferreira, minha orientadora, que leu atentamente as primeiras versões deste texto, dosando as críticas com comentários de incentivo. Foi ela também quem, sabiamente, me deixou livre para trabalhar no meu ritmo (uma vez que tomei a decisão de entrar para a Coordenação de Saúde Mental do Estado(RN) em meio à escrita da tese). A ela, agradeço toda a paciência e a confiança em que eu poderia dar conta do meu trabalho mesmo com tantas turbulências.

A Alípio de Sousa Filho, agradeço os comentários de incentivo e de crédito na temática da subjetividade dentro de um curso das ciências sociais. Os seus seminários sempre nos alimentaram com a ousadia teórica.

A Ruth Dantas e Ângela Pequeno, agradeço a grande contribuição da leitura atenta da versão inicial do meu trabalho, o que me ajudou a caminhar numa perspectiva mais consistente.

À Base de Pesquisa Mídia e Poder, agradeço os momentos criados para discutirmos a política na sociedade contemporânea. Em particular, agradeço as reflexões de João Emanuel e Spinneli.

A Bosco Araújo, agradeço a disponibilidade em ler os primeiros esboços do meu trabalho. Sua aposta nas minhas reflexões sempre foram motivadoras.

A Margareth Lima, amiga/irmã, agradeço pelas palavras de conforto e sabedoria, que muito me ajudaram a ir adiante quando, muitas vezes, tendia a desistir. Sempre foi uma ouvinte atenta, receptiva e perspicaz.

Aos outros amigos, que não participaram mais ativamente deste meu momento, agradeço o fato de existirem em minha vida, de me brindarem com suas valiosas amizades. Não os nomearei, pois a lista seria infundável.

Agradeço ao CNPq, pela bolsa concedida para realizar a pesquisa durante dois anos.

Finalmente, agradeço à banca de qualificação, que me dirigiu comentários generosos e estimulantes.

## RESUMO

Este trabalho analisa a dimensão subjetiva das *escolhas eleitorais*, através da noção psicanalítica do *desamparo humano*. Desenvolvemos essa noção tendo como referência o pensamento de Freud e Lacan e, acompanhada por pensadores das ciências sociais, nos aproximamos da realidade social, para “alcançar em seu horizonte a subjetividade de nossa época”. A condição de desamparado faz parte da estruturação do sujeito, do fato de ele precisar inteiramente do Outro para se constituir. No entanto o humano cria mecanismos para se defender de um desamparo absoluto, encontra modos de vida que facilitem a sua condição de ser. Os ideais e os pactos sociais são modalidades consoladoras, sem as quais o sujeito se fixa em suas particularidades, sem comprometer-se com um projeto civilizatório. Caracterizamos a sociedade contemporânea como aquela que, pela queda sucessiva de uma série de ideais, vem, cada vez mais, fomentando o desamparo. Na ausência de ideais sociais e políticos nos quais o eleitor possa se referenciar, percebe-se uma tendência, cada vez maior, para o individualismo e para a ausência de investimentos em projetos coletivos. Esse modo de operar se revela também na hora de escolher um candidato, que se pauta na lógica do particular, motivada por perspectivas pessoais, sem vínculos com a promoção da vida pública. A nossa pesquisa foi realizada em Natal, durante a campanha eleitoral de 2002. O nosso objetivo é entender, principalmente, a lógica das escolhas eleitorais da população da periferia, aquela que está diante de um duplo desamparo: o da sua condição humana e aquele advindo da precária situação de subsistência. Sustentamos a idéia de que o candidato, pela posição que ocupa na sociedade, detém a função de dar algumas garantias ao eleitor e, dessa forma, entra na série daquilo que pode aliviar e promover um alento na vida das pessoas. Mesmo considerando o fato de que o eleitor não acredita mais nos seus representantes, é isso o que se espera deles. Partimos das seguintes questões: como identificar a dimensão subjetiva da escolhas eleitorais e de que modo esta se revela na nossa contemporaneidade? Como acontece a escolha eleitoral da população que está à margem do sistema? A tese que defendemos é que o estado de desamparo é um substrato subjetivo que está na base de toda escolha eleitoral, mas que se configura de forma diferenciada a partir das referências do eleitor, do seu contexto histórico, dos fatores econômicos, etc. O sujeito, diante do seu desamparo, constrói caminhos para poder sustentar a sua existência, o que denominamos aqui de *projeto ordenador*. Esse fator ordenador é um dos elementos que motiva os eleitores a fazerem suas escolhas eleitorais.

**Palavras-chave:** Eleições. Desamparo. Política.



## RÉSUMÉ

Ce travail analyse *la portée subjective des Choix Électoraux* à travers la notion psychanalytique du *désarroi humain*. Nous avons développé cette recherche ayant pour référence la pensée de Freud et de Lacan et suivant les jalons posés par les penseurs des sciences sociales nous nous sommes rapprochées de la réalité sociale pour y « atteindre sur son horizon la subjectivité de notre époque ». La condition de désarroi fait partie de la structuration du sujet, du fait qu'il dépend entièrement de l'Autre pour se construire. Cependant l'être humain se crée des mécanismes pour se protéger du désarroi absolu, il trouve des arts de vivre qui lui rendent plus facile sa condition d'être. Les idéaux, les pactes sociaux ce sont des modalités de sécurité sans lesquelles le sujet fixe ses particularités sans s'engager dans le processus civilisateur. Nous caractérisons la société contemporaine par la chute successive d'une série d'idéaux qui fait monter de plus en plus le désarroi. Dans l'absence d'idéaux sociaux et politiques sur lesquels l'électeur puisse se repérer, nous remarquons une tendance vers l'individualisme et vers l'absence d'investissements dans des projets collectifs. Cette façon d'opérer se dévoile aussi au moment de choisir un candidat, ce qui se base sur la logique du particulier motivée par des perspectives individuelles, sans liens avec la promotion de la vie publique. Notre enquête a été réalisée à Natal durant la campagne électorale de 2002. Notre objectif est de comprendre surtout la logique des choix électoraux de la population de la périphérie, celle qui se trouve devant un double désarroi : celle de sa condition humaine et celle qu'advient de la précaire condition de subsistance. Nous soutenons que l'idée selon laquelle le candidat, par la position qu'il occupe dans la société, détient la fonction d'offrir quelques garanties à l'électeur et de cette manière il entre dans la série de ce qui peut soulager et promouvoir un certain réconfort aux personnes, même si l'on considère le fait que l'électeur ne croit plus à ses représentants. Nous sommes partis des questions suivantes: comment identifier la dimension subjective des choix électoraux et de quelle manière celle-ci se manifeste-t-elle de nos jours ? Comment se passe le choix électoral de la population qui est à la marge du système? La thèse que nous soutenons est que l'état de désarroi est un substrat subjectif qui est la base de tout choix électoral mais qui se configure de façon différenciée à partir des références de l'électeur, de son contexte historique, des facteurs économiques, etc. Le sujet, face à son désarroi, construit des chemins pour pouvoir soutenir son existence ce que nous appelons ici un *Projet Directionnel*. Ce facteur directionnel est l'un des éléments de motivation des électeurs dans leurs choix électoraux.

**Mots-clés:** Élections. Désarroi. Politique.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	20
<b>3 O DESAMPARO NA PSICANÁLISE</b> .....	27
3.1 DESAMPARO E LINGUAGEM.....	28
3.2 A EXPERIÊNCIA DE SATISFAÇÃO.....	32
3.3 ENTIDADE GUARDIÃ.....	35
3.4 A IDENTIFICAÇÃO.....	40
3.5 O <i>MARKETING</i> NA POLÍTICA: algumas reflexões.....	44
3.6 A RELIGIÃO.....	48
3.7 LIMITES DOS IDEÁRIOS ILUMINISTAS.....	53
3.8 CONCEPÇÕES DE MUNDO .....	60
<b>4 DESAMPARO E MUNDO CONTEMPORÂNEO</b> .....	65
4.1 A EXPERIÊNCIA DA MODERNIDADE.....	65
4.2 ENTRE O PASSADO E O FUTURO.....	72
4.3 O LUGAR DO MUNDO PÚBLICO PARA O SUJEITO.....	78
4.4 A SUBJETIVIDADE EM QUESTÃO.....	82
4.5 O LUGAR DA POLÍTICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	86
<b>5 FALAS E CONTEXTOS:</b> .....	92
5.1 APRESENTAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS LÍDERES COMUNITÁRIO.....	92
5.1.1 Depoimento 1.....	92
5.1.2 Depoimento 2.....	99
5.1.3 Depoimento 3.....	104
5.1.4 Depoimento 4.....	111
5.1.5 Depoimento 5.....	115
5.1.6 Depoimento 6.....	120
5.1.7 Depoimento 7.....	126
5.1.8 Depoimento 8.....	130
5.2 OBSERVAÇÕES SOBRE OS DEPOIMENTOS DOS LÍDERES COMUNITÁRIOS.....	135

5.3 DEPOIMENTOS DOS MORADORES PERIFÉRICOS, COM BAIXA RENDA E COM POUCA ESCOLARIDADE .....	138
5.3.1 Depoimento 1.....	138
5.3.2 Depoimento 2.....	141
5.3.3 Depoimento 3.....	144
5.3.4 Depoimento 4.....	148
5.3.5 Depoimento 5.....	151
5.4 OBSERVAÇÕES SOBRE AS ESCOLHAS ELEITORAIS DO SEGMENTO POPULACIONAL DA PERIFERIA.....	154
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>159</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>170</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As cidades, como os sonhos, são constituídas por desejos e medos, ainda que o condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.

Ítalo Calvino - Cidades Invisíveis

A idéia de fazermos uma pesquisa sobre a **dimensão subjetiva das escolhas eleitorais** surgiu após as eleições para a Prefeitura de Natal no ano de 2000. Naquele ano, candidatava-se ao cargo de prefeito, pelo Partido dos Trabalhadores, a então Deputada Estadual, e atualmente (em 2005) Deputada Federal, Fátima Bezerra (PT). Na ocasião, fazíamos parte da coordenação de sua campanha e, dessa forma, tivemos acesso a um conjunto de informações sobre o eleitor natalense relevantes para uma reflexão sobre os condicionantes do voto.

Durante a campanha, uma das atividades desenvolvidas foi um questionário denominado de “Operação Estrela”, elaborado com o fim de fazermos um levantamento acerca dos principais problemas enfrentados pela população, observarmos sua intenção de voto para a prefeitura, como também nos aproximarmos do eleitor. A análise desse material apontou a importância de adentrarmos na dimensão subjetiva como uma outra possibilidade de compreendermos as escolhas eleitorais da população.

Havia um item, nesse questionário, que interrogava sobre o grau de satisfação com a administração da prefeita em exercício, Vilma de Faria, que pleiteava a reeleição em 2000. Mesmo insatisfeitos e se dizendo enganados pela prefeita, tendo em vista o não-cumprimento de várias promessas de campanha, os eleitores optavam pela continuidade dela, enquanto a candidata Fátima Bezerra, que se apresentava com novas propostas e poderia representar a possibilidade de mudança para a vida da população, não conseguia a adesão do eleitorado. Percebíamos que, dentre os diversos fatores que poderiam explicar essa escolha, havia algo de natureza subjetiva que parecia estar em questão: apesar das restrições feitas à administração de Vilma de Faria, o que predominava na opinião do eleitorado era a imagem da mulher que olha pelos mais pobres, que faz muito pela cidade, aquela que está mais perto da população. Ou seja, ela reunia as

condições que permitiam a construção da imagem de um dirigente que sabe proteger o seu povo e condensava a esperança de continuidade. Esboçava-se, assim, um primeiro questionamento: por que a maioria da população teme tanto o novo?

Por termos feito parte da coordenação de campanha em 2000, tínhamos um interesse particular em entender as escolhas eleitorais daquele ano, no entanto optamos por fazer a nossa pesquisa acadêmica em torno das eleições de 2002<sup>1</sup>, que estava mais presente na memória do eleitor. Acreditamos que essa escolha não acarretou prejuízos para o entendimento das eleições de 2000, tendo em vista pensarmos que o processo da decisão do voto não se restringe a uma eleição em particular, apesar das peculiaridades de cada pleito. Procuramos deter-nos naqueles elementos que, de maneira geral, estruturam o processo eleitoral, do ponto de vista do eleitor, ou seja, aspectos subjetivos que podem entrar em cena toda vez que é preciso escolher o candidato.

Partimos do pressuposto de que as eleições tornam evidente aquilo que o cotidiano da política não nos permite reconhecer. Dessa forma, ao tentarmos desvendar as razões da escolha de um candidato, podemos chegar a um conjunto de informações que revelam o modo como cada eleitor se situa frente à realidade social e frente à própria vida.

As inúmeras pesquisas que refletiram sobre a temática do voto, ao procurar fatores explicativos para as escolhas eleitorais, constataram que são múltiplas as facetas de sua determinação e que essa é uma tarefa muito complexa, exigindo que o pesquisador faça um recorte daquilo que pretende observar no fenômeno.

A pesquisa que ora desenvolvemos toma como **objeto de estudo a dimensão subjetiva das escolhas eleitorais**, no intuito de lançar um olhar sobre um fenômeno que comumente é abordado sob o prisma da objetividade. Queremos demonstrar que o fenômeno eleitoral nos revela o modo como os eleitores constroem as suas referências simbólicas ao tentar escolher o seu candidato e explicita, por conseguinte, a sua maneira de se relacionar com a sociedade e dar um sentido à coletividade.

---

<sup>1</sup> Submetemo-nos à seleção para o doutorado em 2001, mas o período do trabalho de campo se deu em plena efervescência das eleições de 2002; desse modo, aproveitar esse momento eleitoral facilitava o processo da pesquisa.

Consideramos, assim, que o voto do eleitor é uma conseqüência da conexão de componentes simbólicos, subjetivos, articulados ao grupo social ao qual pertence, mas a adesão a determinados valores só se dá se esses valores repercutirem no imaginário de cada um, lugar subjetivo por onde o sujeito vai tecendo o mundo com as cores dos seus mecanismos fantasmáticos, ou seja, na sua particularidade.

Escolher um candidato exige, portanto, que cada eleitor se reporte a seus construtos identitários, às suas representações de mundo, que estão desde já determinadas pela articulação do sujeito com o Outro em sua condição simbólica.

Partimos de uma questão central: O que está em jogo para o sujeito no processo das escolhas eleitorais na sua dimensão subjetiva? Seria possível demonstrar o caráter subjetivo dessa escolha?

Norteadas por essa perspectiva da dimensão subjetiva, achamos relevante desenvolver a noção de subjetividade e sujeito em psicanálise, pois sua explicitação permite entendermos quanto é necessário a um psicanalista<sup>2</sup> dialogar com as ciências sociais para “alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época”.

As construções teóricas de Freud acerca do sujeito deixam evidente o caráter social da constituição deste, e Jacques Lacan procurou formular melhor essa condição do humano. Ao definir que o inconsciente é o discurso do Outro, ele coloca aquilo que é mais íntimo de cada um na dependência do que se passa fora dele. O inconsciente se produz a partir do laço social, entendendo-se por “laço social” aquilo que articula o sujeito ao Outro e com os outros, aquilo que o coloca frente a frente com a cidade e com a subjetividade de sua época. Dessa forma, o inconsciente pode ser concebido como as marcas que ficaram em cada um a partir da relação com o Outro, sem que se saiba a origem dessas marcas; aparece como estranho e próximo, ao mesmo tempo. Ele reflete o modo como cada um foi capturado pelo movimento simbólico da civilização, e isso é singular, mas um singular que está desde sempre articulado ao coletivo. Portanto, na perspectiva analítica, a oposição individual x coletivo não é válida. Existe historicismo na língua; ela traz em si a história e os traços fundamentais da civilização; portanto é relevante decifrarmos o movimento simbólico da civilização (o Outro) sobre o sujeito, permeado pela linguagem.

---

<sup>2</sup> Como psicanalista, sempre consideramos promissor o diálogo da psicanálise com outros campos do saber.

Dessa forma, subjetividade, em psicanálise, é aquilo que se precipita de uma certa vontade, de uma certa organização, e corresponde ao que poderíamos chamar “efeitos de sujeito” - que depende do Outro social -, e não a uma configuração qualquer que fosse próxima do indivíduo psicológico. Essa perspectiva coloca de saída o caráter político da subjetividade.

Sendo assim, não queremos tratar as escolhas eleitorais de forma reducionista, ou seja, separando os aspectos objetivos e os subjetivos, mas demonstrar como estes se articulam. Quando um eleitor justifica a sua escolha com base na personalidade do candidato, esse, certamente, é um elemento de referência subjetiva, mas que revela, concomitantemente, o valor que tal elemento possui dentro do grupo social ao qual o eleitor pertence. A partir dessa compreensão é que estamos considerando que as escolhas eleitorais presentificam alguns elementos que norteiam a relação do sujeito com a cultura e estão também mediadas pela subjetividade.

Achamos importante trazer esse debate sobre a relação sujeito-cultura articulado ao fenômeno eleitoral, tendo em vista que as diversas interpretações dadas às escolhas eleitorais passam pela maneira como o pesquisador compreende essa relação. Como não há sujeito fora da cultura, esta, como campo simbólico, precisa ser compreendida para que tenhamos acesso às subjetividades de cada época. Essa é uma discussão que pretendemos fazer, para termos acesso à dimensão subjetiva das escolhas eleitorais, pois acreditamos que essas escolhas são uma das formas possíveis para se responder ao que está em jogo na estrutura da sociedade.

A forma que encontramos para abordar a dimensão subjetiva das escolhas eleitorais foi utilizarmos-nos da categoria psicanalítica *estado de desamparo*, que permite evidenciar que, nessa escolha, o eleitor coloca em jogo seus medos, incertezas e desencantos. Sem essa análise do desamparo, não podemos compreender uma parte significativa da lógica das escolhas eleitorais. Com isso, queremos apontar que os laços afetivos têm conseqüências políticas e que, na base de toda escolha eleitoral, está a expectativa do eleitor em dar sentido à vida, como se esse fosse o modo que ele encontra para tornar-se seguro na sociedade, mesmo que tenha uma visão negativa da política e que desconfie dos políticos. Queixar-se do político, usando uma metáfora psicanalítica, é como reclamar do “Pai que esquece os filhos”: apesar de todo o descontentamento, o político, ainda assim,

representa aquele que pode realizar algumas das carências e fantasias do eleitor. Por isso estamos considerando que o momento eleitoral reatualiza todo o conflito que está na base da relação do sujeito com a cultura, em que a subjetividade articula um dos modos como cada sujeito aí se representa. É um momento em que percebemos se ele faz apostas nas mudanças incluindo-se no processo; se, ao contrário, coloca-se indiferente à construção social; enfim, como ele se vincula à sociedade.

A **tese** que defendemos, ao longo do nosso trabalho, é que esse estado de desamparo se apresenta como um estado subjetivo que está na base de toda escolha eleitoral, mas que se configura de forma diferenciada a partir dos quadros referenciais do eleitor, do contexto histórico, de fatores econômicos, etc. O sujeito, diante do seu desamparo, constrói caminhos para poder se sustentar na vida, tenta encontrar sentido para a sua existência, um projeto que, no nosso trabalho, estamos denominando de *projeto ordenador*. Esse fator ordenador é um dos elementos que motiva os eleitores a fazerem suas escolhas eleitorais. Pudemos ver esse percurso em todos os depoimentos dos líderes comunitários aqui transcritos. Para os outros entrevistados, aqueles de setores periféricos, com baixa escolaridade e renda, esse projeto apresenta algumas peculiaridades.

Os fatores culturais vão fornecendo o conteúdo daquilo que seria desamparo e segurança para o eleitor. A partir do lugar em que o sujeito se situa na escala social, a segurança (promovida por seu projeto ordenador) pode estar representada pelo partido político, pela assistência mais imediata, pela escolha de um vereador do bairro, pela indicação de um amigo, dentre tantas outras possibilidades.

Na esteira dessa discussão, podemos dizer que a condição estrutural do desamparo é que o sujeito não tem garantias e que tudo que o constitui ele deve inteiramente ao Outro, um Outro que, por sua vez, está também marcado por uma falta simbólica. Dessa forma, o humano é sempre um projeto por se realizar, está constantemente em construção, e o que ele é nunca é o bastante para que possa se definir como sujeito.

A cultura, com seus aparatos simbólicos, serve como um anteparo para os indivíduos. Os ideais, os pactos sociais são modalidades consoladoras, sem as quais o sujeito se fixa em suas particularidades sem comprometer-se com um projeto civilizatório. Os ideais culturais contemporâneos nos parecem pouco estabelecidos: enfraqueceram-se os modelos que organizavam as identidades, os



padrões ideais que até recentemente orientavam as formas de satisfação, de amor, de trabalho, de educar os filhos, de fazer política. Há um senso de igualdade e, portanto, uma certa indiferença aos valores hierárquicos. A globalização, porém, leva à multiplicidade de modelos sem hierarquia predeterminada. Hoje as relações sofrem influências globais, portanto as referências são múltiplas e tornam-se inválidas (FORBES, 2005). Essa caracterização não se prende a uma possível visão pessimista da realidade; acreditamos que, na falta de referentes mais claros, mais preestabelecidos, as pessoas possam se tornar mais inventivas, menos espectadoras e mais protagonistas, tendo em vista já não terem mais por que, ou pelo que, esperar. Está enfraquecida a figura de um Deus todo-poderoso, as utopias políticas também não mais orientam, portanto as pessoas estão mais desamparadas.

Segundo Forbes (2005), nós temos a chance de ser passageiros de uma mudança histórica sem precedentes; devemos, pois, explorar nossa vertente de invenção criadora de um novo laço social. As reflexões sobre o mundo atual precisam, enfim, entender a lógica da constituição do sujeito, para fazer desse momento uma passagem criativa e menos nostálgica em relação ao passado<sup>3</sup>.

Estamos, pois, argumentando que essas mudanças atualizam um modo de desamparo e, assim, promovem conseqüências na forma como os eleitores escolhem os seus representantes.

Mesmo considerando que o debate sobre as explicações do voto sempre foi apresentado tomando por base os grandes modelos explicativos, como clientelismo, identificação partidária, clivagens socioeconômicas, personalismo, aventuramo-nos a tratar as escolhas eleitorais pela vertente da subjetividade do eleitor. Mas, ao analisarmos as linhas gerais de cada modelo explicativo, encontramos fundamentos ali presentes que permitiram um diálogo com a nossa tese sobre o desamparo.

Partindo da leitura sobre o clientelismo, considerado elemento central no comportamento eleitoral no Brasil na década de 1960, observamos que ele estava associado a relações de dependência pessoal em que o processo político e eleitoral era um jogo de cartas marcadas, totalmente controlado pelos chefes políticos locais, numa conjuntura em que o eleitorado brasileiro era predominantemente rural, pouco

---

<sup>3</sup> Para ter acesso a essa discussão, ver o livro de FORBES, Jorge; REALE JÚNIOR, Miguel; FERRAZ JÚNIOR, TÉRCIO SAMPAIO (Orgs.) **A invenção do futuro: um debate sobre a pós-modernidade e a hipermodernidade.** São Paulo: Manole, 2005.

escolarizado e politicamente desinformado, não sendo, pois, capaz de perceber as propostas políticas nem de identificar seus próprios propósitos. Deixava-se manipular, seguindo a indicação do voto do chefe político, em troca de *proteção* e favores relativos às *necessidades imediatas*. Os chefes políticos podiam oferecer esses *benefícios* imediatos aos seus subordinados e agir coercitivamente, em virtude de sua posição como proprietários de terras e de sua influência junto ao poder público. Se o eleitor não votasse nos candidatos do coronel, poderia sofrer represálias, perder seu trabalho, ser expulso da terra, ser humilhado, sofrer agressões físicas, etc. (AMARAL, 1938; LEAL, 1949; VIANNA, 1930 apud SILVEIRA, 1996, p.11).

Essa caracterização do clientelismo está em consonância com nossa argumentação sobre a questão do desamparo. Cada época constrói as representações daquilo que poderia significar segurança, amparo, proteção. Os indivíduos, de acordo com as possibilidades que lhes são colocadas, vão tentando responder às modulações do seu destino, sempre negociando-o com aquele que estaria, supostamente, ocupando o lugar de detentor do poder sobre o destino de cada um. Quanto menos complexos são os elementos em jogo na sociedade, mais limitadas são as saídas para o conjunto da população, mais fácil é essa dominação. Os dirigentes políticos de prática clientelista detinham um forte poder de controle sobre os indivíduos, tendo em vista que os principais enfrentamentos políticos decorriam das disputas entre as famílias mais importantes das localidades e das regiões, dentro de um sistema agrário de produção cujo eleitorado era predominantemente rural (SILVEIRA, 1996).

Os eleitores votariam em função de pressões materiais, relações de subordinação ou identificação com lideranças personalistas. As relações clientelistas decorriam da forma de pensar o voto como algo negociável, que podia lhes proporcionar *maior segurança* em suas vidas, e eles escolhiam candidatos nas eleições em função da *manutenção* de sua *estabilidade*. Isso significa que, em qualquer tempo, mesmo nas sociedades mais avançadas, relações clientelistas podem ser mantidas (SILVEIRA, 1996).

A explicação para esse tipo de escolha está, obviamente, ligada à conjuntura do país, mas a questão subjetiva que a sustenta seria, conforme estamos analisando, a dimensão do desamparo.

A mesma análise vale para as outras modalidades de explicação para o voto, como, por exemplo, a *identificação partidária*. Estudos<sup>4</sup> sobre a identificação partidária apontam que os dados possibilitam prever resultados, mas não explicam a decisão do voto. A identificação com um partido pode ser estabelecida a partir de motivações distintas. Incapaz de diferenciar o conteúdo dessas motivações, o conceito mostra-se limitado, do ponto de vista explicativo (SILVEIRA, 1996).

Chama-nos a atenção o estudo de Silveira (1996), indicando que as taxas de identificação partidária no Brasil mantiveram-se elevadas no período em que se consolidou o *bipartidarismo* imposto pelo regime militar. A articulação que podemos fazer, a partir desse fato, com a questão do desamparo é que, com as modificações realizadas após a reformulação partidária de 1979, houve a pulverização e o enfraquecimento das identificações partidárias. O nosso estudo sobre o desamparo aponta que, quanto mais os princípios e referências estiverem demarcados e delineados, servindo de parâmetros claros e seguros para a população, mais o fator identificador ocorrerá. Sem esses referentes, falta o que dá motivação para a preferência partidária, ou seja, aquilo que estabelece o laço. Os partidos, com o decorrer das mudanças que estavam se processando então passaram a ser vistos como instrumentos que representavam somente os políticos, mas não os eleitores, e, dessa forma, não eram considerados confiáveis.

Atualmente, a identificação partidária somente é importante para a decisão eleitoral no caso do pequeno grupo de eleitores mais envolvidos com a política. A grande maioria de eleitores desprovidos de informação e saber político, que não exerce qualquer tipo de participação e está distante do mundo da política, não construiu identificações partidárias duráveis. A maior parte das identificações estabelecidas nos últimos processos eleitorais, como bem ressalta Silveira (1996), é pontual, fugaz e formada em função da imagem do candidato. Isso nos faz pensar no que Freud tratou como *miséria psicológica das massas*, um fenômeno que é mais eminente quando as forças sociais de coesão consistem primordialmente em identificações mútuas entre os indivíduos de um grupo, tendo em vista que os personagens dirigentes não assumem o papel importante que deveriam desempenhar na formação da massa (FREUD, 1981).

---

<sup>4</sup> AMARAL, 1938; LEAL, 1949; VIANNA, 1930 apud SILVEIRA, 1996.

Os *fatores socioeconômicos* sempre foram considerados relevantes na determinação do voto por inúmeros estudos realizados sob a perspectiva sociológica. A associação entre situação socioeconômica e preferência/opção partidária era explicada pela sociologia a partir do pressuposto de que o voto é social e estruturalmente condicionado.

Nessa perspectiva, ele não é um ato individual isolado, mas depende da ação de indivíduos que possuem certas características socialmente estabelecidas. Por conseguinte, os resultados eleitorais não seriam o somatório de um conjunto de decisões individuais, mas produto de relações socialmente construídas. Dessa forma, as decisões individuais somente podem ser compreendidas adequadamente no contexto mais amplo do comportamento dos grupos sociais e das estruturas sociais nas quais estão inseridas.

Novos estudos sobre comportamento eleitoral (Silveira, 1996) indicam que, nos processos eleitorais em que se verificaram diferenciações socioeconômicas importantes, os resultados não possibilitaram delinear padrões nacionais consistentes de alinhamentos regulares entre segmentos socioeconômicos e preferências por partidos e candidatos.

O comportamento da maioria dos eleitores também não poderia ser explicado, na atualidade, em função de alinhamentos classistas. A única exceção, segundo Silveira (1996), é o comportamento de parte do eleitorado petista, que se identifica com o PT por percebê-lo como partido que representa os trabalhadores e defende os seus interesses. Dos seus estudos, esse autor conclui que a maioria dos eleitores estabelece identificações pontuais e fugazes com a imagem dos candidatos, tornando, assim, os deslocamentos do eleitorado mais freqüentes e ampliando a instabilidade e a volatilidade eleitoral.

A diversidade de escolhas eleitorais dentro de um mesmo universo socioeconômico levou-nos a pensar na presença marcante de outros fatores em jogo no processo de escolha de um candidato. Os fatores de ordem econômica hoje, com o seu poder cada vez mais segregativo, fazem com que as pessoas com baixo poder aquisitivo sintam-se, cada vez mais, fora do processo político e se coloquem como deserdados de direitos e de um saber sobre a política, o que motiva uma posição de indiferença para com o processo eleitoral.

A dimensão do desamparo ajuda-nos a pensar que a escolha do candidato passa pela construção de uma imagem que acene com a possibilidade de uma vida

melhor e mais segura, uma imagem que, como nos diz um dos nossos entrevistados, “prenda a pessoa a ele”.

A tendência geral que observamos é, portanto, a de considerar limitado o alcance explicativo dos fatores socioeconômicos, tendo em vista que o eleitor já não se enquadra mais com facilidade; há sempre um conjunto de variações que dificultam localizar a lógica eleitoral nos dias atuais (SILVEIRA, 1996).

O *personalismo*, como fator explicativo para o voto, também permite uma articulação com os nossos estudos sobre o desamparo. O personalismo adquiriu sua expressão mais conhecida como relação de abrangência nacional entre líder carismático e massas populares somente no período de 1945 a 1964 (SILVEIRA, 1996), com a emergência de personalidades e lideranças políticas marcantes que gozavam de grande apoio popular e exerciam considerável influência no jogo político, como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, Carlos Lacerda, entre outros. No personalismo, as relações estabelecidas não dependiam exclusivamente de contatos e compromissos pessoais. A *proteção* do líder passava a ser feita principalmente através de atos impessoais, como decretos, leis e medidas governamentais que beneficiavam grandes contingentes populacionais. A identificação com a liderança política envolvia características simbólicas. O eleitor percebia o líder como uma pessoa dotada de virtudes e qualidades especiais que lhe proporcionavam *segurança* e construía uma identificação com base em admiração e veneração (SILVEIRA, 1996).

Detivemo-nos nessas teorias mais tradicionais da explicação das escolhas eleitorais para demonstrar que mesmo aí podemos encontrar elementos que permitem estabelecer-se um diálogo com a nossa tese sobre o desamparo.

A tese de doutorado defendida por Silveira (1996) representa, ao nosso ver, uma novidade no campo do comportamento eleitoral. Com precisão e detalhamento, ele analisa as modificações ocorridas no comportamento eleitoral no país nas últimas décadas. Ele entende que o aumento da volatilidade eleitoral está associado ao crescimento do novo eleitor não-racional, produto de modificações tecnológicas, políticas e comportamentais. Esse autor Silveira lembra-nos, entretanto, que votar no candidato e não no partido, o modo atual de escolha, não significa, necessariamente, um retorno ao mesmo personalismo anteriormente existente. Não se trata mais de um personalismo, na antiga acepção de uma identificação durável em função de fidelidade, paternalismo, tradição, veneração e devoção pessoal.

Grande parte dos eleitores que atualmente votam em função do candidato estabelece relações de identificação pontuais, efêmeras, voláteis, definidas eleição a eleição, tendo em vista os atributos simbólicos dos candidatos percebidos através da mídia (SILVEIRA, 1996).

A nossa tese não trata de comportamento eleitoral; tentamos apenas sustentar a importância da dimensão subjetiva das escolhas eleitorais, pretendendo lançar luz sobre alguns aspectos que nos causam constantes interrogações: o medo da novidade como um traço que aparece na hora das escolhas eleitorais; candidatos com uma imagem protecionista, por serem considerados presentes na vida da comunidade, e práticas pautadas mais no assistencialismo obtendo mais facilmente a adesão do eleitor. Observamos que uma variedade de dispositivos têm efeito sobre o comportamento eleitoral. O problema, ao nosso ver, está em saber por que eles têm incidência sobre os indivíduos.

Pretendemos com a nossa pesquisa: apontar que o estado de desamparo é um substrato subjetivo que está presente nas escolhas eleitorais e trazer elementos que permitam compreender, prioritariamente, as escolhas eleitorais da população da periferia bem como evidenciar que, através dessas escolhas, se revela a relação sujeito x cultura, particularizada pela subjetividade.

Buscando dar visibilidade e esclarecer o nosso propósito, abrimos o capítulo 1 com a introdução do tema abordado na pesquisa; no capítulo 2, discorreremos sobre os procedimentos metodológicos e, no capítulo 3, tratamos das concepções de Freud e Lacan sobre o tema do “desamparo”, para, dessa forma, justificarmos a importância desse tema no entendimento das escolhas eleitorais. No quarto nos propusemos articular esse conceito de “desamparo” à realidade contemporânea, tentando problematizar como, num contexto em que os ideais culturais estão poucos estabelecidos, o sujeito lida com o seu desamparo e como isso se reflete nas escolhas eleitorais. No quinto, apresentamos a nossa análise do trabalho de campo em que aparecem os depoimentos dos entrevistados, na intenção de situarmos de onde retiramos os nossos argumentos. Finalmente, nas considerações finais, apontamos algumas conclusões a que chegamos, destacando a importância da temática que trata da dimensão subjetiva para o entendimento das escolhas eleitorais.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A aventura de nos guiarmos pela dimensão subjetiva de uma escolha eleitoral não foi fácil, existiam muitas dúvidas e o temor de seguirmos por caminhos sem consistência. Qual seria a melhor maneira, numa pesquisa de campo, de nos aproximarmos da subjetividade? Precisávamos ter segurança diante de algumas pistas que se delineavam.

Era importante escolhermos pessoas que fossem representativas do segmento para o qual dirigíamos a pesquisa. As informações iniciais não foram nada animadoras. Ao ouvir as primeiras gravações, percebemos que precisávamos mudar o eixo das investigações.

O que nos atraía e que repelíamos, ao mesmo tempo, nesse trabalho de campo, era a possibilidade de rompermos uma barreira: aquela que separava a população pobre da outra classe, que gozava de inúmeros privilégios. Nós buscávamos entender a escolha eleitoral da camada mais excluída da sociedade. Mas como chegar até ela? Descobrimos que o agente comunitário de saúde<sup>5</sup> nos faria alcançar lugares de difícil acesso. Foram os agentes comunitários de saúde também que nos levaram até alguns líderes comunitários. Portanto nosso ponto de apoio para chegarmos até as pessoas que seriam entrevistadas foi o posto de saúde de cada bairro. Marcávamos com antecedência um encontro com o agente comunitário e de lá partíamos para os bairros, às vezes com ele, outras sozinha.

Da viagem não saímos a mesma: aprendemos, a duras penas, a cultivar o envolvimento compreensivo, isto é, a participação afetuosa e emocionada, nos dramas diários de uma população carente, sem nos deixar levar pela piedade, que desemboca no paternalismo e no não-reconhecimento da dignidade dessas pessoas.

O cenário com o qual deparamos era visivelmente marcado pelo abandono, pela miséria, pela degradação: ruas esburacadas, cheias de lama e de dejetos fétidos dos esgotos. Fomos tomada por um medo realista de nos enredar em malhas cujo controle nos escapasse. Mas, logo em seguida, o cenário mudava e observávamos meninos correndo ou soltando pipa no telhado, donas-de-casa

---

<sup>5</sup> O agente comunitário de saúde faz parte das equipes do PSF – Programa de Saúde da Família.

conversando no portão, homens jogando dominó na birosca. Esses sinais de miséria social e moral afetavam todo o nosso modo de operar e entender a vida; éramos constantemente tomada por alegrias e dores.

Nas idas e vindas, percebemos que, muitas vezes, fomos confundida com “mandante” de algum candidato: algumas pessoas demonstravam desconfiança e nos davam poucas informações. Com outras, estabelecíamos uma boa cumplicidade e a conversa fluía muito bem.

Na primeira fase da pesquisa saíamos para as ruas e conversávamos aleatoriamente com as pessoas que passavam - nas paradas dos ônibus, nas calçadas, nas lojas, padarias. Fomos montando um mapeamento que pudesse auxiliar-nos na etapa seguinte da pesquisa, aquela na qual nos articulamos com o agente comunitário. Foi nessas andanças que descobrimos a chave que nos abria as portas para caminhos mais incertos.

Compreendendo que a sociedade não é um ente uniforme, mas composta de segmentos distintos, que pensam e reagem de maneira diversificada, coube-nos procurar um procedimento metodológico que refletisse essa lógica. O método de coleta de dados que melhor se adequou aos nossos propósitos foi o da pesquisa qualitativa. Os dados resultantes de uma pesquisa qualitativa nos permitiam a compreensão de certos fenômenos sociais apoiada no pressuposto da relevância do aspecto subjetivo da ação social. Esses dados não eram padronizáveis, como os dados quantitativos, o que nos obrigava a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los.

Entendemos que cada indivíduo é a expressão da história pessoal e social, representativa de seu tempo, seu lugar, seu grupo, síntese da tensão entre a liberdade individual e o condicionamento dos contextos estruturais, isto é, que cada indivíduo singulariza em seus atos a universalidade de uma estrutura social. Desse modo, nos liberamos, para efeito desta pesquisa, dos aspectos numéricos.

Entre as técnicas qualitativas, optamos pela entrevista individual, semi-estruturada, que, do ponto de vista operacional, considerávamos como a mais adequada, tendo em vista permitir um maior aprofundamento e maior extensão do roteiro de questões e que o entrevistado desenvolvesse um fluxo de idéias, percepções e associações mais relacionado com a sua lógica de raciocínio ou com a sua forma de associar conteúdos.



As entrevistas foram divididas em dois eixos temáticos: **a história de vida nos aspectos mais particulares do entrevistado e sua história no coletivo.**

Elas começavam quase sempre pelo registro de dados pessoais e sinopses da história de vida do entrevistado e ele ficava bem à vontade quanto aos aspectos que iria selecionar para abordá-la. No segundo eixo, investigamos a sua inserção na comunidade, suas concepções sobre o coletivo, sua religiosidade, seu modo de tratar a política e os políticos, seus projetos de vida e suas escolhas eleitorais. O aspecto pessoal da entrevista marcava todos os outros campos quando procurávamos extrair deles reflexões sobre os temas da vida social do indivíduo.

O momento eleitoral pesquisado foram as eleições de 2002, quando o voto deveria ser dado para: presidente da República, governador, senador, deputado federal e deputado estadual.

Nós convivíamos com um Brasil tomado pela esperança: as pessoas que entrevistávamos acreditavam, em sua maioria, que uma nova ordem estava sendo gestada. O candidato Luís Inácio Lula da Silva, mais do que o PT, representava essa esperança. Nós também não estávamos imune a esse momento, o que exigiu um esforço para que nosso entusiasmo não prejudicasse a pesquisa. Quando nos víamos diante de um eleitor muito desacreditado da política, se instalava o desejo de conversar, trazer novos elementos para as suas reflexões.

Foram escolhidos dois momentos para realizarmos as entrevistas: o período que antecedeu as eleições e o momento pós-eleitoral.

Selecionamos os entrevistados que fossem representativos de posições ou lugares na sociedade tendo em vista os nossos objetivos: entender a escolha eleitoral da população periférica, sem escolaridade e sem renda, comparada à dos líderes comunitários. Essa escolha pretendia atender à discussão sobre singularidade x grupo social nos condicionantes do voto.

Nessa perspectiva, realizamos os trabalhos de campo com dois segmentos da população: um primeiro, de eleitores de bairros populares de Natal, localizados na periferia, de baixa renda e sem escolaridade; e um segundo, daqueles indivíduos considerados líderes comunitários nesses bairros.

O primeiro segmento foi escolhido porque a lógica das suas escolhas eleitorais tem sempre um caráter mais enigmático e porque, em relação à problemática do desamparo, que estamos desenvolvendo aqui, ele é o próprio paradigma, pois ao desamparo próprio da condição humana se superpõe o

desamparo relativo às suas condições de vida, uma vez que a política não consegue atender suas demandas, não fornecendo parâmetros mais seguros para essa parcela da população.

O segundo segmento, tendo em vista fazer parte de realidades e contextos parecidos com os do primeiro, foi escolhido para servir como medida de comparação, ou seja, para podermos observar como pessoas que partem de contextos semelhantes encaminham suas vidas de forma singular. Nessa perspectiva, pontuamos o aspecto das particularidades, os limites da estrutura, e seus desdobramentos nas escolhas eleitorais.

Essas lideranças, tendo em vista a vivência com o cotidiano do seu bairro, nos permitiram também ter acesso a um saber original sobre vários aspectos das escolhas eleitorais da sua comunidade. Procuramos entrevistar aquela liderança que fez uma escolha mais à esquerda e aqueles que votaram à direita, para percebermos o pensamento médio do eleitor de uma maneira geral. Partindo desse entendimento, obtivemos, através dos líderes comunitários, informações sobre política, escolhas eleitorais, projetos de vida, relação com a comunidade e sua opinião sobre o voto dos eleitores da periferia da comunidade. Lembramos, no entanto, que o nosso propósito era o de entender, principalmente, as escolhas eleitorais do primeiro segmento.

Ao lidar com o material que acumulamos ao longo da pesquisa, percebemos que estávamos, senão diante de dados de tipos diferentes, pelo menos diante de arranjos diversos da tensão sempre existente em qualquer classe social, entre o individual e o coletivo, entre o privado e o público, entre o próximo e o distante, entre o íntimo e o formal.

Combinamos com os entrevistados que eles ficariam anônimos, que não seriam identificados, uma forma de deixá-los mais à vontade para falarem abertamente.

Consideramos importante fazer entrevistas diversificadas em termos de idade e gênero; dessa forma, escutamos pessoas jovens, de meia-idade e idosos; do sexo feminino e do masculino. As mulheres eram mais tranqüilas para expor as suas idéias, se prontificavam, indicavam outras amigas que poderiam ajudar na pesquisa; os homens eram mais desconfiados: tínhamos que deixar claro que não vínhamos em busca de votos, que não éramos candidata a nada, para poder conquistarmos sua simpatia. Os jovens não gostavam de muitas perguntas: ficavam visivelmente

perturbados com as entrevistas. As perguntas pareciam implicá-los em um processo do qual eles se sentiam desligados. Os idosos nos traziam muitas histórias. Mas o que predominou foi a atitude generosa de nos aturarem como personagem sem grande utilidade, mas com quem gostavam de conversar. Como, para nós, a atividade de pesquisa não era mera técnica de obtenção de dados, vivemos uma relação social em que todos aprenderam a se conhecer.

Fizemos uma seleção dos bairros por zona distrital de modo a obtermos um mapeamento mais abrangente da cidade. Da Zona Norte, selecionamos os seguintes bairros: Santa Catarina, Redinha, Igapó, Favela da África; da Zona Sul: a Vila de Ponta Negra; da Zona Leste: Alecrim, Mãe Luíza e Rocas; da Zona Oeste: Cidade da Esperança, Felipe Camarão, Planalto.

Foram realizadas um total de 44 entrevistas, quatro por bairro. Em oito destas, os depoimentos são de líderes comunitários e, no restante – 36 –, são de eleitores da periferia dos bairros. No entanto, apresentamos em nossa tese apenas 13 entrevistas, para não tornar exaustivos os relatos, demonstrando como realizamos a tarefa de analisar os discursos. Dessas 13 entrevistas, oito são de líderes comunitários, e cinco são de moradores da periferia<sup>6</sup>. Porém todos os depoimentos (44) foram contemplados para efeito das nossas análises e conclusões. Colocamos na tese mais depoimentos dos líderes comunitários, apesar de quisermos entender as escolhas eleitorais dos moradores da periferia, porque nos depoimentos dos líderes, foram feitos comentários sobre o voto dos eleitores em geral, ilustrativos para as idéias que estamos desenvolvendo.

Esse conjunto de dados possibilitou uma diversidade de informações, permitindo-nos pontuar os elementos que nos revelassem a dimensão do desamparo como dispositivo subjetivo que entrava em cena quando do ato de escolha do candidato.

O critério para apontarmos a dimensão do desamparo nas escolhas eleitorais foi o de detectar, no discurso do entrevistado, a política como sendo uma possibilidade de saída para o seu estar no mundo, como um anteparo para os seus problemas e para o enfrentamento do cotidiano, mesmo que ela não aparecesse aí cumprindo o seu papel, mas sendo o que se esperava dela.

---

<sup>6</sup> Estamos denominando “periferia” os lugares mais pobres e sem assistência por parte do poder público, onde falta água encanada e com frequência os moradores utilizam as “gambiarras” para a obtenção da energia elétrica e estão abaixo da linha de pobreza.

Consideramos, ainda, a dimensão do desamparo ao percebermos que aqueles candidatos que tinham projetos permanentemente baseados no assistencialismo eram os que obtinham a maior simpatia por parte dos nossos entrevistados do primeiro segmento populacional (os moradores periféricos), sendo considerados por eles, como os bons candidatos.

Ainda nessa perspectiva, tentamos observar a articulação que havia entre o projeto de vida de cada eleitor e a escolha do candidato, revelando a dimensão da política como um amparo para os indivíduos. As queixas dos eleitores dirigidas aos políticos, o sentimento de estar sendo enganados e abandonados por todos eles, também foram elementos que puderam ser pensados como relacionados à questão do desamparo. Por fim, as características dos candidatos, sempre articuladas a uma imagem protecionista, complementaram o nosso estudo.

A interpretação dos dados foi baseada no método psicanalítico, aquele que nos permite inovar no uso dos poderes da palavra, indicando as pistas que elas fornecem sobre a posição do sujeito frente às suas escolhas na vida – aqui, no nosso trabalho, relacionada às escolhas eleitorais. Pinçamos desse método um aspecto básico: aquele que dá à palavra um lugar de fundamental importância quando se trata de lidar com a dimensão subjetiva. Ao analisarmos a estruturação dos discursos, fomos pontuando aspectos da subjetividade implicados no processo de escolha dos candidatos.

Além da pesquisa qualitativa, levamos em consideração, nas nossas elaborações: dados da Operação Estrela, dados de arquivos de jornais que comentaram sobre a tendência de voto do eleitor no ano de 2002, e resultados de pesquisas eleitorais, para complementar a coleta de informações.

Dos elementos discursivos, identificamos modos de o sujeito operar na vida e percebemos que eles se faziam presentes no momento da escolha do candidato. Esses elementos deram uma pista significativa da subjetividade articulada à dimensão do desamparo e apareciam também na hora de votar. A partir da análise dos depoimentos, observamos o seguinte. Primeiro, que havia uma **posição subjetiva** predominante do sujeito, ou seja, a marca central: por meio de suas ações e atitudes na vida, se esboçava a sua maneira de se relacionar e de se posicionar frente ao Outro - o campo simbólico, a linguagem e o social -, e frente ao outro - o seu semelhante -; portanto o seu modo de operar quando diante dos desafios da existência. Segundo, a partir daí, identificamos também que se delineava um **projeto**

**ordenador da vida do sujeito.** O projeto ordenador, de acordo com o que estamos desenvolvendo, indica aquilo que o sujeito constrói e que tem um caráter de seguridade e sentido para a vida, sendo, portanto, uma das formas possíveis de ele lidar com o seu desamparo.

A descoberta do projeto ordenador como uma categoria de análise para localizarmos a dimensão subjetiva das escolhas eleitorais se deu a partir dos depoimentos; não foi construída *a priori*: surgiu como consequência do processamento dos dados, do debruçar sobre os discursos.

Estamos considerando que o projeto que serve de amparo para o sujeito é um dos constituintes subjetivos que motiva as escolhas eleitorais. Ele pode variar de acordo com os anseios e perspectivas de cada um, ancorado no contexto social ao qual o sujeito está vinculado. Pode aparecer como um projeto a se constituir, ou seja, dependendo de um outro para que seja efetivado, e pode ser um projeto individualista ou voltado para o coletivo. Estamos considerando, em nossas análises, que esse projeto ordenador é sempre um dos elementos que mobiliza o eleitor a escolher um determinado candidato e é indicativo do seu modo de se relacionar com a política.

### 3 O DESAMPARO NA PSICANÁLISE

Neste capítulo, pretendemos fazer um caminho que permita mostrar com clareza a noção de *desamparo* na psicanálise. Esse percurso evidenciará uma concepção da relação do sujeito com a cultura que é relevante para a nossa pesquisa. Acompanhada pelo pensamento de Freud e Lacan, queremos demonstrar a pertinência desse conceito para uma reflexão acerca da dimensão subjetiva das escolhas eleitorais.

Começamos, então, por introduzi-lo na linguagem comum, na qual o desamparo está vinculado à idéia de abandono, de desproteção e insegurança. No dicionário de Aurélio Buarque, *desamparo* está definido da seguinte forma: “falta de amparo; abandono”. *Desamparar*: não auxiliar; deixar de sustentar, de segurar, de resguardar (BUARQUE, 1975, p. 439). Vê-se também, na linguagem comum, que a noção de desamparo está vinculada à idéia de que este seria conjuntural, ou seja, removidas as circunstâncias causais do estado de desamparo, o sujeito estaria, conseqüentemente, livre do desamparo.

Na psicanálise, porém, é preciso demonstrar como essa idéia de abandono e desproteção do sujeito assume um caráter mais específico. Na obra de Freud, a questão do desamparo não aparece de forma linear, mas como desdobramento de outras preocupações por ele levantadas acerca da condição humana. Portanto esse é um conceito que exige um trabalho ao longo da obra freudiana de modo a adquirir visibilidade.

A noção de desamparo aparece de forma mais destacável em dois contextos principais da obra freudiana. Num primeiro, como articulado à prematuração do bebê e à sua total dependência do outro para sobreviver e se constituir. Este seria o sentido inicial do desamparo presente na obra *Projeto para uma Psicologia Científica* (1895). Um segundo contexto é aquele em que Freud está pensando o lugar do *Pai* na relação do homem com a cultura, nos fundamentos dos *laços sociais*. Os textos que vão melhor deixar transparecer essa questão são: *Totem e Tabu* (1912), *Psicologia das massas e análise do eu* (1920), *O Futuro de uma Ilusão* (1927), *Mal-estar na civilização* (1930) e *Uma concepção de mundo* (1932).

Partimos do princípio de que o tema do desamparo é a conseqüência direta do fato de Freud estar pensando a constituição do sujeito em sua relação tanto com o outro, seu semelhante, quanto com o Outro do simbólico, da cultura.

Buscando entender como se efetiva essa constituição do sujeito, podemos, a partir de uma leitura atenta da obra freudiana, perceber que ela convoca à introdução de certos conceitos da lingüística. Freud forneceu as pistas<sup>7</sup> para que Lacan colocasse a problemática da linguagem no centro de tudo aquilo que diz respeito a essa constituição. A releitura que dela fez o psicanalista francês Jacques Lacan permitiu que não se perdesse essa originalidade de Freud. Dessa forma, queremos demonstrar como a questão do desamparo está relacionada à linguagem.

### 3.1 DESAMPARO E LINGUAGEM

Lacan já havia evidenciado, em várias passagens dos seus seminários<sup>8</sup>, que o sujeito se constitui por um processo de corte: sua inscrição na linguagem vai promover uma cisão radical entre aquilo que fica representado pelo significante e um resto, que permanecerá sempre mais além da possibilidade de significantização. Mas, como é da própria natureza do significante - e, portanto, do simbólico - ser a presença de uma ausência, a linguagem, ao mesmo tempo que engendra aí o desconhecimento sistemático dessa falha inaugural, imprime no sujeito o movimento de tentar dizer disso que restou sem significação, movimento esse que chamamos de desejo, ou, poderíamos dizer também, vontade de saber.

Trata-se de um desejo narcísico irrestrito, que Freud denominou, no seu ensaio sobre o “Mal-estar na cultura”, de “sentimento oceânico” e cujo conteúdo é enunciado como uma tentativa de “Ser-Um com o Todo”, ou seja, um desejo que aspira à fusão na totalidade. Portanto podemos entender que esse movimento que se inaugura a partir da inscrição do sujeito na linguagem é uma tentativa deste de Ser-Um com o Todo, ou seja, de tamponar a falta que se instaura no cerne do seu

---

<sup>7</sup> Essa afirmação pode ser demonstrada a partir dos primeiros textos de Freud: A interpretação dos Sonhos (1900); a Psicopatologia da vida cotidiana (1901); O chiste e sua relação com o inconsciente (1905); entre outros.

<sup>8</sup> O psicanalista francês Jacques Lacan proferiu 24 seminários, com o intuito de fazer um retorno às idéias de Freud, as quais considerou estarem se desfigurando a partir dos pós-freudianos.

ser; em outros termos, de dizer tudo, de ser todo. Como vemos, um caminho impossível. O desamparo é uma conseqüência direta dessa impossibilidade de ser todo, de ser completo, portanto sem faltas.

Constituir-se pela linguagem, desse modo, faz com que o ser humano depare com essa *impossibilidade*, tendo em vista o caráter simbólico da linguagem: o de ser uma estrutura em cadeia, em que um elemento remete sempre a outro sem que esses elementos se definam por si mesmos, produzindo uma falta, uma *falta-a-ser*, no sujeito.

Para Lacan, a linguagem é uma *estrutura*<sup>9</sup> que permite a entrada do sujeito no campo simbólico e que tem um valor fundante para o sujeito, um valor que edifica a subjetividade. A língua, em conseqüência das estruturas que define, aparece, na superfície, segundo oposições. Lacan considera que na língua não há mais que diferenças, sem supor uma substância, e tenta combiná-las. A função do Outro é o que se deduz desse caráter simbólico da linguagem, porque não se pode tomar um desses elementos sem remetê-lo ao outro. Dessa forma, a definição do UM, e de todo UM, está fora do sujeito, está no Outro e, nesse sentido, opera uma divisão que traz para o sujeito a dimensão do *alhures*, ou seja, a dimensão de uma Outra-coisa, que tantas experiências do sujeito atestam. Lacan vai dizer que o desejo, o tédio, a reclusão, a revolta, a prece, a vigília, o pânico estão aí para atestar essa dimensão do Outro no sujeito, como um princípio permanente das organizações coletivas. Na sua forma imaginária, esse outro aparece como uma nostalgia, um paraíso perdido, ou futuro (LACAN, 1998).

Partindo dessa perspectiva, podemos considerar que cada elemento da linguagem tem sua identidade fora de si e, devido a isso, introduz uma problemática no campo da identificação. Faz-se necessário, portanto, entendermos que o termo “identificação” não pode funcionar senão nessa dimensão em que os seres não têm sua identidade, em que essa identidade está fraturada, clivada, deportada, fora de si mesma. Por conseguinte, podemos deduzir daí que **desamparo e identificação** articulam-se da seguinte forma: por estar desamparado pela linguagem, o sujeito procura uma referência no Outro, na qual este surge como aquele de quem o sujeito

---

<sup>9</sup> Há laços que se mantêm entre o estruturalismo e a psicanálise, mas há também laços a serem desfeitos. O estruturalismo é um *anti-substancialismo*; propõe que se definam as magnitudes pelas relações, e não inversamente; e isso permanece, para a psicanálise, ineliminável. (Miller, 1992).



está sempre às voltas, como uma maneira de reafirmar a segurança da sua existência, aspecto que estamos apontando nas escolhas eleitorais.

Torna-se relevante entendermos que a incidência do sujeito na estrutura da linguagem só é possível ao ser ele colocado ao lado da *palavra*, definindo-se como um sujeito que fala.

Esse é um ponto decisivo, porque Lacan, contrariamente ao que faz Saussure, não estrutura a palavra como uma relação simétrica entre dois sujeitos, mas como essencialmente dessimétrica - ainda que mediadora - entre um e outro. Não há simetria entre o locutor e o ouvinte, senão pelo fato de o auditor estar em posição de *amo*, porque decide o sentido do que o locutor pôde dizer. E é a partir daqui, da estrutura da palavra, que o *Outro* se impõe com seu A<sup>10</sup> (maiúsculo). O Outro é o que podemos chamar “*testemunho*”, aquilo a que se toma como garantia. Essa garantia é dada porque esse Outro é a própria linguagem, o simbólico, é tudo aquilo que antecede o sujeito e o determina; não é o outro o meu semelhante. O Outro, escrito com “o” maiúsculo, refere-se sempre a essa instância mais ampla, que, em psicanálise, chamamos de *Grande outro*.

Estamos, portanto, diante de duas estruturas: a da linguagem e a da palavra. É a estrutura da palavra que faz furar a estrutura da linguagem. Através da estrutura da palavra algo é criado, inovado, acrescentado à estrutura da linguagem. A palavra é o que permite que o sujeito não se reduza à estrutura da linguagem. Claro que a palavra está subsumida na linguagem, mas a subverte, recria, inventa.

O sujeito está situado do lado da palavra, porém é essa conjunção de duas estruturas que vai dar nascimento ao que, em psicanálise, se designa como *sujeito barrado*. Ao falar, o sujeito depara com a impossibilidade de dizer tudo e, conseqüentemente, de ser todo. Isso obriga algo que excede a perspectiva estruturalista, aquela que requer que o conjunto dos significantes inclua a todos, que seja completo, que represente a todos e que, de certo modo, possa nomear a todos. Na perspectiva estruturalista, não existe, em uma língua, a palavra que falta para designar algo.

O significante de uma *falta no Outro* é o que constitui uma correção da hipótese estruturalista, porque tenta com essa falta inscrever, ao mesmo tempo, a

---

<sup>10</sup> Em francês, “A”, que advém da palavra francesa *Autre*, a qual quer dizer “outro”.

linguagem e a palavra; quer dizer, não somente a organização *sincrônica*<sup>11</sup> dos significantes, senão também sua sucessão *diacrônica*.

Esse caminho em torno da questão da linguagem pretende demonstrar como, em Lacan, o sujeito se constitui enquanto ser da linguagem, da fundamental falta-a-ser, por isso ele é desamparado.

O desamparo, por conseguinte, não pode ser pensado só como uma falta de recursos frente ao destino, às contingências da vida. O animal também não tem recursos diante dessas forças do destino, no entanto não há desamparo nele. Ele está completamente amparado, porque a imediatidade com que ele se insere na natureza não lhe permite que viva isso como desamparo.

A linguagem, como vemos, ao mesmo tempo que constitui o sujeito, deixa um resto não-assimilável, criando um vácuo, um fosso, entre o sujeito e o Outro, e essa falta se estrutura no sujeito como desamparo. O desamparo a que nos referimos é, dessa forma, a impossibilidade de a linguagem inscrever o **real**. Na terminologia lacaniana, a noção de **real** diz respeito a um dos registros da subjetividade (os outros dois seriam: o imaginário e o simbólico), em que ele aparece como algo que se mantém como uma noção irreduzível à lei simbólica e à representação. Na obra de Lacan, o real aparece como uma palavra excluída, que não encontra representação no campo do Outro e cujo destino é totalmente singular. Mas a noção de “real” está na dependência da operação simbólica. É através do simbólico que nós nos deparamos com alguma coisa que é impossível de ser representada. O real surge como um final de percurso: só se sabe que algo é impossível por ter tentado primeiramente e não ter conseguido.

Sem o *simbólico*, o sujeito não se saberia em falta; no real, como diz Lacan (1995), não falta nada. As construções *imaginárias* organizam-se para dar conta dessa inexorável *falta-a-ser*; seria uma organização que viria para preencher essa falta do simbólico.

Para a psicanálise, o imaginário é a dimensão das representações que diz respeito à imagem ou à reprodução de alguma coisa. Nas brechas advindas da estrutura simbólica, vem colocar-se o imaginário como tentativa de complementação a essa estrutura em falta.

---

<sup>11</sup> Sincrônico - estado de um fenômeno lingüístico, social, cultural, tomado num determinado momento, sem se considerar sua evolução no tempo, ou seja, sem a sucessão diacrônica (relacionada com o tempo).

A idéia de trazermos a dimensão do desamparo para a compreensão das escolhas eleitorais tem como fundamento o fato de que não se pode partir do entendimento ingênuo de que um eleitor está desamparado só porque lhe faltam as condições básicas de subsistência (desamparo conjuntural), mas porque a isso soma-se sua real dependência de um Outro para se constituir (desamparo estrutural). O caráter abissal do desamparo é o que permite apontarmos que não há nada que possa revogá-lo.

Se a política ocupa um lugar no imaginário social, como sendo o de poder responder por algumas demandas da vida do sujeito, é possível que ela possa ser tomada como uma das saídas para o desamparo humano. Dessa forma, a dimensão do desamparo estará presente em toda escolha eleitoral, embora adquira algumas especificidades entre os eleitores que estão num contexto de real abandono (público alvo da nossa pesquisa). Face ao desamparo estrutural, é necessário a construção de pontos de ancoragem que sirvam de referência para os indivíduos. A estruturação social é um dos fortes pilares para a constituição desses pontos: na ausência deles, se atualiza um estado de desamparo, que coloca o sujeito na dimensão da necessidade. Através dos relatos que apresentamos, as escolhas eleitorais dessa parcela da população são mais descomprometidas com um projeto para a sociedade e têm como alvo a própria subsistência. Se os aparatos sociais não acolhem as demandas da população, advém daí um descompromisso com o próprio processo civilizatório.

Na obra de Freud, vamos encontrar diversas passagens em que ele aborda a questão de como se efetiva a constituição do sujeito a partir da relação com o Outro. São diversas as nuances com que ele trata dessas relações bem como os pontos de impossibilidade para o sujeito daí advindos. Essas passagens são as que permitiram Lacan afirmar que se apóia em Freud para trazer a problemática da linguagem como central na constituição do sujeito.

### 3.2 A EXPERIÊNCIA DE SATISFAÇÃO

Os primeiros passos dados por Freud (1895) para desenvolver a questão da presença do outro na vida da criança resultaram na sua teoria da *experiência de*

*satisfação*. Ela é a eliminação da tensão interna causada por um estado de necessidade e advém do fato de o sujeito constituir-se inteiramente na relação com outrem. Dessa forma, influencia decisivamente a estruturação do psiquismo, estabelecendo-se, pois, *a necessidade de ser amado e protegido, que nunca mais abandonará o homem* (FREUD, 1981). É a partir dessa experiência que podemos entender os *afetos* e os *estados de desejo*: ela está ligada à concepção freudiana de um **estado de desamparo original** no ser humano.

Essa falta de defesa, ou de proteção original do ser humano, uma vez que este não é autofundante, converte-se na fonte primordial de todas as motivações morais (FREUD, 1981, p. 229). Se entendermos por *moral* o conjunto de princípios que regem a conduta humana, podemos considerar essa formulação de Freud como aquilo que justifica articularmos *desamparo* e *escolhas eleitorais*, tendo em vista toda escolha sustentar-se em torno de princípios.

A experiência de satisfação está associada à imagem do objeto (o seio materno) que proporcionou a satisfação, assim como à imagem do movimento que permitiu a descarga (a satisfação advinda desse processo). Como decorrência dessa associação que é estabelecida quando se repete o estado de necessidade (da mamada), surgirá imediatamente um impulso psíquico que procurará reinvestir a imagem mnemônica do objeto, reproduzindo a situação de satisfação original. “Um impulso desta espécie, é o que chamamos de desejo”. (FREUD, 1981, p. 230). A totalidade desse processo representa uma vivência de satisfação, que tem as mais decisivas conseqüências para o desenvolvimento funcional do indivíduo.

Essa tentativa de reprodução da satisfação original é o que Freud denominou “a busca do **objeto perdido**”, o qual o sujeito jamais encontrará, sendo justamente essa a condição do desejo. A satisfação é viabilizada por um Outro, que não poderá repetir essa primeira experiência, ficando, assim, na condição de um *alhures*, conforme apresentamos no início do texto. Toda essa experiência da relação com o Outro acontece sob o signo da linguagem: é a estrutura da linguagem que vai modelando essas trocas, que têm um valor fundante para o sujeito, um valor edificador da subjetividade. Portanto não podemos pensá-la de forma *substancialista*<sup>12</sup>, mas como estruturada a partir de correlações elementares que, ao

---

<sup>12</sup> O substancialismo é uma doutrina que se funda na diferença das propriedades intrínsecas dos seres. Implica, então, que existem substâncias concretas dotadas de propriedades, que podem ser consideradas em si mesmas.

se combinarem, tornam-se complexas. Nesse sentido, desvanece uma concepção da constituição do sujeito baseada nos mistérios, nas profundidades da hipótese do *em-si*.

Encontramos, desde já, uma das primeiras formulações presentes na obra de Freud, a qual nos permite articular desamparo a uma impossibilidade (a impossibilidade de o sujeito encontrar o primeiro objeto da sua satisfação), de onde partiu o psicanalista Jacques Lacan.

Freud insiste sobre a dependência da criança de um outro para se constituir justamente porque esse *Outro* é o simbólico, a linguagem, que vai ser *transmitida* através daquele que cuida da criança. Lacan escreve a palavra com um “O” maiúsculo para diferenciar do outro com “o” minúsculo, que é o semelhante, também inserido no campo simbólico. Sem esse acesso à linguagem, o sujeito não se diferencia, marcadamente, dos animais. Tendo em vista não possuir um *instinto*, ele se molda a partir dos traços que recebe inteiramente do Outro. Não é pelo fato de ter todos os seus órgãos fonadores preparados para funcionar que lhe está garantida a fala; ou seja, sem esse Outro da linguagem, do simbólico, o sujeito, como tal, não existiria. Sendo o desamparo a consequência de que o sujeito, na relação com esse Outro, não fica inteiramente representado, advém daí uma busca permanente por essa representação. Ele precisa desse Outro para responder sobre a sua existência. Não são poucos os artifícios construídos pelo sujeito para fazer frente a esse desamparo.

Partindo da concepção freudiana de que o ser humano está marcado por uma total dependência do Outro para se constituir e de que dessa marca advém a eterna necessidade de ser amado e protegido que nunca o abandona, acreditamos que os construtos imaginários, que podem trazer algum tipo de conforto diante do desamparo, estão mais precários na população que está numa condição de real abandono por parte do poder público. Dessa forma, criam-se as condições para que a figura do político venha a estar investida de um imaginário protecionista como aquele que pode dar um destino diferente a cada um. Se não dá, é porque é “ruim”, pois se quisesse daria.

Todos os textos freudianos aqui referidos tratam de apontar essa condição humana de estar sempre em busca de uma entidade guardiã, seja ela um líder, uma missão ou, ainda, uma concepção de mundo, o que nos permite articular o desamparo ao contexto das escolhas eleitorais.

### 3.3 ENTIDADE GUARDIÃ

Vejamos, então, como Freud trata dessa entidade guardiã. Segundo ele, é o pai<sup>13</sup>, como função alteritária, que introduz o sujeito na cultura e, portanto, promove sua entrada na linguagem, através do corte que ele estabelece entre a criança e a mãe. Esse ato possibilita à criança dar contornos ao desamparo, atribuindo-lhe significação, uma vez que o pai possibilita colocar no lugar dessa falta estrutural os *ideais*. O pai sendo, pois, aquele que permite um certo amparo, todo desamparo apela para um pai.

Em *Totem e Tabu* (1912), já podemos encontrar, de maneira engenhosa, essa articulação entre a função paterna e a entrada do sujeito na cultura, bem como as impossibilidades advindas dessa relação homem x cultura.

Pensamos que *Totem e Tabu* é um livro que trata de forma mítico/metafórica o advento da linguagem para o sujeito e, dessa forma, inaugura a teoria de Freud do fundamento do social e da cultura. Aqui, ele propõe que os fenômenos tabus e totêmicos constituem a via real para a exploração do vínculo social.

O autor analisa, para sustentar as suas hipóteses, informações sobre os aborígenes australianos, que, segundo o testemunho dos antropólogos, são as tribos mais selvagens até então conhecidas. As questões que ele tenta responder através do seu estudo são, principalmente: a origem do totemismo e da lei da exogamia, a emergência dos tabus a partir da ambivalência dos sentimentos, e o papel da projeção na constituição das crenças religiosas e das instituições sociais. Ele quer também estabelecer as condições a partir das quais seja possível pensar a *origem do social*, os fundamentos da sociedade e da cultura.

Para responder às suas indagações, Freud apresenta diversas concepções de outros pensadores acerca desses fundamentos, dialoga com todas elas, até chegar a sua construção de um mito originário, ao mito do Totem e Tabu.

A Freud não escapou o aspecto precisamente mítico de sua construção. Ficou claramente estabelecido, para ele, que se tratava de um mito necessário, como se observa desde as primeiras linhas de Totem e Tabu:

---

<sup>13</sup> A noção de “pai”, em psicanálise, deve ser entendida enquanto função simbólica, denominada por Lacan de “função paterna”, que não deve ser confundida com a do “pai” da realidade; é um terceiro elemento, que faz mediação entre a mãe e o filho, introduzindo, dessa forma, a alteridade.

Tentamos, neste livro, deduzir o sentido primitivo do totemismo de seus traços e sua sobrevivência infantil, dos aspectos pelos quais ele se manifesta durante o desenvolvimento de nossos próprios filhos. As relações estreitas que existem entre o totem e o tabu parecem oferecer novas bases a esta hipótese; mas, supondo mesmo que esta se revela finalmente como inverossímil, nem por isso deixo de avaliar que ela terá contribuído, numa certa medida, para nos aproximar de uma realidade desaparecida, e tão difícil de ser reconstituída (FREUD, 1981, p.1746).

Portanto, é ao mito simbólico do pai da horda primitiva que devemos nos referir para tentarmos circunscrever de maneira mais aprofundada a essência conceitual da noção de “Pai” em psicanálise, já que é dele que esta recebe toda a sua consistência, para daí a articularmos com o desamparo.

Freud expõe esse mito ao fim de numerosas análises antropológicas. Sem retomar o curso desses ricos desenvolvimentos, vamos deter-nos na *tese do pai primitivo*, tal como ele desenvolve em seu estudo.

Ele se refere à formação de um grupo humano qualquer em sua relação com um chefe, ou seja, à constituição de um laço fraternal<sup>14</sup> articulado ao ideal do eu, a uma certa imagem do pai. A horda primitiva, tal como desenvolvida por Freud, seria um bando de irmãos vivendo sob a tirania sexual forçada. Excluídos, nem por isso deixam de acabar constituindo-se numa força suficiente para contestar o despotismo paterno. Sua união lhes permite, assim, “realizar aquilo que cada um deles, individualmente, teria sido incapaz de fazer” (FREUD, 1981, p. 1838).

Os irmãos, unidos por sua certeza de vingança, terminam decidindo pela condenação, pela morte, do tirano. Matam-no e o consomem no decorrer de um repasto canibalesco:

Que tenham comido o cadáver do pai, nada tem isso de espantoso, dado que se trata de canibais primitivos. O ancestral violento era, certamente, o modelo invejado e temido de cada um dos membros dessa associação fraterna. Ora, pelo ato da absorção, realizavam sua identificação com ele, apropriando-se cada um de uma parte de sua força (FREUD, 1981, p. 1838).

---

<sup>14</sup> Em *Totem e Tabu*, Freud fala de “laço fraternal”, que, no seu texto de *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, ele vai tratar como “identificação”.

Freud insiste, então, no caráter *ambivalente* dessa festa canibalesca: basta admitir que o bando fraterno, em estado de rebelião, era animado, perante o pai, por sentimentos contraditórios, que formam o conteúdo ambivalente do complexo paterno. Eles odiavam o pai, que se opunha tão violentamente a sua necessidade de poder e a suas exigências sexuais, mas, ao mesmo tempo, o amavam e admiravam. Depois de tê-lo suprimido, depois de haverem aplacado o ódio e realizado a identificação com ele, se entregaram a manifestações afetivas de uma ternura exagerada, o que fizeram sob a forma de arrependimento. Assim se teria engendrado o *sentimento de culpabilidade*, a partir do *remorso* pela ação cometida: “O morto tornava-se mais poderoso do que jamais fora em sua vida [...]” (FREUD, 1981, p.1839) .

Os irmãos sentem-se culpados por terem matado o pai que temiam e que amavam (pela ambivalência de sentimentos). Decidem, então, renunciar (para que não se repita com cada um o mesmo que acontecera ao pai da horda) ao objeto do desejo, pelo qual se tinham ligado; paralelamente, mitificam o pai, instituindo-o como totem, ou Deus, emblema transcendente, respeitado e venerado, vivido como fundador do grupo. Segundo Freud, a primeira encarnação da moral é figurada pelo sistema totêmico:

Este era uma espécie de contrato com o pai, pelo qual ele prometia tudo o que a imaginação infantil pode esperar de tal pessoa - sua proteção e carinho - em troca da promessa de respeitar sua vida, isto é, de não repetir com ele o ato que custara a vida ao pai verdadeiro (FREUD,1981, p.1840).

Nessa perspectiva, o totem seria, em primeiro lugar, o antepassado do clã e, em segundo, seu *espírito protetor* e seu *benfeitor*, que conhece seus filhos e os *protege nas situações de perigo*. O totem seria a primeira forma de substituição do pai (FREUD,1981).

Essa passagem indica quanto, para Freud, essa necessidade de ser amparado acompanha a condição do homem. A história, mesmo que se pautando, em seu início, num momento mítico, nos brinda com a maneira pela qual essa busca de proteção e seguridade vai sendo delineada, articulações que nos permitem pensar no lugar desse Outro, na fundamentação dos laços sociais e, por conseguinte, são reflexões interessantes para o nosso entendimento sobre as escolhas eleitorais, tendo em vista que elas se situam dentro de um contexto que



requer a escolha de um dirigente, cuja função é, entre outras, permitir a segurança do sujeito, com todos os conflitos e crise que a sua figura carrega na atualidade.

A morte do chefe da horda, possuidor das mulheres e castrador dos filhos, conduz, portanto, à sua transformação. Ele se torna a garantia da vida coletiva, o representante do grupo tanto para os membros desse grupo como para os grupos exteriores, aliados ou inimigos e, sobretudo, o ponto a que o “coletivo” pode recorrer cada vez que deparar com o perigo.

Fica bem delineado, nas reflexões de Freud, que, com o ato parricida, o gozo<sup>15</sup> não se dá, como imaginavam os filhos. Erige-se, em consequência disso, o totem e moldam-se os pactos simbólicos: o mínimo de exogamia para que a coletividade pudesse continuar. Então, partindo daí, podemos dizer, em poucas palavras: a invenção do totem, e as formas dos pactos que vão existir, são maneiras de marcar, simbolicamente, aquele ponto no qual havia alguma coisa que era impossível à coletividade (o gozo) e que os filhos só conheceram depois que mataram o pai. O gozo é impossível, é o real, mas essa impossibilidade é contornada através de leis e pactos que permitem pensá-lo como proibido. Pode-se deduzir daí que é fundamental numa cultura o engendramento de pactos, de leis, como forma de manter o desejo e afastar o gozo, que, em Freud, é mortífero, é um pacto de morte.

Ao articularmos o desamparo a uma impossibilidade para o sujeito, podemos ver, no estabelecimento de pactos, alianças, formas de amparo para o sujeito. Nessa linha de raciocínio, podemos pensar que o gozo, em seu caráter de impossibilidade, se coloca como aquilo que faz advir o desejo. O desejo, portanto, articula-se a uma

---

<sup>15</sup> O conceito de “gozo” em psicanálise, não é de fácil apreensão. Tanto em Freud como em Lacan, o gozo não se confunde com desejo: ele não é o prazer: é nocivo, é um mal para o sujeito, porque está no princípio de sua abolição. Provam isso: o histérico, que se desvia dele, por asco; o obsessivo, que não ousa aproximar-se dele, por medo de ser engolido; o perverso, cujo prazer (e não o gozo) consiste em forçar o outro a gozar, isto é em fazê-lo sofrer; só o psicótico está mergulhado, enredado no gozo. O que o sujeito pode dizer da dor que sente por isso, contra a sua vontade, mostra bem como ela é insuportável para ele. Lacan elaborou o estatuto do gozo segundo diferentes modalidades. O **gozo do Outro** é o gozo originário, apresentado como mítico. Ele só tem o seu sentido retroativamente, pela incidência do significante, que barra o seu acesso ao sujeito. O mito freudiano de *Totem e Tabu* o representa como o pai da horda, o pai que gozava de todas as mulheres. O **gozo fálico** é o gozo que resulta da sua codificação pelo significante e assume a sua significação fálica no Édipo. O objeto **a** é o **mais-gozar**, ou seja, o resto de gozo que escapa ao processo da significância, mesmo produzindo-se por ele. Lacan afirma que a lei (que depende da linguagem) se erige sobre a lei do prazer, proibindo o gozo ao sujeito. O gozo é buscado porque representa a consumação do sujeito com o objeto da sua satisfação, embora esse encontro seja impossível.

lei que proíbe o gozo. De acordo com Jorge (2000, p. 144), o incesto aparece na história do sujeito como proibido:

Porque ele é estruturalmente da ordem do impossível: porque simplesmente não há tal objeto que seja o objeto do gozo absoluto. O tabu do incesto é o nome dado pela cultura ao impossível que está em jogo o tempo todo para a sexualidade humana; pode-se até mesmo supor que ele vem, por outro lado, amenizar o impacto traumático produzido pelo fato de não haver tal objeto afirmando que há, sim, mas que é proibido.

O incesto, ou o desejo pela mãe, é o desejo fundamental, como Freud o articula. Mas, para que a palavra subsista, é preciso que a mãe seja proibida. Pois, se ela pudesse satisfazer inteiramente o desejo do sujeito, as demandas se tornariam inúteis, a palavra se aboliria e o desejo, que se determina pela demanda, se extinguiria; o sujeito, como falante, desapareceria, por sua vez.

A partir dessas reflexões, podemos compreender porque o parricídio é indispensável à criação da cultura: ele nos introduz no mundo da culpabilização, da renúncia, da instituição de uma função paterna na origem da humanidade, da necessidade da referência a uma lei externa transcendente, que se manifestará na cultura através das organizações sociais, das restrições morais e da religião.

Freud estava convencido de que o principal motivo da vida em sociedade são os laços que os homens estabelecem com os símbolos transcendentais graças aos quais dariam consistência ao ser. Esses laços sociais asseguram aos irmãos um mínimo de ser, permitindo articularmos o *desamparo* a uma questão da *função paterna*, como veremos repetir-se ao longo dos outros textos a que estamos referindo-nos aqui; ou seja, à necessidade constante, da condição humana, de uma entidade protetora.

O “Pai”, como função alteritária, permite ao sujeito um certo amparo, retirando-o da sua condição de estar numa relação de desejo de fazer-se “um” com a mãe, portanto, sem lugar. O sujeito, portanto, numa posição de dependência, preso entre o desejo e a identificação. Sem a referência paterna, nenhuma cultura é concebível.

Passamos, então, do tempo primordial da horda, conduzida por um tirano onipotente, caracterizado pela recusa do amor e pelo manejo da força, ao tempo da

história tornada possível por essa primeira infração da ordem, que foi a decisão unânime do crime.

Enfim, podemos encontrar em *Totem e Tabu* elementos que nos ajudam a pensar o lugar do desamparo nas escolhas eleitorais. Esse retorno a uma concepção, mesmo que mítica, da nossa origem nos faz ver que a sociedade atual revela-se uma construção que, ressalvadas todas as modificações que o tempo se encarrega de reorganizar, indica a necessidade que o humano possui de construir mitos, ritos, pactos simbólicos que o tornem mais protegido.

A posição que ocupa um candidato faz com este possua a *função simbólica* de representar aquele que poderá tirar o sujeito do seu inexorável abandono. O que estamos apontando é que essa dimensão do desamparo sempre estará presente quando o que está em jogo é o *destino* de cada um, embora reconheçamos que o contexto histórico dos grupos sociais e a particularidade de cada sujeito estabelecem formas diversificadas de lidar com esse desamparo estrutural.

O fator identitário é o que se depreende dessa relação com o Outro, uma temática freudiana que consideramos fundamental para o nosso estudo sobre o desamparo.

### 3.4 A IDENTIFICAÇÃO

A dimensão identificadora está presente em um grande número de textos de Freud, mas onde ele a trabalhou com mais detalhes foi em *Psicologia das massas e análise do eu (1920)*.

Podemos articular a identificação com o desamparo na medida em que consideramos a identificação como um dos modos possíveis de o sujeito contornar a sua condição de desamparado. Se a condição de estar desamparado deve-se a um fato de estrutura, o de precisar de um Outro (o simbólico) para se constituir, a identificação é precisamente essa modalidade que permite um certo amparo para o sujeito, viabilizado pela função paterna. A identificação seria um modo de procurarmos no outro algo que nos justifique, ou seja, o suporte das nossas referências, para minimizar nossa condição de desamparados. É nesse sentido que

colocamos o candidato dentro dessa cadeia simbólica na qual o sujeito tenta se representar.

Freud (1920) procura elucidar o que torna diversos indivíduos um grupo e quais são as razões que explicam o comportamento da pessoa que faz parte de uma “massa”. Visa, portanto, evidenciar a natureza dos *laços sociais* através do *mecanismo da identificação*, mecanismo de índole individual e, ao mesmo tempo, coletiva, que surge no momento inaugural da descoberta da alteridade:

Na vida psíquica individual aparece sempre integrado, efetivamente, “o outro” como modelo, objeto, auxiliar ou adversário, e deste modo, a psicologia individual é ao mesmo tempo e desde o princípio psicologia social, em um sentido amplo, porém plenamente justificado (FREUD, 1981, p. 2563).

O outro, como modelo, aparece aqui como referência, como a norma que designa nosso vir-a-ser. Portanto a relação que o indivíduo mantém com o outro, seu semelhante, visa poder reconhecer na imagem daquele que está a seu lado o que lhe concerne particularmente. E isso se efetiva na medida em que esse próximo porte um *traço de identificação* que ambos têm em comum, que permita ao indivíduo reconhecê-lo como “irmão”, e se *assegure de sua própria existência*.

A problemática identificatória está centrada na aceitação da lei. Não se trata mais aqui do chefe da horda, a quem os irmãos queriam matar em ato; o pai agora é morto, simbolicamente, quando o sujeito incorpora os seus atributos através da identificação. A identificação é, portanto, uma forma de matar o pai simbolicamente.

Na psicanálise, a identificação é conhecida como a manifestação mais antiga de um enlace afetivo com outra pessoa. Ela se efetiva a partir de um especial interesse que a criança manifesta por seu pai: quer ser como ele e substituí-lo em tudo, faz do seu pai seu ideal.

A identificação equivale a uma operação de abertura à realidade externa. A introdução do pai na relação entre a mãe e a criança opera uma decepção, que é fundamental e fundante da existência do sujeito. É uma decepção porque a criança apercebe-se de que não é o que “pensava” ter sido até então, isto é, ela e a mãe não são uma totalidade complementar. O pai é, pois, quem determina a função do Outro na constituição do sujeito.

Segundo Freud, a identificação presente nos grupos seria o resultado da transformação de um sentimento primitivamente hostil, derivado da inveja infantil, ou

seja, da competição pelo amor dos pais, como um direito do qual todos os demais estariam excluídos. Frente à impossibilidade de concretizar tal pretensão, a hostilidade se inverte e surge, como *formação reativa*, a exigência de que todos sejam tratados da mesma maneira, isto é, que ninguém goze dos privilégios dos quais cada um se sente intimamente excluído. Nessas circunstâncias, a condição de tal transformação é a presença, real ou imaginária, de uma pessoa exterior ao grupo, cujo amor há de ser igualmente distribuído por todos os seus membros: a identificação recíproca exige, assim, a posição do líder como aquele para o qual convergem as aspirações libidinais inibidas quanto ao fim, e é somente porque todos o amam que a hostilidade mútua pode ser vencida (FREUD, 1920).

Para Freud, o enlace recíproco dos indivíduos de uma massa a um líder é da natureza de tal identificação, baseada em uma ampla comunidade afetiva, podendo-se supor que essa comunidade repousa na modalidade de enlace com o dirigente pelo qual se sente representada.

Freud ressalta que esse dirigente deverá possuir determinadas atitudes pessoais: deverá estar fascinado por uma *intensa fé* (em uma idéia) para poder fazer surgir a fé na multidão; deverá possuir uma *vontade potente* e imperiosa, susceptível de animar a multidão, carente por si mesma de vontade; e deverá ser dotado de um poder misterioso e irresistível: o *prestígio*. Prestígio é, segundo Freud (1920), “uma espécie de fascinação que um indivíduo, uma obra ou uma idéia exerce sobre nosso espírito”.

Freud comprova que a identificação aspira a conformar o próprio *eu* analogamente ao outro tomado como modelo, isto é, a ser Um com o Todo. Quanto mais importante for a comunidade, mais perfeita e completa poderá chegar a ser a identificação. O dirigente serve para substituir um ideal próprio não alcançado do eu, através do mecanismo da identificação. O ser humano encontra uma dificuldade particular para se definir, não consegue saber quem é; tenta, dessa forma, ordenar uma representação no nível da imagem do outro.

A dinâmica da sociedade seria a da catástrofe se o dirigente não estivesse presente. Graças ao chefe que cada um tem, ou inventa para si, se necessidade houver, aquilo que falta tem um nome, ou seja, o que não dá certo no destino de cada um vai encontrar explicações no outro. O dirigente sempre terá boas razões para explicar por que as realizações não acontecem: a situação econômica, a seca – que não permite uma boa colheita –, a violência, a inflação, a guerra no Iraque, etc.

Há um impossível de se realizar na relação do sujeito com a cultura, uma impossibilidade que o dirigente justifica como contingente. Daí advém a necessidade da sua presença, como um elemento que estabiliza a convivência social.

Consideramos que a identificação é um elemento fundamental no ato das escolhas eleitorais, no entanto observamos que os dirigentes não têm, de maneira geral, servido como um pólo consistente de identificação para a população. O modelo político fomentado pela lógica do mercado - como um objeto a ser consumido - retira do dirigente esse lugar de constituinte dos laços sociais. Ele passa a ser mais um dentre os objetos oferecidos pelo mercado; transforma-se numa mercadoria. Em consequência disso, a sua imagem está hoje indefinida e fragmentada.

Os eleitores escolhem os seus representantes identificando-se com traços que não têm relação com a política, ou seja, o projeto social do candidato é baseado em traços que são irrelevantes (beleza, simpatia, etc.), embora reconheçamos que as características do candidato que se apresentam como indicadores de segurança e de proteção exercem maior poder de sedução sobre a população. A imagem do salvador, do bom moço, e rico, como ocorreu na eleição de Collor de Melo, são traços que proporcionam uma ampla identificação das massas. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, no entanto, demonstra como a construção de uma imagem que propicie uma identificação mais consistente (construída com base em valores que permitam aos eleitores acreditar de fato numa mudança para as suas vidas) é fundamental para a eleição de um candidato.

Os sujeitos sabem que as eleições podem definir o destino de cada um, mas encontram dificuldade em definir as suas escolhas, dada a forma como estas se apresentam, seu caráter apelativo e a ausência de um sentido simbólico de agregação. Os traços dessa definição são, geralmente, efêmeros, desarticulados, pontuais. O eleitor está geralmente desmotivado para votar. Podemos entender que o momento da escolha de um candidato remete à condição de um equilíbrio, de uma harmonia, assegurada pelo dirigente. O indivíduo precisa do coletivo e de um dirigente que possa servir de mediador. Essa é a razão por que ele precisa de um lugar puramente significante, um ponto virtual que lhe permita reapropriar-se dessa imagem. Esse lugar virtual é constituído pelo dirigente. Ele circunscreve esse lugar do ideal do *eu*, indicado por Freud. Quando esse ideal do *eu* é destruído em diversas circunstâncias históricas, um povo, com grande probabilidade, atinge uma

grande miséria, o que Freud (1930) denominou de *miséria psicológica das massas*, um perigo que é mais iminente quando as forças de coesão entre as pessoas consistem primordialmente em identificações mútuas entre os indivíduos de um grupo, tendo em vista que os personagens dirigentes não assumem o papel importante que deveriam desempenhar na formação da massa<sup>16</sup>.

Observamos, através das nossas entrevistas, pistas significativas, que nos permitem indicar que a população, de uma maneira geral - e na nossa pesquisa, em particular, a de baixa renda<sup>17</sup>- vive uma crise no tocante a seus representantes políticos: estes não têm servido de mediadores na relação do sujeito com a cultura. A relação com o semelhante precisa dessa regulação cultural porque, sem isso, o que se observa é uma auto-segregação, que supõe a solidão de cada um com o seu gozo, devido à perda de peso dos ideais como referência.

### 3.5 O *MARKETING* NA POLÍTICA: algumas reflexões

Podemos pensar aqui no lugar que o *marketing* ocupa na atualidade, considerando que ele vai estar articulado a essa lacuna deixada pelos dirigentes políticos, que necessitam de artifícios que sirvam de elo entre eles e o eleitor.

Para Freud, a massa é uma reunião de indivíduos que substituíram seu ideal de eu por um objeto exterior a cada um, em conseqüência do qual se estabelece entre eles uma recíproca identificação de eu, por isso precisam da ilusão de que um dirigente ame a todos de forma justa e igual, como uma forma de manter a sua coesão. Esse é geralmente o discurso fomentado pelo *marketing*, que constrói a imagem do dirigente baseado naquilo que a população precisa ouvir, necessitando, pois, de estar constantemente informado sobre as demandas desta através das pesquisas eleitorais.

Através do *marketing*, pode-se amenizar a falta desse dirigente que tanto a população procura: a de um pai provedor, mantenedor da ordem, protetor, que dá seguridade aos indivíduos e que mantém a estabilidade. José Penteado Filho (1987,

---

<sup>16</sup> Ver Psicologia das massas e análise do "eu" (1921)

<sup>17</sup> A parcela da população por nós pesquisada. Há indícios de que essa crise da representatividade é geral, no entanto não foi o nosso propósito fazer essa análise geral.

p. 8), no livro *Marketing: o que é?*, define o *marketing* “como o conjunto de atividades desenvolvidas por uma instituição, no sentido de satisfazer os desejos e as necessidades dos consumidores e, ao mesmo tempo, atender aos interesses da instituição”. Através das necessidades e desejos humanos, os marketeiros chegam ao produto. Para esse autor, “os produtos só existem em função de sua capacidade de preencher uma expectativa ou um desejo que o consumidor já tenha previamente”. Como os sujeitos se utilizam de objetos para tentar dar conta da falta, da incompletude do ser, a ética dos marketeiros é uma ética da promessa da completude: prometem tamponar essa falta. Avaliamos, portanto, que o *marketing* político é um sintoma da falta de um lugar para a política na vida do cidadão. Ela não responde mais às aspirações do cidadão e, dessa forma, torna-se necessário um dispositivo que venha dar contornos a essa crise dos ideais políticos e sociais.

Nessa perspectiva, a imagem do candidato que o *marketing* constrói é aquela cujos atributos se firmam na vida particular, tendo em vista que a coisa pública não empolga, não serve mais como um referente para o eleitor. Essa imagem tenta dotar o candidato de ideais que venham proporcionar ao sujeito a seguridade almejada.

Através dessas características, constrói-se para o eleitor menos prevenido uma realidade que não existe, o que induz a escolhas que não se sustentam em fatos concretos, mas na ficção. O *marketing* político, portanto, trabalha com os ideais, ou seja, sempre que faz uma pesquisa, tanto no nível qualitativo quanto no nível quantitativo, procura ver qual é o ideal de um produto para os sujeitos. É nessa busca do objeto ideal que o sujeito se enlaça, na tentativa de se defender do impossível, ou seja, da sua condição de desamparado. Diante do desamparo, o que ele precisa é justamente a garantia de que o seu *ser* será preservado.

Em suma, o *marketing* político infla o imaginário social dos sujeitos. Tenta dar conta do seu mal-estar, na ilusão de lhes dar a completude.

Lembramos, no entanto, que o trabalho do *marketing* induz, mas não define, as escolhas eleitorais, tendo em vista que as pessoas não absorvem passivamente as informações e conteúdos transmitidos pelos meios de comunicação; elas interpretam de forma distinta as mesmas mensagens veiculadas pela mídia e fazem diferentes leituras sobre o significado dos fatos, acontecimentos noticiados e comentados, construindo e modificando a sua própria representação da realidade. O uso das informações recebidas diferencia-se conforme a visão de mundo de cada um, ou seja, as referências valorativas e simbólicas dos indivíduos. Não podemos



negar, no entanto, a força que os meios de comunicação vêm apresentando na construção de um sentido, induzindo as pessoas a opiniões que são por eles construídas e articuladas.

É útil destacar aqui uma passagem das reflexões de Moore Jr., quando ele diz:

Para muitos indivíduos, especialmente aqueles situados na base da pirâmide das sociedades, a ordem social é uma coisa boa em si mesma. Eles detestam a interferência violenta e caprichosa em suas vidas cotidianas. As pessoas apoiarão ainda que parcialmente atemorizadas, um líder que prometa paz e ordem (MOORE Jr., 1987, p. 45).

Nessa perspectiva, os traços estabelecidos como parâmetros de escolha são, geralmente, aqueles tomados pelos sujeitos como representando a manutenção de uma certa ordem. Essa representação da ordem estaria em consonância com as representações que esse mesmo indivíduo faz do seu ser.

Se, para garantir a estabilidade subjetiva, ou seja, para estar amparado, for preciso, por exemplo, votar em alguém corrupto, assim o eleitor fará. Aquele que não se julga um homem de ação, estará fadado a escolher o político mais assistencialista; aquele cujas realizações passam pelo âmbito das amizades, poderá atender à indicação de um amigo. Portanto proteção e ordem estariam relacionadas ao que para o sujeito representaria o seu ser na sua relação com o mundo.

Nessa perspectiva é que consideramos interessante trazer para essa discussão um aspecto presente na modalidade identificatória fornecida por Zizek (1992). Ele lembra que nossa idéia principal e espontânea da identificação é a de modelos, de ideais a serem imitados, de fábricas de imagens. Esse autor lembra que não podemos fixar-nos apenas nesse aspecto identificatório, tendo em vista que o traço do outro mediante o qual nos identificamos geralmente é oculto; ou seja, não é necessariamente uma característica de prestígio. O traço de identificação também pode ser uma certa falha, uma fraqueza, uma culpa do outro – isso explicaria o fato de certas escolhas eleitorais serem, aparentemente, tão contrárias aos interesses da população, do ponto de vista da política. Disso resulta que, ao enfatizarmos a deficiência de um candidato, podemos, inadvertidamente, estar reforçando essa identificação. Ainda na concepção de Zizek, a ideologia direitista, em particular, é muito hábil em oferecer às pessoas a fraqueza ou a culpa como traço de

identificação. O autor cita como exemplo Hitler, em cujas aparições públicas, as pessoas se identificavam com seus ataques histéricos de cólera impotente (ZIZEK,1992).

No Brasil, poderíamos pensar no fenômeno Eneas, que se elegeu como o deputado federal mais bem votado em São Paulo em (2002). Construindo um discurso conservador e se manifestando com um semblante de revolta e indignação, num curto espaço de tempo, ele fornecia ao eleitor elementos para a sua identificação: o eleitor, também sem espaço na vida, se identifica com aquele que, de modo contundente, esbraveja contra os que o oprimem.

As contribuições que a temática da identificação nos oferecem vêm demonstrar, portanto, que o traço identificatório possibilita um certo amparo para o sujeito. Deduzimos daí que, nas escolhas eleitorais, os traços com os quais o eleitor se identifica seriam aqueles que dariam a ele um sentido de segurança.

Na esteira dessa discussão, pode-se pensar, ainda, no porquê de a participação política ser tão escassa e, particularmente, no de as eleições aparecerem geralmente como algo estranho à população, desarticulado do seu cotidiano, principalmente no caso da população de baixa renda. O grau de indiferença e hostilidade em relação aos políticos, ou a escolha movida por puro gosto, por simpatia, passam pela falta de ideais culturais, em relação aos quais o candidato nada representa.

Os candidatos procuram se revestir com o discurso que agrada à população. A maioria não tem projeto político mais amplo, oferece pequenos benefícios, através de práticas meramente assistencialistas e paternalistas, e isso de nada ajuda para o envolvimento político da população de baixa renda. Várias das nossas entrevistas apontam exatamente nessa direção, ou seja, o nosso terceiro capítulo vai demonstrar, através dos depoimentos, quanto essa realidade se evidencia.

A pesquisa de Silveira (1996) sobre “O novo eleitor não-racional”, ao abordar as características desse novo eleitor, parece corroborar o que estamos apontando:

A escolha desse tipo de eleitor é feita a partir dos elementos que considera confiáveis, captados através da sua sensibilidade, o que ele “gosta” e o que lhe passa impressão agradável. Ele não sabe explicar racionalmente o seu gosto e identificar suas percepções e sistemas de preferências implícitos [...]. Ele não consegue traduzir em palavras e argumentos lógicos a justificação da escolha realizada (SILVEIRA, 1996, p. 116).

Estamos considerando que essas características articulam-se à crise da política na era globalizada, em que os referentes culturais estão escassos, criando-se as condições de possibilidade para uma *miséria simbólica do sujeito*.

Nessa perspectiva, podemos dizer que a civilização preenche uma função que é essencial: a de oferecer referentes culturais e a de “nos defender contra a natureza”. A vida dos homens em estado “natural” é difícil de suportar: está sujeita a “terrores” cotidianos e sempre gravemente ameaçada. O homem aspira, então, a ser protegido e consolado. É esse o papel que a civilização vai assumir, mas, como, apesar de tudo, ela se estrutura como um conjunto de restrições, ele vai encontrar desafogo nas idéias religiosas, principal fonte de consolo e de proteção.

### 3.6 A RELIGIÃO

Essa é a questão central que Freud irá tratar no seu texto, de 1927, “*O futuro de uma ilusão*”, no qual a religião aparece como *paradigma da ilusão*. Nesse artigo, Freud se revela ainda um teórico *iluminista*, isto é, um autor que investe no horizonte aberto pela razão científica, para a construção do mundo e, para isso, é necessária a superação das ilusões humanas.

Nesse texto, Freud parte do princípio de que o homem é um potencial *inimigo* da civilização, sendo necessário que a cultura se defenda contra o indivíduo. Todos os mandamentos civilizatórios, organizações e instituições respondem a essa defesa protegendo a civilização dos *impulsos hostis dos homens*. Mas tais interdições são sempre renovadas, visto que o homem manifesta sempre sua tendência a transgredi-las. Essas observações de Freud indicam, pois, que temos de nos contentar com o fato de que todos os homens abrigam *tendências destruidoras – anti-sociais e anticulturais* – que, em grande número, são bastante poderosas para determinar sua conduta na sociedade humana. Desse modo, a *educabilidade do homem* estabelece limites à efetividade de tal transformação cultural. Para Freud, uma porcentagem da humanidade permanecerá sempre associada, por consequência de uma disposição patológica ou de uma exagerada energia pulsional. *Porém se conseguirmos reduzir a uma minoria a atual maioria hostil à cultura teremos alcançado muito, talvez todo o possível.*(FREUD, 1981, p. 2964).

Entendemos que o sentimento inconsciente de culpabilidade – fruto dessas pulsões destrutivas e anti-sociais – e o medo do abandono são, para Freud, uma possibilidade de explicar aquilo que La Boétie denominou “enigma da servidão voluntária”. Na obra intitulada Discurso da servidão voluntária, escrita no século XVI, La Boétie(1990) indaga como é possível que burgos inteiros, cidades inteiras, nações inteiras se submetam à vontade de um só, em geral o mais covarde e temeroso de todos. De onde um só tiraria o poder para esmagar todos os outros?

Duas são as respostas de La Boétie a essa questão. Na primeira, ele mostra que não é por medo que obedecemos à vontade de um só, mas porque desejamos a tirania. A segunda, porém, vai mais fundo. Partindo de uma nova pergunta – de onde vem o próprio desejo da tirania? –, ele responde: do desejo de ter bens e riquezas, do desejo de ser proprietário. A tirania existe e persiste porque não somos obrigados a obedecer ao tirano e aos seus representantes, mas desejamos voluntariamente servi-los, porque deles esperamos bens e a garantia de nossas posses. Usamos nossa liberdade para nos tornarmos servos.(La Boétie, 1990). Ou seja, pela culpa e pelo medo do abandono, as pessoas se submetem às autoridades a quem devotam poderes. Essa discussão é atual quando se trata de entendermos as escolhas eleitorais, uma vez que podemos pensar que a consciência e a liberdade são trocadas ou negociadas como garantia da própria condição de existência.

Podemos pensar também que, se as restrições culturais afetam mais determinadas classes sociais, é de se supor, como nos lembra Freud, que as *pessoas oprimidas* desenvolvam grande hostilidade para com a cultura, tendo em vista serem as que trabalham para que ela seja possível, mas da riqueza daí advinda não lhes chega mais que uma cota mínima. “Uma civilização que deixa insatisfeito um grande número de pessoas, impulsionando-as à revolta, não merece a perspectiva de uma existência duradoura”(FREUD, 1927).

Essa configuração social dificulta o processo de internalização das interdições necessárias à sobrevivência da civilização, podendo ser uma das explicações possíveis para a questão da violência.

Uma outra vertente colocada por Freud dessa mesma questão do processo civilizatório é a constatação de que a civilização não se realiza somente pela internalização das interdições; ela funciona e se mantém também pelas *satisfações narcísicas* que essas interdições despertam em seus membros. Na medida em que os homens participam de seus ideais e de suas criações, apóiam-se neles para

compará-los com os manifestados por outras culturas. Nessa perspectiva, a *satisfação narcísica* extraída do *ideal cultural* é, segundo Freud, um dos poderes que com maior êxito atuam contra a hostilidade adversa à civilização dentro de cada setor civilizado. Não só as classes favorecidas gozam desses benefícios da civilização, mas também as oprimidas. O direito do indivíduo a depreciar aqueles que não pertencem à sua civilização o compensa das limitações que ela lhe impõe:

Caio é um mísero plebeu, esmagado pelos tributos e pelas prestações pessoais, mas também é um romano, e como tal participa da magna empresa de dominar outras nações [...]. Esta identificação dos oprimidos com a classe que os oprime e explora é, contudo, apenas um fragmento de uma totalidade mais ampla, pois, além disto, os oprimidos podem se sentir afetivamente ligados a seus opressores, e não obstante sua hostilidade ver neles seu ideal. Se não existissem estas relações, no fundo satisfatórias, seria incompreensível que certas civilizações se tenham conservado por tanto tempo, apesar da justificada hostilidade de grandes massas humanas (FREUD, 1981, p. 2966).

Nessa perspectiva é que, para Freud, a religião aparece como um instrumento inventado pela civilização para conciliar os homens com suas mazelas e também com aquilo diante de que ele é impotente: a morte, os cataclismas naturais, o terror inerente à pequenez do homem e à desproporção entre seus próprios recursos e os da natureza. Ela preenche essa função criando a *ilusão*<sup>18</sup> de que esses fenômenos são apenas aparentes, e que os deuses – ou Deus – velam por sua *proteção*. Esse alguém é fruto de uma projeção, pela qual o pai infantil é transformado em Deus, e a condição humana assimilada à de uma criança indefesa.

A religião ensina que os sofrimentos humanos fazem parte de um programa universal que nos transcende, e no qual ocupam um lugar só conhecido dos deuses; que o *destino*, sob sua aparente crueldade, é o instrumento do castigo e da salvação; e que, no fundo, vale a pena sofrer, pois tal é o preço da felicidade futura e perene. A função essencial da religião é, assim, a de oferecer um *consolo* frente à dificuldade de viver.

A providência bondosa mitiga os perigos da vida; sua *ordem moral universal* favorece a esperança de reduzir a *injustiça*; a *imortalidade* diminui o terror da aniquilação definitiva pela morte. Além disso, sendo uma *prática social*, ela

---

<sup>18</sup> Qualificamos de ilusão uma crença engendrada pelo impulso à satisfação de um desejo que prescinde de sua relação com a realidade efetiva (FREUD, 1981, 2977).

canalizaria, para expressões coletivas, determinadas angústias individuais e, nesse sentido, assumiria a importante função de proteger o indivíduo da neurose propriamente dita. O *modelo* sobre o qual vai se edificar a figura (ou as figuras) *protetora* é o do *pai*, já que o protótipo da situação indefesa em que está o ser humano face à natureza é a infância individual:

Assim como o pai protege a criança contra os perigos que podem atingi-la, deuses e Deus protegem a espécie humana e zelam por sua felicidade, ainda que por caminhos por vezes desconcertantes para nosso limitado entendimento. (FREUD, 1981, p. 2969). Devido a isso os homens acreditam não poder suportar a vida se não dão a essas representações da proteção o seu valor: [...] assim, pois, a nostalgia de um pai e a necessidade de proteção contra as conseqüências da impotência humana são a mesma coisa (FREUD, 1981, p. 2973).

As ilusões teriam, pois, por função proteger o sujeito da experiência originária do desamparo. A crença numa figura onipotente divinizada é um mecanismo para retirar o sujeito do *horror* do desamparo.

Para se contrapor às ilusões, Freud propunha a ciência:

Creemos que o trabalho científico pode chegar a penetrar bastante na realidade do mundo, permitindo-nos ampliar nosso poder e dar sentido e equilíbrio a nossa vida. A ciência tem demonstrado, com numerosos e importantes êxitos, não ter nada de ilusão. (FREUD, 1981, p. 2991).

As últimas linhas de *O Futuro de uma Ilusão* podem ressoar como a formulação de uma esperança de reconciliação do homem consigo mesmo e com seus semelhantes por intermédio da reflexão científica desapassionada. A cultura, nessa perspectiva, seria um conjunto de renúncias consentidas pelo homem, a fim de viver em comunidade e de reformar progressivamente as instituições sociais que se mostram necessárias ao trabalho intelectual e, dessa forma, aplacar o seu estado de desamparo.

Mesmo que Freud tenha pensado toda essa teorização do *desamparo* para dar conta da função da *religião*, é perceptível, na relação dos homens com o mundo, que outros agentes, na sociedade, ocupam, em certa medida, esse lugar. Os dirigentes políticos são também colocados nesse lugar de protetores e detentores de poder sobre o destino de cada um.

Se, para Freud, o desamparo articula-se ao fato de que, frente ao destino, às contingências da vida, o sujeito não tem como se prevenir e terá sempre que se valer do outro como forma de minimizar esse desamparo, podemos pensar a *política* como um desses *Outros* possíveis para o sujeito, mesmo que, na atualidade, ela não esteja funcionando como tal. E isso não é sem conseqüências.

A política, e seu campo, desde os gregos, se apresentam como a razão voltada para agir sobre o outro. Na atualidade, ela não vem servindo como um referente para o conjunto da população; está em crise, desacreditada quanto a seu lugar de prover a vida pública dos indivíduos. A queda do muro de Berlim é paradigma dessa crise, e aponta para o fato de que não podemos apostar na reformulação de uma referência consistente e unitária no mundo. Essas referências devem ser múltiplas, pois o desejo humano, em sua diversidade, solapa a ordem unida.

A política nos permite a construção do sentimento de pertencimento. Trata-se do pertencimento a uma estrutura que excede a espécie e é, talvez, a estruturação da criação da vida.

Moore Jr. também nos traz uma reflexão interessante sobre a relação do governante com a população e que ilustra bem as articulações que estamos querendo fazer entre as escolhas eleitorais e o desamparo.

A primeira e talvez a mais essencial obrigação do governante é a proteção, a segurança contra a depredação, contra as ameaças naturais, sobrenaturais e humanas ao suprimento de alimentos e a outros suportes materiais da vida cotidiana costumeira. O governante deve ter também suficientes traços culturais em comum com seus súditos, a fim de permitir que eles se identifiquem com os governantes. (MOORE Jr., 1987, p. 43).

Na investigação que o autor faz, ele considera que a *mais interessante* das obrigações do governante diz respeito à manutenção da *paz* e da *ordem*. Uma outra obrigação seria comportar-se de forma a contribuir para a *segurança material*. Essas considerações articulam-se perfeitamente com o que Freud está apontando sobre a condição do homem de estar desamparado frente ao destino e da sua necessidade de procurar algo ou alguém que possa servir-lhe de âncora, de amparo.

.É perceptível, na fala dos nossos entrevistados, que essa representação do desamparo está presente no ato de escolha de um candidato. Os eleitores, mesmo

que desenganados, buscam por essa entidade protetora como forma de barrar o seu completo estado de abandono.

Podemos deduzir dessas reflexões que o desamparo articula-se a uma impossibilidade, a algo irrealizável, e não a uma impotência, que indicaria mais uma incapacidade momentânea do sujeito. Está, pois, vinculado a algo que vem “descompletá-lo”, colocá-lo diante de uma falta que não seria conjuntural, mas estrutural, provocando uma busca de completude e amparo no Outro. A posição estratégica do conceito de *desamparo*, no psiquismo, indica que, diante dele, não existe cura possível, mas talvez somente a perspectiva de constituir um *estilo subjetivo* que seja capaz de operar com *conflitos insuperáveis*.

### 3.7 LIMITES DOS IDEÁRIOS ILUMINISTAS

A ênfase conferida por Freud à ciência aparecerá de forma diferente no *Mal-estar na civilização (1930)*: aqui se revelarão os limites dos ideários iluministas para o sujeito, assim como os impasses da ciência para a construção do mundo.

Colocam-se em pauta, na interpretação de Freud, as dificuldades dos *ideais iluministas* de conquista da *felicidade humana* pela mediação da *ciência* e dos *ideais da justiça social*. A felicidade era o valor fundamental prometido aos homens pelo projeto iluminista de transformação da natureza e de construção de uma sociedade igualitária, pela via da razão científica. Nesse artigo, não há mais reconciliação possível, nem a certeza em uma civilização que finalmente alcance a era científica. Essa obra situa-se sob o signo da tragédia, ao visualizar a possibilidade do fim da espécie humana, causado pelo próprio processo civilizador, concebendo, portanto, que, face ao desamparo, não há uma saída possível.

Freud, no seu ensaio sobre o mal-estar na cultura, parte da concepção de que a vida é muito pesada para o homem, trazendo sempre excessivos sofrimentos e decepções, obstáculos que impedem a sua satisfação. Nesse artigo, ele aponta pelo menos *três obstáculos* fundamentais à satisfação, três pontos de impossibilidade, que ele chamou de *três fontes de sofrimento*: **o corpo, a natureza e o semelhante**. As práticas do sujeito na civilização seriam, portanto, maneiras de conviver, de fazer face às impossibilidades advindas dessas três fontes de sofrimento, corrigindo



simbolicamente os seus efeitos reais. Esses obstáculos funcionariam como imperativos para o sujeito. Isso porque não se pode fundar a vida na hipótese de que nunca o corpo vai falhar, ou de que a natureza é sempre benfazeja, ou, ainda, de que o semelhante só quer o bem da pessoa. É nesse sentido que essas três fontes são um imperativo, são limites reais. Para suportar viver, o homem não poderia prescindir de **amuletos** (FREUD, 1981, p. 3024).

Os avanços da técnica seriam, dessa forma, invenções diante da impossibilidade de sermos completos, uma multiplicação das capacidades corporais; seriam tentativas de completarmos as falhas da criação. Freud cita vários exemplos: o telefone seria uma expansão da voz; as lentes ampliam o sentido da visão; os meios de transporte ampliam os movimentos, etc (FREUD, 1981).

No entanto a relação que o homem manteria com esses avanços seria uma relação marcada pela castração<sup>19</sup>. A castração limita o gozo do corpo, portanto não seria gradativa a correspondência entre esses avanços da técnica e a expansão das possibilidades do corpo, de tal forma que, em qualquer plano em que se tome a civilização, se vai poder localizar o ponto em que ela falha e onde se engendra o mal-estar. Contudo Freud acredita que podemos impor à nossa cultura modificações que satisfaçam melhor nossas necessidades, para que ela escape das críticas às suas imperfeições. Porém ele adverte que devemos nos familiarizar com a idéia de que existem dificuldades que são inacessíveis a qualquer intenção de reforma.

Como vemos, Freud se revela um iluminista, no sentido de que acreditava que o avanço da ciência, da técnica, serviria, de alguma forma, para uma certa libertação, por exemplo, para a superação das superstições religiosas. Ele acreditava nisso, mas, ao mesmo tempo, não esperava que o avanço da ciência, do conhecimento, pudesse, no final das contas, dar forma a uma espécie de sistema, um sistema concreto. O caminho que ele seguiu – e, em decorrência, o caminho da psicanálise – foi, justamente, o de teorizar o que aparece “descompletado”. Então

---

<sup>19</sup> O conceito de “castração”, em psicanálise, não corresponde à aceção habitual de mutilação dos órgãos sexuais masculinos, mas designa uma experiência psíquica, inconscientemente vivida pela criança, por volta dos cinco anos de idade, e decisiva para a futura assunção de sua identidade sexual. O aspecto essencial dessa experiência consiste no fato de que, pela primeira vez, a criança reconhece, ao preço da angústia, a diferença anatômica entre os sexos. Até ali, ela vivia na ilusão da onipotência; dali por diante, com a experiência da castração, terá de aceitar que o universo é composto de homens e mulheres e que o corpo tem limites – lembrando-se que essa experiência acontece sob o signo da linguagem. A entrada na linguagem pressupõe a castração, tendo em vista que aceitar a limitação imposta pela linguagem é fundamental para que o sujeito se insira nela. A limitação da linguagem é que ela introduz uma falta no sujeito, conforme discutimos no início deste capítulo.

essa crença, que se poderia dizer otimista, no progresso é temperada em Freud por uma descrença numa certa idéia mais ou menos absoluta da felicidade.

Dentre as três fontes de sofrimento (natureza, corpo, relações humanas), Freud dá atenção especial a uma delas, que são os *relacionamentos humanos*. Estes introduzem, no percurso civilizatório, uma espécie de contradição, na medida em que são, ao mesmo tempo, uma técnica de vida por excelência e uma fonte de sofrimento, pois não podemos não nos relacionar com as outras pessoas, mas tampouco podemos acreditar que o semelhante só quer o nosso bem. Essa é uma das formas de demonstrar como esse fato de impossibilidade, o real, precipita-se a partir de uma operação simbólica. Relacionando-nos com os outros é que sabemos que é impossível relacionar-nos com os outros. Se parássemos de nos relacionar – supondo-se que isso pudesse acontecer –, não saberíamos o que era o impossível.

Podemos, então, entender que Freud falar das três fontes de sofrimento é uma maneira de ele apontar a condição do homem de estar desamparado. Em consequência disso esse psicanalista, constrói as técnicas de vida que seriam meios para fazer face a esses sofrimentos, a esse desamparo, que é próprio do humano. Ele se refere a, pelo menos, dez técnicas, que seriam: a arte, o isolamento, a ciência, as drogas, a luta contra as pulsões (práticas orientais), a sublimação, o apelo às ilusões, a loucura, o amor, e a fuga pela neurose.

Diversas manifestações culturais vêm indicar esse impossível da relação do homem com o seu semelhante. Diz Freud, reportando-se a Hobbes (1930) :

O homem não é uma criatura terna e necessitada de amor, que só ousaria defender-se se a atacassem, senão pelo contrário, um ser entre cujas disposições pulsionais também devemos incluir uma boa dose de agressividade. Por conseguinte, o próximo não representa unicamente um possível colaborador e objeto sexual, senão também um motivo de tentação para satisfazer nele sua agressividade, para explorar sua capacidade de trabalho sem retribuir-lhe, para aproveitar-se dele sexualmente sem seu consentimento, para apoderar-se de seus bens, para humilhá-lo, para ocasionar-lhe sofrimentos, martirizá-lo e matá-lo. **Homo homini lupus**: quem se atreveria a refutar este refrão, depois de todas as experiências da vida e da história? (FREUD, 1981, p. 3046).

Para o homem, não é fácil renunciar à satisfação dessas tendências agressivas. Na cultura, a saída encontrada para elas se revela, entre outras formas, naquilo que Freud denominou de *narcisismo das pequenas diferenças*: uma

modalidade que permite o vínculo amoroso entre um maior número de pessoas, com a condição de que sobrem outros em quem se possa descarregar os golpes. Esse seria, segundo Freud, um meio de satisfazer, de forma cômoda e inofensiva, as tendências agressivas, facilitando, assim, a coesão entre os membros da comunidade (FREUD, 1981).

Seguindo essa lógica é que Freud vai ser contrário a uma idéia absoluta de felicidade. Numa passagem famosa do *Mal-estar*, ele afirma: “A intenção de que o homem seja feliz não se acha incluída nos planos da criação” (FREUD, 1981, p. 3025). Essa é uma das formas de o autor apontar para a condição de ser-em-falta de todo sujeito, que, paradoxalmente, é o que permite a este ir adiante e continuar buscando aquilo que lhe falta, ou seja, a felicidade.

Essa felicidade absoluta seria um estado de satisfação completa que preenche qualquer consciência; é a ela que Freud se refere como impossível. No entanto a felicidade, vista como momentos felizes que cada um às vezes experimenta na vida, é algo profundamente subjetivo:

O desígnio de ser felizes que nos impõe o princípio do prazer é irrealizável; mas nem por isso se deve - nem se pode - abandonar os esforços para chegar à sua realização”[...]. “Agora a felicidade, considerada no sentido limitado, cuja realização parece possível, é meramente um problema da economia libidinal de cada indivíduo[...]” (FREUD, 1981, p. 3025).

Aqui, segundo Freud, desempenha um papel determinante a constituição psíquica do indivíduo, sua capacidade de inventar e de se relacionar com as circunstâncias exteriores. Freud, portanto, não demora na evocação da felicidade. Ao perguntar-se por que ao homem é tão difícil ser feliz, acrescenta: nossa *disposição constitutiva* não nos permite *gozar* intensamente senão por *contraste*, ao mesmo tempo que nos é muito menos difícil experimentar o sofrimento. Numa nota de pé de página, o autor se reporta a uma passagem de Goethe: “Nada é mais difícil de suportar do que uma série de dias harmoniosos” (FREUD, 1981, p. 3025).

Dessa maneira, o discurso freudiano pôde formular que: em relação à felicidade, “nenhuma regra é válida para todos; cada um deve buscar por si mesmo a maneira como pode ser feliz” (FREUD, 1981, p. 3025). Sendo assim, para Freud, não existiria a possibilidade de se construir uma fórmula universal para a felicidade humana, pois os sujeitos teriam demandas inequivocamente diversificadas.

Freud dá um lugar importante ao *amor*, como uma das maneiras de fazer frente ao impossível das três fontes de sofrimento: o corpo, a natureza e o semelhante. Ele considera que, de todas as técnicas de vida, o *amor* é aquela que chega mais longe. Sabe-se que, em todas as éticas, em todas as sabedorias, em todas as religiões, o amor sempre aparece como um objetivo desejável, mesmo que varie um pouco o que se entende por amor.

Essa questão do amor, em Freud, é fundamental para compreendermos a noção do *supereu* e o sentimento de culpa a ele ligado e, para marcarmos, mais uma vez, na sua obra, a questão do desamparo.

Freud coloca o amor como aquilo que pode levar mais perto da felicidade, mas, ao mesmo tempo, como a técnica mais perigosa, no sentido de que é aquela através da qual o sujeito está mais *desprotegido*, tendo em vista, por exemplo, a possibilidade da morte do objeto de amor, a recusa do outro, a infidelidade, etc.

Freud distinguiu duas posições em que o outro, nosso semelhante, pode merecer o nosso amor: ou quando ele é semelhante a nós – nesse caso, amamos nele o que somos, dentro de uma lógica do espelho – , ou então quando esse outro é tão superior a nós que amamos nele o que em nós é um ideal. Isso quer dizer que a pertinência do amor depende do plano identificatório em que nos situamos, ou seja, ou nos identificamos com uma imagem que nos representa como somos ou nos identificamos com aquilo que deveríamos ser.

De qualquer forma, fica excluído, por força do simbólico, por força de que as palavras são relativas, que eu possa amar o outro pelo que ele é.

É na esteira dessa questão do amor que Freud inicia uma discussão sobre como se processa, no indivíduo, a distinção entre o bem e o mal. Assim ele explica: por não existir uma faculdade original para se discernir o bem do mal, essa distinção é possibilitada por uma influência alheia e externa, destinada a estabelecer o que deve ser considerado como bom ou como mau (FREUD, 1930). Muitas vezes, o mau nem sequer é o nocivo ou perigoso para o eu; pelo contrário, é algo que este deseja e que proporciona prazer. O erro se avalia pela possibilidade de o sujeito perder o amor do outro, pois, dado que o homem não foi levado pela própria sensibilidade a tal discriminação, deve ter algum motivo para subordinar-se a essa influência estranha. Esse amor seria fundado no simbólico, tendo em vista que a experiência ou a distinção entre mal e bem vai depender dos sinais emitidos pelo Outro, esse Outro que é, como chamava Lacan, o tesouro dos significantes. O motivo que Freud

vai encontrar para a subordinação do sujeito ao outro é o seu *desamparo*, sua dependência dos demais. Segundo esse pensador, a denominação que melhor se enquadra é a de “medo da perda do amor”:

Quando o homem perde o amor do próximo, de quem depende, perde com isso sua proteção frente a muitos perigos, e se expõe ao risco de que este próximo, mais poderoso que ele, demonstre sua superioridade em forma de castigo. Assim, pois, o mau é, originalmente, aquilo pelo qual somos ameaçados com a perda do amor; deve-se evitar cometê-lo por temor a esta perda(FREUD, 1981, p. 3055).

Portanto, só se produz um caminho fundamental para a civilização, quando esse outro é internalizado, ao estabelecer-se um *supereu*. A interiorização do agente de punição é o que permite que o nosso desejo de agressão se torne inofensivo em relação ao chamado “mundo externo”: a mesma ferocidade que nós usaríamos contra os nossos inimigos, com o supereu constituído, usamos contra nós mesmos. Só aqui se pode falar em *consciência moral* e em *sentimento de culpa*. A culpa seria uma interiorização do agente de punição, então o alguém que nos castigaria seríamos nós mesmos (FREUD, 1981).

É no contexto dessas explicações que Freud vai considerar o *destino* como um *substituto da instância parental*: se ele nos golpeia com a desgraça, significa que já não somos amados por essa autoridade máxima e, dessa forma, somos ameaçados por semelhante perda de amor, voltando a submeter-nos ao representante dos pais no *supereu*.

Todo esse esforço de retomar o caminho apontado por Freud no *Mal-estar na Civilização* (1930) deve-se à pertinente contribuição que suas análises nos possibilitam para entendermos as escolhas eleitorais em sua articulação com o desamparo.

Partindo das indicações de Freud no texto do *Mal-estar* (1930), podemos dizer que votar no candidato opressor, ou votar no assistencialista tem como substrato subjetivo comum a dimensão do desamparo.

Em relação ao primeiro caso (votar no opressor), podemos pensar que uma das possibilidades é o medo da perda do amor de proteção. Essa submissão pode ser a garantia de um destino mais seguro. Aquele que detém o poder estaria assumindo o papel dessa instância parental, que o sujeito teme perder. As

dificuldades do seu cotidiano podem significar que ele já não é amado por essa instância superior e, por isso, tende a se submeter a ela, sentindo-se culpado do próprio destino. Essa concepção freudiana serve para pensarmos o voto clientelista da época do coronelismo.

No segundo caso (escolha do assistencialista), no contexto atual, podemos pensar que a população tem muito mais escolhas e não se sente obrigada a ser fiel a ninguém, o que faz emergir o voto flutuante. Nesse contexto, a figura do candidato assistencialista aparece como aquele da “livre” escolha do sujeito, mas a referência não seria a política, ou projetos políticos, e sim, o candidato, cujos contornos protecionistas permitem a uma população duplamente desamparada, e que não mais crê na política, ter nele a única garantia de um pouco de acolhimento.

Os argumentos de Freud nos permitem pensar, portanto, o contexto das escolhas eleitorais como um dispositivo pelo qual podemos observar essa relação conflituosa do sujeito com a cultura.

Freud vem apontando, ao longo do texto, quanto a relação do homem com o seu semelhante é eivada de paradoxos, necessitando da cultura para regulamentá-la. Há pontos de impossibilidade nessa relação que não podem ser recobertos pela cultura; ela não dá conta de oferecer uma saída para os limites impostos ao humano. Com isso, ele está permanentemente precisando do outro para poder criar um mínimo de estabilidade, para se permitir um certo amparo. O ser do sujeito é sempre o ser para o outro, e não um ser perfeitamente isolado.

Pode-se pensar que o fato de estar em questão a escolha de um candidato e tudo o que isso representa coloca em cena a maneira como cada eleitor lida com os pactos sociais, revelando os conflitos que são próprios de cada época.

Esse trajeto que estamos construindo implica pensar homem e mundo, por princípio, descompassados, ou seja, pensar que existe sempre um elemento humano além da civilização, desarmônico e vivido, muitas vezes, como angústia e desamparo.

Dessa maneira, vê-se como Freud vai também articular desamparo e visão de mundo, explicando como as seguridades consoladoras e as severas exigências éticas concorrem com a *cosmogonia*.

### 3.8 CONCEPÇÕES DE MUNDO

As concepções de mundo desempenham o papel de atuar como pontos de apoio sólidos para o sujeito, daí a dificuldade de se dispensar o apoio por ela fornecido. Freud traz uma discussão muito importante para o que estamos tratando sobre o desamparo ao definir o que, para ele, seria uma *weltanschauung*:

É um conceito especificamente alemão, de difícil tradução para outros idiomas...Para mim, uma *weltanschauung* é uma concepção intelectual que resolve unitariamente, sobre a base de uma hipótese superior, todos os problemas de nosso ser, e no qual, portanto, não fica aberta interrogação alguma e encontra seu lugar determinado tudo o que requer nosso interesse (FREUD, 1932, p. 3191).

Por esse motivo é que essa concepção de mundo é um dos ideais opcionais dos homens. Tendo fé nela, eles podem sentir-se seguros na vida, saber a que devem aspirar e como podem orientar mais adequadamente seus afetos e interesses. Nessa perspectiva é que Freud retorna aqui à discussão sobre a função das ilusões, articulando-as ao desejo. A religião seria o modelo, por excelência, da ilusão, um paradigma para avaliar as demais ilusões coletivas. Ele inclui a arte e a filosofia também nesse campo, embora ressaltando que a única que pode disputar terreno com a ciência é a religião. A arte seria inofensiva e benéfica; a filosofia não é contrária à ciência, embora sustente a ilusão de poder procurar uma imagem completa e coerente do universo.

Freud dialoga com algumas concepções de mundo, entre elas a de Marx. Ao dizer que o conflito social seria determinado por relações de forças entre os adversários sociais, ele discorda da determinação exclusiva por motivos econômicos, por lhe parecer unilateral. A luta pelo controle da propriedade dos meios de produção, que se desenvolve no plano das classes, e só mediatamente entre os indivíduos pertencentes a essas classes se converte, assim, numa conduta que o marxismo atribuiria apenas a motivos econômicos, contra o que Freud argumenta que diferentes indivíduos ou povos se conduzem de modos diversos nas mesmas circunstâncias econômicas. Ele concebe que a luta é a origem da sociedade, em vez de surgir da oposição necessária das classes, a partir da posição antagônica que ocupam quanto à propriedade dos meios de produção, num determinado modo de produção. A contribuição de Marx teria sido, então,

demonstrar a “influência que as diversas formas de economia exercem sobre todos os setores da vida humana”. As *circunstâncias econômicas* exerceriam uma “força coercitiva” sobre nossas disposições psíquicas, porém não seriam a única força a determinar a conduta das pessoas na sociedade (FREUD, 1932).

O pensamento de Weber corrobora o de Freud. Weber demonstra que a atitude econômica pode ser orientada pelo sistema de crenças, tanto quanto o sistema de crenças pode ser orientado, num dado momento, pelo sistema econômico. Pondo à parte o problema da causalidade, ele tornou verossímil a afinidade entre uma atitude religiosa e um comportamento econômico, demonstrando que a direção do interesse de cada um é orientada pela sua *visão de mundo*. Dessa forma, a conduta econômica é função de uma visão geral de mundo, e o interesse que tem cada um nesta ou naquela atividade se torna inseparável de um sistema de valores, ou de uma visão total da existência. Não há, portanto, uma determinação unilateral do conjunto da sociedade por um elemento, seja ele o econômico, o político ou o religioso. Max Weber concebe as relações causais da sociologia como relações parciais e prováveis, que comportam um caráter de probabilidade, e não de determinação necessária (WEBER, 1965).

Para Freud, o que parece decisivo no pensamento marxista é a análise daquilo que se convencionou chamar de “ideologia”<sup>20</sup>. Ele propõe reter apenas o modo como a ideologia atua sobre os indivíduos, que é mascarando o conflito social e apresentando a sociedade como una e indivisa. “Toda a existência do homem é marcada pelo temor de romper esse espaço no qual se cria a si próprio e sem o qual não existiria como ser” (SOUSA FILHO, 1995, p. 15). A ideologia, dessa forma, vai abolir do social tudo aquilo que entra como sua gênese e cria, no lugar da história real, uma história imaginária; no lugar da práxis humana, a divindade; no lugar do social, a natureza; no lugar do singular, o universal; no lugar do histórico, o eterno (MARX, 1984). A explicação dos fatos sociais estaria, portanto, ligada a uma ordem natural, e não histórica das coisas, devendo ser mantida pelos homens, sob pena da instalação de um caos social.

Na esteira dessa discussão é que as ideologias aparecem como ilusões coletivas e, da mesma forma que as religiões, se fundam no desejo de todo indivíduo de ser completo. A conclusão que se impõe é que as religiões e a ideologia seriam

---

<sup>20</sup> Freud não utiliza o termo *ideologia*, mas fica subentendido em seu texto que ele a trata no sentido de uma visão de mundo.



formas de visão de mundo. A ideologia é um fenômeno ligado à dominação e ao poder, portanto está presente em qualquer construção social. Seria um discurso que se faz sobre o social e que permite dar-lhe coesão e sentido. Nesse discurso, não aparece o mundo humano como produzido, e sim como dado, condição de possibilidade para a dominação. A ideologia é capaz de tornar a dominação uma coisa invisível, portanto a classe dominante recorre a ela para se beneficiar; lança mão dela, não é quem a produz. Ela não estaria, portanto, atrelada à sociedade capitalista (SOUZA FILHO, 1995).

Consideramos, portanto, que a eficácia da ideologia está no fato de ela sustentar, de forma ilusória, a impressão de um mundo sem faltas, de um mundo prestes a se completar. Uma falsa promessa é, assim, construída de modo a fazer o sujeito crer que, se for obediente, se seguir padrões estabelecidos, terá aquilo que procura, ou seja, a garantia de que seu ser continuará intacto. Fica claro agora como se articulam ideologia e desamparo: é porque estamos desamparados que precisamos de aparatos imaginários que permitam dar ao mundo a aparência de equilíbrio e harmonia.

A relação homem-cultura, está, no entanto, permeada por um caráter conflituoso irrevogável. Por isso mesmo é marcada pela tragicidade, pois, se a inscrição nesses registros da cultura é a exigência fundamental para a constituição do sujeito, nem por isso ele aí se deixa absorver inteiramente, marcando a sua diferença simbólica. O desamparo é a condição direta dessa impossibilidade de o sujeito ser inscrito totalmente na cultura.

A genialidade da descoberta de Freud está em ele ter reconhecido o modo como o homem se insere e toma parte nesse mundo. A forma original com que o autor tratou o inconsciente, podendo escutá-lo, foi um dos caminhos para a crítica que ocasionou uma queda dos fundamentos modernos da subjetividade. O saber da racionalidade moderna foi orientado por Freud para o *inconsciente*.

Da leitura de sua experiência, podemos observá-lo como um pensador de um *resto* que a história não pode modificar, de um caminho que não é controlado pelo sentido, de um recalque que não se resolve pela tomada da consciência, e de um enredo histórico que não pode existir sem mal-estar.

Freud conclui, a partir das suas análises, que a psicanálise não pode ter uma concepção própria do mundo; isso porque, para esse pensador, a concepção científica do mundo lhe basta: “Em minha opinião a psicanálise é incapaz de criar

uma concepção do mundo, por si mesma. A psicanálise não precisa de uma *weltanschauung*, ela faz parte da ciência, e pode aderir à *weltanschauung* científica” (FREUD, 1981, p. 3191).

Nesse contexto, o discurso freudiano pôde opor os discursos da ciência e das visões de mundo. A pretensão da ciência deveria ser realizar sempre uma leitura *parcial* do real, restrita a campos experimentais e fenômenos bem delimitados. Portanto o discurso científico deveria reconhecer a impossibilidade de uma interpretação totalizante do real, sendo, pois, um contra-senso uma concepção totalizante da ciência.

Dessa maneira, o discurso científico pressuporia a existência de um sujeito que se defronta com os enigmas do real. Portanto a condição do sujeito nesse campo seria a de desamparo face ao real, já que, destituído de qualquer discurso totalizante e absoluto, não poderia tamponar as brechas por onde se constituem os enigmas. Em contrapartida, seria essa posição do sujeito de ser desamparado a condição de possibilidade para a produção e a reprodução do *desejo de saber*.

Nessa perspectiva, as descobertas científicas primordiais estariam nas origens das feridas narcísicas cruciais infligidas na memória coletiva, rasurando o sonho totalizante que caracterizaria as visões de mundo. Foi nessa série de rupturas científicas com as visões de mundo que o discurso freudiano inscreveu a descoberta psicanalítica, retirando o fundamento do psiquismo dos registros da consciência e do eu e deslocando-o para o inconsciente. Com isso, o eu e a consciência não teriam mais domínio e controle sobre a totalidade dos processos mentais, passando a estar submetidos aos efeitos imponderáveis do inconsciente e das pulsões. Portanto, com a psicanálise, o sujeito está lançado na sua condição originária de desamparo, sem poder acreditar-se no centro do mundo psíquico. Dessa maneira, seria a onipotência narcísica do eu o que fundaria as visões de mundo totalizantes, impedindo que o sujeito se defronte com o seu desamparo.

Percebe-se, enfim, que essa adesão de Freud à ciência é de forma a considerar seus efeitos de esclarecimento permanentes, crescentes, mas nunca a fazer sistema, nunca a se fechar em torno de uma coisa que tenha função de absoluto, de uma idéia totalizante.

Vimos aqui o papel fundamental da ideologia em seu caráter ilusório e alienante, que, através da construção de um discurso, vai engendrando um conjunto de representações às quais a população adere com facilidade. Essas

representações permitem pensar a realidade como dada, portanto não sendo possível intervir para a mudança. Quanto mais desconhecimento e envolvimento com uma visão de mundo fechada, portanto ideológica, menor o lugar para o sujeito.

Nesse contexto, ao pensarmos as escolhas eleitorais, estamos observando o mundo no qual o sujeito está inserido, para tentarmos identificar como ele subjetiva os contornos de sua época.

Como aponta Freud, se uma visão de mundo protege o sujeito do seu desamparo, podemos ver no recrudescimento das práticas religiosas fundamentalistas, na proliferação de seitas, cada vez mais segregacionistas, respostas possíveis diante do desamparo. Numa época em que os ideais sociais estão precários, em que a política não serve como uma referência, só resta a uma grande parcela da população refugiar-se no conforto protetor dessas práticas.

Percebemos quanto a política está se revestindo de um discurso religioso como forma de adquirir adeptos e quanto aqueles que ocupam cargos religiosos se aproveitam desse vácuo social para tirar proveito dos seus fiéis.

O desencanto da população pela política, principalmente do segmento de baixa renda, vem criando um círculo vicioso no mundo político: por estarem desgostosos, se desinteressam da política; por se desinteressarem escolhem sem parâmetros, sem estar firmados numa construção coletiva. E, por conseqüência, a possibilidade de continuar se decepcionando torna-se recorrente. Esse cenário traz dificuldades para a construção do processo democrático, criando um impasse na vida política da *polis*, o qual nos obriga a uma reflexão sobre o lugar do desamparo nas escolhas eleitorais.

## 4 DESAMPARO E MUNDO CONTEMPORÂNEO

Cada época apresenta as contradições e respostas dos homens para construir a vida, o seu estar no mundo e dar-lhe sentido. Neste quarto capítulo, delinearemos o contexto a partir do qual se estrutura a subjetividade de nosso tempo, pondo em destaque apenas os aspectos que consideramos relevantes para pensarmos como, no mundo atual, onde os ideais culturais estão pouco estabelecidos, o sujeito lida com o seu desamparo e como isso se reflete nas escolhas eleitorais.

Partimos do princípio de que os ideais, os pactos sociais, são modalidades consoladoras. A cultura, com seus aparatos, serve como um anteparo para os indivíduos sem o qual eles se fixam em suas particularidades, sem comprometer-se com um projeto civilizatório.

Acreditamos também que não é possível compreender o significado da política contemporânea sem o resgate de significados e momentos de articulação que a antecederam. Os vários aspectos de uma história não podem ser construídos abruptamente; ao contrário, eles se constituem num trabalho através do tempo. Por isso pretendemos retomar algumas problemáticas postas pelo projeto da modernidade, pontuando as modificações que elas foram trazendo para a sociedade, para a estruturação das subjetividades e, conseqüentemente, para a política na contemporaneidade.

### 4.1 A EXPERIÊNCIA DA MODERNIDADE

Os primórdios da modernidade confrontaram o sujeito com a radicalidade do seu desamparo. A vasta transformação da civilização ocidental, desde o Renascimento, substituiu a visão unificada do mundo medieval por outra muito diferente, aquela que nos apresenta um conjunto de mudanças sem planejamento. O véu civilizatório se diluía, perdendo sua função de proteção. O Deus para quem tudo era debitado na Idade Média, a justificativa do destino de cada um (seus dissabores e suas bonanças), caiu por terra nos tempos modernos, todo o peso da

vida recaindo sobre o próprio sujeito. Essa experiência de tempo e espaço, das possibilidades e perigos da vida compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, é que estamos designando como “modernidade” (BERMAN, 1988).

A modernidade fez despencar o sujeito do seu trono metafísico, levando-o a perder, ao mesmo tempo, sua consistência e sua estabilidade terrenas e a ter de se recriar a cada dia. Pelo trabalho de cada um, a sociedade deixava de ser regida por crenças em uma ordem divina que predeterminaria o destino e o sentido da vida. Dessa forma, a relação dos homens com seu destino era, na modernidade, uma relação, particularmente, carregada de responsabilidade.

Partimos da idéia de que o homem, ao se separar de um estado ideal de natureza, encontrou como uma das respostas possíveis face ao seu desamparo a produção, pela cultura, de modos de “religação” entre ele e o universo, entre os homens e o Pai perdido (Deus), e entre os homens e sua comunidade terrena. Nessa perspectiva, consideramos que as religiões e todas as outras formações imaginárias próprias das sociedades tradicionais eram atenuantes para o desamparo. Eram modos de pertinência, de produção de sentidos para a vida, de filiação, de amparo simbólico (KEHL, 2002).

A modernidade foi acompanhada por crises e por transformações, e os indivíduos, paralelamente, passaram a conceber o sentido de liberdade como um atributo do indivíduo autônomo. Essa nova orientação teve algumas conseqüências. Fez com que os chamados universais concretos, de imensa importância na formação social – o rei, deus –, começassem a perder sua função de personificação do poder político, bem como os ideais absolutos: virtude, bondade, felicidade. Com isso, enfraqueceram-se as instituições correspondentes, entre elas a religião, como princípio unificador para a sociedade.

Assim, o problema da universalidade foi, cada vez mais, reduzido à experiência concreta de cada um, isto é, passou a ser uma tarefa exclusivamente individual. Tornam-se escassas as soluções coletivas para encontrar o sentido do mundo, para dizer o que é a vida.

As sociedades pré-modernas pareciam conferir lugares estáveis e destinações razoavelmente seguras a vidas que não eram pensadas como existências individuais, mas como partes integrantes de um todo, cujo sentido era compartilhado pela comunidade à qual os sujeitos pertenciam. Pela ausência de

estabilidade característica da modernidade, estimamos que nessa nova era o indivíduo está mais desamparado e fragilizado.

Desde o final da Renascença, a quebra da unicidade do discurso do Outro trouxe a necessidade de uma certa autofundação das escolhas subjetivas que produzisse, conseqüentemente, um apelo a uma rede de interlocuções de onde se pudesse enunciar algum tipo de verdade que desse conta desse desamparo dos sujeitos modernos.

Sendo o discurso uma máquina que designa lugares, ou seja, uma ordem de prevalência, que indica o que está em primeiro e o que está em segundo lugar, na modernidade os discursos demonstraram não estar muito bem no lugar. É uma época do “Outro que não existe”<sup>21</sup>, na qual o “único” discurso a estar num lugar é o discurso da ciência. Mas a ciência seria um antidiscurso, aquele que é de natureza a fazer vacilar todos os outros. É nesse contexto que acontece o nascimento do discurso analítico, a que se faz apelo quando os discursos não estão muito bem em seu lugar, nesse caso, temos razões para considerar a historicidade do sujeito da psicanálise (MILLER,1998).

Descartes manifestou prudência em relação ao discurso da ciência (aquele em que a causa do laço social é o saber), aconselhando que não se estendesse o seu alcance sobre a moral e a política e que esses campos se fixassem à tradição. Para ele, era necessário limitar a expansão do discurso da ciência e, sobretudo, reservar esse lugar ao discurso do mestre (aquele cuja causa do laço social é a autoridade).

Essa prudência não foi seguida, e isso nos valeu a época dita das luzes, que consistiu “em projetar um dia hindu sobre a obscuridade necessária dos fundamentos”(MILLER,1998, 4). A espiritualidade das luzes fez com que os significantes-mestre<sup>22</sup>, edificados e sedimentados pela tradição, se revelassem, à luz do discurso da ciência, como aparência - convenções às quais era suficiente retirar os créditos para que aparecessem separadas do real. Isso fez os iluministas se colocarem como favoráveis a todo desmantelamento dos valores vigentes e

---

<sup>21</sup> MILLER,J.-A. Curso de orientação lacanianiana, 1996-97: O Outro que não existe e seus comitês de ética.

<sup>22</sup> Significantes que fixam retroativamente o significado dos elementos de um discurso. Na sociedade, flutuam significantes como “liberdade”, “Estado”- justiça”, etc. e depois sua cadeia é suplementada por um significante-mestre - **comunismo**, por exemplo, que vai determinar retroativamente o sentido desses significantes flutuantes: a “liberdade”, sob a égide do significante-mestre “**comunismo**”, só é efetiva ao superar a liberdade formal burguesa, que é apenas uma forma de escravidão; o significante-mestre “conservador” produziria uma articulação significante totalmente diferente.

terminou por fazê-los desencantados, ao final do século, o que redundou, posteriormente, numa retomada desses significantes-mestre (MILLER, 1998).

Ao trazermos essa discussão sobre a sociedade moderna e a tradição, não queremos enaltecer uma ou outra formação social, mas chamar a atenção para o lugar que têm, para o sujeito, os aparatos culturais. É evidente que a tradição, de certa forma, situa as pessoas na sociedade em que vivem, explicitando o que é esperado de cada um a partir do lugar que ocupa desde o nascimento, mas essas são condições talvez um tanto idealizadas, compondo o quadro que George Lukács chamou de "paraíso das sociedades fechadas".

Uma sociedade tão estável não teria produzido as condições necessárias à sua própria transformação. Esse paraíso é possível ser pensado do ponto de vista do amparo simbólico aos seus integrantes. Expulsos dele, os membros das sociedades modernas já não conseguem imaginar-se vivendo num mundo onde liberdade e autonomia não fossem bens prezados acima de todos os outros (KEHL, 2002).

Concordamos com Berman quando ele diz:

Pode acontecer que voltar atrás seja uma maneira de seguir adiante: lembrar os modernistas do século XIX talvez nos dê a visão e a coragem para criar os modernistas do século XXI. Esse ato de lembrar pode ajudar-nos a levar o modernismo de volta às suas raízes, para que ele possa nutrir-se e renovar-se, tornando-se apto a enfrentar as aventuras e perigos que estão por vir. Apropriar-se das modernidades de ontem pode ser, ao mesmo tempo, uma crítica às modernidades de hoje e um ato de fé nas modernidades – e nos homens e mulheres modernos – de amanhã e do dia depois de amanhã (BERMAN, 1988, p. 35).

Na esteira dessa problemática da modernidade, há um consenso, entre outros pensadores modernos (ARENDRT 1993; BERMAN 1988; HOBBSAWM 1995; MARX 1894; SENNETT 1988), de apresentá-la como uma experiência única que coloca o sujeito diante de si mesmo. Antes da ciência moderna, o sujeito era tido como efeito da natureza, já pronto desde sempre. O sujeito moderno é feito de um encontro e desencontro entre natureza e cultura. As contradições do mundo transparecem de forma mais radical, são experiências que remetem ao que estamos desenvolvendo e argumentando em nossas análises sobre o estado de desamparo: um processo que se dá tendo em vista as perdas de referenciais, as mudanças rápidas, que perturbam radicalmente os mecanismos que ligavam o sujeito ao coletivo.

As reflexões desses pensadores fornecem elementos que vêm reforçar a discussão de que o mundo moderno fomenta um estado mais radical de desamparo.

Berman nos apresenta a modernidade como um tipo de experiência vital, compartilhada por mulheres e homens de todo o mundo, experiências que remetem às possibilidades e perigos da vida, que podem ser caracterizadas da seguinte forma:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 1988, p.15).

Fica evidente que o ambiente moderno colocou o sujeito no olho do furacão, promovendo um estado de atordoamento em que os homens tentavam, a todo custo, reconstruir algumas referências em que se sustentassem.

Segundo Berman (1988), a história da modernidade tem três fases. A primeira vai do início do século XVI até o fim do século XVIII, em que as pessoas estavam apenas começando a experimentar a vida moderna. A segunda fase começa com a grande onda revolucionária de 1790. Em meio às grandes transformações, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que ainda não é totalmente moderno. É a sensação de estar em dois mundos simultaneamente. Na terceira e última fase, o século XX, o processo de modernização se alarga e engloba todo o mundo. Atinge grandiosas vitórias na arte e no pensamento. Mas, à medida que se expande, o público moderno se multiplica e se fragmenta, a idéia de modernidade perde sua clareza e profundidade e sua capacidade de organizar a vida das pessoas e dar-lhe sentido. Em função disso, Berman sugere que nos encontramos hoje em uma era moderna que perdeu contato com as raízes da própria modernidade e, portanto, recuperarmos as raízes da modernidade é um modo de aprendermos sobre o nosso tempo (BERMAN, 1988).

Marx, um dos nomes emblemáticos do modernismo do século XIX, pôde, através do modo como tratou essas novas e rápidas transformações, demonstrar o



significado que teve, para a humanidade, essa nova perspectiva do mundo. Ao mesmo tempo que ele tentava alcançar todas as suas possibilidades, também apontava as contradições na base dessas transformações. Para Marx, as correntes da história eram irônicas e dialéticas. Ele não recuou diante dessas mudanças, uma vez que tinha como propósito fazer o povo sentir todo o peso delas e, num ato de fé na modernidade, propôs não a desistência, mas o controle do que estava por vir.

No *Manifesto comunista (1848)*, podemos encontrar, de forma clara, todo o entusiasmo de Marx pelo modernismo e sua profunda compreensão das conseqüências dessas transformações. O enredo inicial do *Manifesto* retrata essas mudanças: Marx aponta a emergência de um mercado mundial, que desfaz as relações de trocas locais, empurrando as pessoas para o desejo de consumo, tendo em vista as mercadorias tradicionais não mais satisfazerem. O processo de urbanização provoca o êxodo rural, a miséria nas cidades e a automatização das fábricas e do campo. Os meios de comunicação tornam-se mais aprimorados.

O resultado disso é que o capital passa a se concentrar nas mãos de poucos e o Estado cumpre sua função na manutenção do sistema de propriedades privadas, do *status quo* e do gerenciamento dos conflitos sociais próprios desse modelo (MARX, 2002).

A contínua revolução da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes:

Todas as relações fixas, cristalizadas, com seu séqüito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profano, e os homens finalmente são obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas (MARX, 2002, p. 48).

Essa passagem evidencia, portanto, a crença de Marx na modernidade e nos homens modernos, apostando que eles teriam uma postura de abarcar o mundo sem as costumeiras ilusões, o que mais tarde não veio a comprovar-se, levando esse pensador a problematizar as novas ilusões que se edificavam com a era moderna.

Aquilo que Marx caracterizou como a era burguesa fez parte de um caminho que mais tarde veio a se consolidar como o projeto da globalização:

Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, retirou debaixo dos pés da indústria o terreno nacional. As antigas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas a cada dia [...]. Em lugar das velhas necessidades, satisfeitas pela produção nacional, surgem necessidades novas, que para serem satisfeitas exigem os produtos das terras e dos climas mais distantes. Em lugar da antiga auto-suficiência e do antigo isolamento local e nacional, desenvolve-se em todas as direções um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações [...] (MARX, 2002, p. 49).

Marx percebe a modernidade como uma queda das ilusões que até então sustentavam as relações entre os homens, as condições de possibilidade para que pudessem ver sua posição na vida, se ver como produtores da realidade. Mudança permanente, e não estabilidade, é a pedra de toque da modernidade, mas, para que essa mudança estivesse a serviço dos homens, era necessário que eles se organizassem.

A moderna humanidade se vê, em consequência dessas mudanças, em meio a uma enorme ausência de valores. O resultado disso constituiu o que Nietzsche chamou de “a morte de Deus” e “o advento do niilismo”. Mas, ao mesmo tempo, ele admitia que o homem moderno estava em meio a uma desconcertante abundância de possibilidades. Em relação aos perigos da modernidade, a posição de Nietzsche consiste em abranger tudo com alegria: “Nós modernos, nós semibárbaros. Nós só atingimos nossa bem-aventurança quando estamos realmente em perigo. O único estímulo que efetivamente nos comove é o infinito, o incomensurável” (BERMAN, 1988, p. 22). Nietzsche, tal qual Marx, depositara crédito em um novo homem que, ao colocar-se em oposição a seu ontem, teria coragem e imaginação para criar novos valores (BERMAN, 1988).

Para Arendt, a atitude de Marx com respeito à tradição do pensamento político foi uma atitude de rebelião consciente. Marx articulou certas proposições-chave, as quais continham sua filosofia política. Entre elas, Arendt (2002) destaca as seguintes: “O trabalho criou o homem”; “A violência é a parteira de toda velha sociedade prenhe de uma nova”; “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; agora é preciso transformá-lo” (ARENDR, 2002, p. 48).

Segundo essa autora, tais proposições não podem ser compreendidas em si mesmas; adquirem sentido porque contradizem alguma verdade tradicionalmente aceita e que até o início da era moderna estivera fora de dúvida:

O trabalho criou o homem significa, em primeiro lugar, que o trabalho, e não Deus, criou o homem; em segundo lugar, que o homem, na medida em que é humano, cria a si mesmo, que sua humanidade é resultado de sua própria atividade; significa, em terceiro lugar, que aquilo que distingue o homem do animal, sua *diferentia specifica*, não é a razão, mas sim o trabalho, e que ele não é um *animal rationale*, mas sim um *animal laborans*; em quarto lugar, que não é a razão, e até então o atributo máximo do homem, mas sim o trabalho, a atividade humana tradicionalmente mais desprezada, aquilo que contém a humanidade do homem. Marx desafia assim o Deus tradicional, o juízo tradicional sobre o trabalho e a tradicional glorificação da razão (ARENDDT, 2002, p. 49).

#### 4.2 ENTRE O PASSADO E O FUTURO

Hannah Arendt, portanto, destaca o impacto definitivo de pensadores como Marx e Nietzsche nas tendências do pensamento contemporâneo: eles se situam no fim da tradição, antes da ruptura advinda do totalitarismo. A autora defende que a experiência totalitária provoca uma ruptura com o passado e que, dessa forma, solapa totalmente a tradição.

Ela situa que a grandeza dos pensadores acima citados estaria no fato de terem percebido o seu mundo como enredado por problemas e perplexidades novas com os quais a tradição de pensamento era incapaz de lidar. Eles anteciparam, no campo do pensamento, o esgarçamento da tradição, tendo Hegel como ponto de partida.

Hegel foi o primeiro que se afastou de todos os sistemas de autoridade, dos padrões de pensamento que haviam governado o Ocidente por mais de dois mil anos. Ao vislumbrar o desdobrar completo da história mundial, numa *unidade dialética*, solapou a autoridade de todas as tradições, sustentando a sua posição apenas no fio da própria continuidade histórica (ARENDDT, 2002).

Através desse fio, o predominante emaranhado de valores discrepantes, de pensamentos contraditórios e conflitantes autoridades, que até então havia funcionado conjuntamente, ficou reduzido a um crescimento unilinear e dialeticamente coerente, rejeitando a autoridade de todas as tradições. Marx confirma que a humanidade do homem consiste em sua força ativa e produtiva, que em seus aspectos mais elementares chama de força de trabalho. Dessa forma, ele questiona a tradicional hierarquia das aptidões humanas (ARENDDT, 2002).

O desdobramento dessas questões recai sobre a problemática da autoridade. Arendt constata que esta foi desaparecendo do mundo moderno. O próprio termo tornou-se encoberto por controvérsia e confusão. No entanto parece claro, para essa autora, que esse conceito fora fundamental na teoria política, e que uma *crise* constante da autoridade, sempre crescente e cada vez mais profunda, acompanhou o desenvolvimento do mundo moderno em nosso século. Existe hoje uma espécie de desvalorização da dimensão do político e, portanto, daqueles que desempenham esse papel. Ao acompanharmos a trajetória do pensamento de Arendt, destacamos um momento importante do qual parte o que se configura hoje na sociedade como a crise da autoridade (ARENDR, 2002).

O aumento de movimentos políticos com a finalidade de substituir o sistema partidário, através do desenvolvimento de uma forma totalitária de governo, fora tomando corpo à medida que iam se quebrando, de forma dramática, todas as autoridades tradicionais. Essa quebra não foi resultado direto desses regimes ou movimentos, mas do próprio *totalitarismo*, que, tanto na forma de movimentos como na de regimes, era o mais preparado para tirar proveito de uma atmosfera política e social geral em que o sistema de partidos perdera seu prestígio e a autoridade do governo não era mais identificada. Com a perda da autoridade, a dúvida geral da época moderna invadiu o domínio político, no qual as coisas não apenas assumem uma expressão mais radical como se tornam investidas de uma realidade própria do domínio político (ARENDR, 2002).

Diante dos fenômenos totalitários do século XX, o fascismo e o nazismo, nos decênios 1920-1940, os padrões morais e as categorias políticas que faziam parte da continuidade histórica da tradição ocidental se tornam obsoletos tanto para fornecerem regras para a ação como para entenderem a realidade histórica dos acontecimentos que criaram o mundo moderno e, ainda, colocarem as perguntas necessárias diante da perplexidade contemporânea. Esse fato marca, segundo Arendt, a ruptura com a tradição (ARENDR, 2002).

O indício mais significativo dessa crise de autoridade, e que indicava sua profundidade e seriedade, foi sua extensão para áreas pré-políticas: a criação dos filhos e a educação, em que a autoridade, no sentido mais amplo, sempre fora aceita. Segundo Arendt:

Uma necessidade natural, requerida tanto por necessidades naturais<sup>23</sup>, o desamparo da criança, como por necessidade política, a continuidade de uma civilização cuja garantia só é estabelecida se os que são recém-chegados por nascimento forem guiados através de um mundo preestabelecido no qual nasceram como estrangeiros (ARENDR, 2002, 128).

Isso fez com que, tanto prática como teoricamente, não estivéssemos mais em posição de saber o que a autoridade realmente era. Essas reflexões nos fazem pensar em Hitler como aquele que, dada uma crise na função paterna (conseqüência da crise da autoridade), transfere essa função ideal do pai para o corpo do Estado: se os pais não são capazes, o 3º Reich vai ser capaz de educar as crianças, de fazer a pureza da raça, etc.

A autoridade, firmando-se sobre um alicerce no passado, que serve de contínuo suporte, forneceu ao mundo a permanência e a durabilidade de que os seres humanos necessitam, por serem mortais. A perda da autoridade é equivalente à perda do fundamento do mundo. O mundo começou desde então a mudar, a se modificar e se transformar com rapidez sempre progressiva de uma hora para outra, como se estivéssemos vivendo um universo *protéico*, onde todas as coisas, a qualquer momento, podem se tornar praticamente qualquer outra coisa (ARENDR, 2002). Arendt conclui que:

Viver em uma esfera política sem autoridade nem a consciência concomitante de que a fonte desta transcende o poder e os que o detêm significa ser confrontado de novo, sem a confiança religiosa em um começo sagrado e sem a proteção de padrões de conduta tradicionais e, portanto, auto-evidentes, com os problemas elementares da convivência humana (ARENDR, 2002, p. 187).

Os argumentos propostos por Arendt (2002) sobre a questão da autoridade corroboram a tese que estamos desenvolvendo, de que os humanos, por se constituírem a partir de um Outro, se colocam na dependência de uma instância superior em relação à qual se sintam amparados. A crise da autoridade fez com que os homens ficassem imersos em um mundo em que o fio que os guiou com segurança, através dos vastos domínios do passado, se rompessem, criando as condições para um estado subjetivo de maior desamparo.

---

<sup>23</sup> Nós diríamos estruturais, tendo em vista a concepção de sujeito que subjaz nas nossas análises, ou seja, de que este se estrutura a partir da linguagem, portanto não seria portador de nenhuma substancialidade, de nenhuma natureza prévia.

Podemos pensar, portanto, que as utopias do século XIX foram tentativas de reconstrução de novas referências para os homens, à luz do discurso da ciência, a era do Iluminismo. Consolidaram-se, portanto, ao lado da invenção dos instrumentos técnicos da sociedade moderna, também utopias, nas quais avanço técnico era sinônimo de igualdade e liberdade. Esses conceitos foram reelaborados graças às teorias de Marx, de um lado, e Marshall, de outro. Através desses dois pensadores, um de visão *socialista* e outro de visão *capitalista*, foi construída, pioneiramente, uma teorização do caminho da construção da utopia moderna (BUARQUE, 1995).

As duas formulações tinham por base os mesmos princípios da Revolução Industrial e do Iluminismo. A diferença entre essas duas teorizações utópicas estava na forma como a igualdade seria obtida. Na visão socialista, seria pela política e organização social da propriedade dos meios de produção; ou pela economia do livre mercado, no capitalismo. Durante longos anos, essas duas utopias balizaram sonhos e ideais que conduziam os homens em busca de sua realização. O que era feito ou desfeito tinha nesses pólos referenciais a explicação para a realidade social dos homens. (BUARQUE, 1995).

O século XIX foi, portanto, o século da esperança, da crença no progresso social. Havia um cenário de revolucionárias invenções e isso fazia com que os homens olhassem o nascer do século XX imaginando extraordinários avanços técnicos e ilimitadas possibilidades sociais. No entanto, o século XX foi de inquietude e desilusões em relação ao progresso.

Ao contrário do “longo século XIX”, que foi um período de progresso material, intelectual e *moral* quase ininterrupto, de melhoria nas condições de vida civilizada, houve, a partir de 1914, uma acentuada regressão dos padrões tidos como normais nos países desenvolvidos e nos ambientes da classe média, e que todos acreditavam que estivessem se espalhando para as regiões mais atrasadas e para as camadas menos esclarecidas da população.

O avanço técnico, no entanto, não serviu para construir uma sociedade utópica, conforme acreditavam os homens de letras do final do século XIX. Eles imaginavam que, nesse contexto, os homens estariam livres das necessidades, eliminariam a violência, viveriam em abundância, na igualdade e na solidariedade. A desigualdade crescente trouxe desilusão, ao perceber-se que o avanço técnico não caminhou na direção da sociedade utópica. A ciência não conseguiu prever nem explicar o mundo no final do século.

Ao longo de quase todo o século XX, o mercado e o planejamento debateram sobre qual seria a melhor forma de construir a utopia, mas nenhum deles discordava de que o caminho seria encontrado e regulado pelas forças do homem. Percebe-se agora, com surpresa, que ambos os métodos de organização fracassaram. O mercado construiu uma sociedade cada vez mais desigual, uma economia cada vez mais destrutiva. O planejamento socialista, que pretendia ser a ciência da regulação do organismo social, velho sonho positivista do século anterior, foi um elemento de construção de benefícios sociais, mas a um elevado custo social, com ineficiência econômica e perda da liberdade individual.

O fracasso das grandes utopias foi mais um golpe na esperança que os homens depositavam no processo coletivo. Os fatos demonstraram que isso ainda está sendo vivido como uma grande perda e alimenta a vivência do desamparo.

O século XX teve, portanto, a sua história edificada sob catástrofes, incertezas e crises, decompondo tudo o que foi construído ao longo do século XIX (HOBBSAWM, 1995). Para Hobsbawm, a história desse século se divide em três “eras”. A primeira, “*da catástrofe*”, é caracterizada: pelas duas grandes guerras; pela revolução global, surgindo o sistema político e econômico da URSS como alternativa histórica para o capitalismo; e pela violenta crise econômica de 1929. Esse período é também marcado pelos *fascismos*, que, face ao descrédito das democracias liberais, surgem como proposta mundial. A segunda era compreendendo os *anos dourados* das décadas de 1950 e 1960, em que assistimos à viabilização e à estabilização do capitalismo, ao promover uma extraordinária expansão econômica e profundas transformações sociais. A terceira dá-se entre 1970 e 1991, fase do “*desmoronamento*” final, em que caem por terra os sistemas institucionais que preveniam e limitavam o barbarismo contemporâneo, com a brutalização da política abrindo as portas para um futuro incerto.

Nesse contexto, para o historiador, a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e seguiu para a instabilidade e a crise. E, no entanto, até a década de 1980, não estava claro como as fundações da *Era de Ouro* haviam desmoronado irreversivelmente. O mundo que se esfacelou no fim da década de 1980 foi o mundo formado pelo impacto da Revolução Russa de 1917. As marcas por ela deixadas acostumaram-nos a pensar a moderna economia industrial em termos de opostos binários - “capitalismo” e “socialismo” - como alternativas mutuamente excludentes (HOBBSAWM, 1995).

Um dos fenômenos mais característicos e sombrios do final do século XX é, pois, a *destruição do passado*<sup>24</sup>, ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à de gerações passadas, como aponta Hobsbawm:

Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. (HOBSEBAM,1995, p. 13)... No fim do século XX, pela primeira vez, tornou-se possível ver como pode ser um mundo em que o passado, inclusive o passado presente, perdeu seu papel, em que velhos mapas e cartas que guiavam os seres humanos pela vida individual e coletiva não mais representam a paisagem na qual nos movemos, o mar em que navegamos. Em que não sabemos aonde nos leva, ou mesmo aonde deve levar-nos, nossa viagem (HOBSEBAM, 1995, p. 25).

É interessante notar que isso que Hobsbawm apresenta como sendo um fenômeno do final do século XX tem as mesmas características daquilo que Marx aponta com o advento do mundo moderno e do que Arendt destacou como a quebra da tradição. Isso indica que o processo da modernidade pode ser pensado como uma história em que se misturam, com frequência, desencantos e promessas de salvação, mas cujos projetos são eminentemente humanos, e não fruto de uma divindade, como era pensado antes da modernidade, o que vem ressaltar nossa perspectiva de que a modernidade provocou um estado de maior desamparo para o homem, tendo em vista a menor perspectiva de apelos a referentes seguros. O homem do final do século XX, a partir das experiências históricas vividas, foi forçado à modéstia de reconhecer as limitações do seu poder de controlar o futuro. E se assusta diante da perda do sentimento de onipotência, do surgimento de novos e inesperados problemas e da descoberta da incapacidade de regular seu destino, embora continuem abertos os horizontes de possibilidades e a necessária saída pela construção do caminho de cada indivíduo, sem as costumeiras esperas salvacionistas.

No curso das nossas entrevistas, percebemos elementos que demonstram a fragilização dos ideais, a crise da autoridade, a descrença nos políticos, o desencanto com as perspectivas coletivas, a espera por uma saída salvacionista, próprios de uma era em crise de valores e utopias.

---

<sup>24</sup> Aspecto também ressaltado por Hannah Arendt (2002).



### 4.3 O LUGAR DO MUNDO PÚBLICO PARA O SUJEITO

Esse caminho que estamos costurando demonstra seus efeitos na vida contemporânea, a qual obscureceu a importância do mundo público, quer pelos desdobramentos do fenômeno revolucionário, quer pela decadência dos regimes políticos, cuja consequência foi o fim de uma política autêntica. Tal fato suspendeu o interesse pela política. A preservação do público é uma forma de garantir um amparo para os homens contemporâneos. O lugar da esfera pública é fundamental para fazer sobreviver o mundo comum: “é o caráter público da esfera pública que é capaz de absorver e dar brilho através dos séculos a tudo o que os homens venham a preservar da ruína natural do tempo” (ARENDT, 1993, p. 65).

A liberdade só pode ser levada a efeito por meio da recuperação e reafirmação do mundo público, que torna possível a identidade individual através da palavra viva e da ação vivida no contexto de uma comunidade política criativa e criadora. É essa condição de liberdade que permite constatar que, mesmo diante de todas as práticas sombrias da vida política do século XX, é possível termos esperança na possibilidade de o homem atuante começar de novo, de fazer coisas diferentes. A liberdade para a ação faz com que os homens façam o *improvável* e o *incalculável* (ARENDT, 1993).

A ação é, portanto, uma das categorias fundamentais e representa a forma única da expressão das singularidades, como nos lembra Hannah Arendt :

A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana de pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição de toda vida política (ARENDT, 1993, p. 15).

Ação, palavra e liberdade não são coisas dadas; para surgirem, requerem a construção e a manutenção do espaço público (ARENDT, 1993). Com base nessas reflexões, podemos pensar que o que tornou tão difícil suportar a *sociedade de massa* não foi o número de pessoas que ela começou a abranger, ou, pelo menos, não foi esse o fator fundamental, mas o fato de que o mundo entre essas pessoas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las.

Com o desenvolvimento da sociedade industrial e das grandes metrópoles, os trabalhadores deslocaram-se, cada vez mais, das zonas rurais ou do campo, passando a residir nas periferias das grandes cidades. O advento das massas é um dos fatos mais importantes na vida pública na modernidade: as cidades passam a ficar cheias de gente, a aglomeração passa a ser um fato perturbador. A aglomeração, o cheio, não era freqüente antes. Parece que os indivíduos que integram essas multidões já existiam, porém não como multidão. Espalhados pelo mundo em pequenos grupos, ou solitários, é provável que levassem uma vida divergente, dissociada, distante. De repente, a multidão passa a tomar posse dos locais e utensílios criados pela civilização. A multidão torna-se visível, instala-se nos lugares preferenciais da sociedade (ORTEGA Y GASSET). Lembramos que a massa pode ser entendida como um conjunto de pessoas não especialmente qualificadas; portanto não se deve entender por massa “a massa operária”. Massa é o homem médio, é o homem enquanto não diferenciado dos outros homens, e que representa um tipo genérico. É todo aquele que não atribui a si mesmo um valor – bom ou mau – por razões especiais, mas que se sente “como todo mundo”. Como diria Ortega y Gasset, “A característica do momento é que a alma vulgar, sabendo que é vulgar, tem a coragem de afirmar o direito da vulgaridade e o impõe em toda parte” (ORTEGA Y GASET, 1987, p.41).

Essa discussão nos interessa porque, na atualidade, as populações de baixa renda, que compõem o universo da sociedade de massa, ao ficarem abandonadas à sua própria sorte, estariam enfrentando um caos social sem nenhuma força de coesão, promovendo, por conseguinte, um desinteresse pela política e uma total desconfiança dos políticos. No entanto, do ponto de vista das escolhas eleitorais, elas consideram que têm direito de impor seus problemas do dia-a-dia e dar-lhes força de lei, chegando a governar mais diretamente que em outras épocas.

Ao observarmos as escolhas eleitorais hoje, vemos claramente a ausência da representação do que seja a coisa pública na maioria dos entrevistados. Percebe-se que o eleitor desconsidera os elementos propriamente políticos (os interesses, as propostas, os programas políticos), dando uma maior importância aos elementos imaginários, fixando-se em traços da personalidade do candidato. A falta de referentes sociais e políticos e o esfacelamento da esfera pública criam as condições para a vivência subjetiva de um estado de desamparo, que se reflete nas escolhas

eleitorais. Há necessidade de acolhimento do que são as demandas da humanidade para que se possa manter viva e participante uma sociedade.

O que podemos pensar sobre a condição humana coloca-nos diante da importância do convívio entre os homens, da sua não-condicionabilidade absoluta, da necessidade de uma esfera pública bem constituída, como fator de coesão entre os homens, da valorização da ação e do discurso, da importância de uma concepção sobre a imortalidade como permanência de valores construídos. Existe, portanto, a necessidade de pensarmos sobre o que estamos fazendo e em que medida o que fazemos está ancorado na compreensão do que seja a condição humana.

Portanto podemos considerar a esfera pública como um grande sustentáculo para o estar coletivo. Na atualidade, observamos que há um desequilíbrio entre vida pública e vida privada e que os fóruns para essa vida pública estão em estado de decadência (SENNET, 1988). O que aconteceu para que o espaço público se tornasse desinteressante? Essa é a pergunta da qual parte Sennet, lembrando que os modernos tornaram o fato de estar em privacidade um fim em si mesmo, e por isso é-nos difícil chegar a um princípio privado. Quanto mais privatizada é a psique, menos estimulada ela será e tanto mais nos será difícil sentir ou exprimir sentimentos. As relações entre experiência impessoal e íntima não possuem clareza, e a sociedade só é tida como “significativa” quando é convertida numa grande família (SENNETT, 1988).

O trabalho de um político é elaborar a legislação, mas, a partir desse pressuposto, podemos pensar que esse trabalho passa a interessar apenas quando as pessoas, de uma maneira geral, percebem o papel da personalidade na luta política. Um líder político que busca o poder só obtém “credibilidade” ou “legitimidade” pelo tipo de homem que é, não pelas ações ou programas que defende. Essa é a forma denominada por Sennett (1988) de visão íntima da sociedade. “Intimidade” conota calor, confiança e expressão aberta de sentimentos. Como a vida social está sem significação, não pode conceder tais recompensas psicológicas. O mundo exterior, o mundo impessoal, parece decepcionar, parece rançoso e vazio (SENNETT, 1988).

Como resultado, originou-se uma confusão entre vida pública e vida íntima: as nossas entrevistas apontam que os eleitores tratam em termos de sentimentos pessoais os assuntos públicos que somente poderiam ser adequadamente tratados

por meio de códigos de significação impessoal. O problema público da sociedade contemporânea é duplo: o comportamento e as soluções que são impessoais não suscitam muita paixão; o comportamento e as soluções começam a suscitar paixão quando as pessoas os tratam como se fossem questões de personalidade. Mas, uma vez que esse duplo problema existe, ele cria uma dificuldade no interior da vida privada: o mundo dos sentimentos íntimos perde suas fronteiras; não se acha mais refreado por um mundo público, onde as pessoas fazem um investimento alternativo e balanceado de si mesmas. A erosão de uma vida pública forte deforma, assim, as relações íntimas, ao perder-se o interesse das pessoas. A visão intimista é impulsionada na proporção em que o domínio público é abandonado, por estar esvaziado (SENNETT, 1988).

Os seres humanos precisam manter distância da observação íntima. Essa vigilância nos espaços públicos típicos da era moderna fez com que aquilo que move os homens ficasse tolhido. A alteridade representada pelo público torna a vida privada dotada de mais sentido. A ausência de uma esfera pública faz com que os sujeitos usem a linguagem da vida privada para tratar dos assuntos públicos (SENNETT, 1988)

Se a pobreza dos espaços públicos não garante os referentes em torno dos quais a população possa se dirigir, ela estará utilizando valores e percepções que são próprios da esfera privada. Essa é a tendência que se tem construído e que temos observado nas justificativas que as pessoas encontram para tratar as suas escolhas eleitorais.

Há uma forte tendência dos eleitores por nós pesquisados para tratar a política de forma personalizada: as explicações encontradas para suas escolhas eleitorais não se referem aos conteúdos dos programas dos candidatos, mas às características pessoais e morais dos governantes. A identificação do bom político é feita tendo por referência a imagem do político ideal, uma liderança capaz de conduzir a todos por um “bom caminho”. Eles percebem a política em função da personalidade que se distingue por qualidades e características pessoais; a política não é vista como estruturada por regras. É uma percepção essencialista, própria do mundo privado, que orienta para a eterna busca da liderança redentora.

O espaço público morto é uma das razões, e a mais concreta delas, pelas quais as pessoas procurarão um terreno íntimo para se sustentar. A intimidade é uma tentativa de se resolver o problema público negando-se que ele exista. Quanto

mais as condições desgastam o fórum público, mais as pessoas se tornam inibidas para exercerem a capacidade de representar fora da intimidade (SENNET, 1988).

Consideramos que o esfacelamento do espaço público, alimentado pela globalização, fomenta uma estrutura subjetiva que não se sustenta em projetos coletivos, como as apontadas por nossos depoimentos. Como uma das saídas para o desamparo são as identificações possibilitadas pelos ideais coletivos, podemos perceber que o nosso eleitor está, cada vez mais, sem orientações seguras. Essa condição torna-o presa fácil de projetos salvacionistas. As escolhas eleitorais seriam, dessa forma, mediadas por esse caráter protético que transforma projeto coletivo em autoproteção, principalmente na camada pobre da população.

#### 4.4 A SUBJETIVIDADE EM QUESTÃO

O fato de o projeto social da modernidade ter entrado em crise e não conseguir dar respostas às buscas existenciais dos homens forjou uma cultura que caracterizou um modelo de subjetividade, conforme aponta Figueiredo(1985):

São as situações de desenraizamento profundo tanto das sociedades em relação às suas condições naturais, como dos indivíduos em relação às suas comunidades que engendram as mais intensas exigências de cuidar de si e de construir/reconstruir nossas moradas, exigências cada vez mais vividas como deveres do indivíduo diante dos direitos alheios e diante de si mesmo. Ao mesmo tempo, naturalmente, são estas as situações em que mais desorientados estão para empreender esta construção (FIGUEIREDO, 1995, p. 9).

Diante desse contexto, o indivíduo vai perdendo sua capacidade de responder e passa a ter uma postura defensiva e desinteressada diante do mundo. Ao mesmo tempo que se ampliam os grupos de referência dos indivíduos, superficializam-se suas relações. O indivíduo passa a não confiar mais nas referências coletivas, contando mais consigo mesmo e estabelecendo suas formas de se relacionar com os outros.

Isso nos remete para a problematização da fragilização das identidades posicionais, em que a cultura das “práticas de si” coloca como saída para o indivíduo cada um consigo mesmo, transformando-o no edificador de sua própria morada.

Essa cultura das “práticas de si”, característica das subjetividades modernas, por não possuir uma base coletiva consensual, se manifesta distanciada da esfera pública. Tal cultura, que pode ser chamada de narcísica, carece de um peso histórico e se fixa em “agoras” repetidos e descontínuos, gerando um personagem sem experiências que possam ser significadas (FOUCAULT, 1995).

O presente torna-se a única referência fecunda do pensamento. Nesse presenteísmo, revela-se um hedonismo do cotidiano em que as relações sociais não são mais regidas unicamente por instâncias transcendentais *a priori* e mecânicas; do mesmo modo não são mais orientadas por um objetivo a atingir, sempre longínquo. Os nossos eleitores revelam, nas suas escolhas eleitorais, uma postura desinteressada diante do futuro: não projetam, nem se interessam por saídas a longo prazo.

O mundo torna-se objeto de uma atividade estética: a vida, uma obra de arte, como observa Walter Benjamin no livro *Experiência e Pobreza*:

De um lado, a vida já não se deixa conter pela narrativa edificante das gerações mais velhas para as mais jovens, de modo que a idéia tradicional de “experiência”, como reflexão sobre o vivido e dedução de lições para a conduta, se perde, tornando-nos mais “pobres”; de outro lado, o mundo é o que se vai fazendo, com os materiais de nossa época, sem preocupação com sua profundidade, sem atribuir-lhe qualquer aura, e sem deixar nele qualquer marca de nossa passagem – o que seria o caso se fôssemos sujeitos plenos, densos, detalhistas, como o burguês novecentista que decora seu ambiente de tal forma que tudo ali o lembre e exprima (Benjamin, 1987).

Com o campo das subjetividades políticas problematizado pela fragmentação dos interesses, pelo excesso de individualismo, pela fuga do que é comum, o cidadão fica sem eixo. Entra em crise, enfartado de direitos que não conseguem efetivar-se.

A subjetividade, na época moderna, e mais precisamente na época atual, poderia ser pensada como a perda do poder orientador dos ideais, que produz a fragmentação das identificações em sua intersecção entre o sujeito e seu Outro coletivo, em que os traços identificatórios estão muito mais aderidos a alguma consistência *imaginária* de gozo, afetados pelas exigências do mercado, nutrido pela fabricação ininterrupta de objetos ofertados pela ciência. A cultura já não se ordena mais a partir dos ideais. Estes não estão mais no lugar de causa do desejo; nesse

lugar se instalou o ganho de gozo, ratificado pela chuva de objetos que caem sobre nossas cabeças.

Os elementos que fundam a modernidade - a ciência e o mercado capitalista - se distinguem por uma resistência à castração. Castração, aqui, resumidamente, seria uma estruturação simbólica, a partir do Édipo, que organiza a capacidade de suportar a falta. Quanto à ciência, um saber que trabalha só e sem limites, que não está submetida a nenhuma autoridade, nada há que possa detê-la. E, quanto ao segundo, o mercado, a presença prolífera desses objetos “feitos para gozar” se impõe às pessoas.

O sujeito, no mundo contemporâneo, está, pois, habitado por uma falta que não se recobre com valores, pois ele encontra diretamente os objetos capazes de aplacar essa falta. São pequenos objetos que se encontram em todas as esquinas, atrás de todas as vitrines, e cuja multiplicação foi feita para causar o nosso desejo, porque agora é a ciência que o governa. De tal forma que a subjetividade acabou por ter perdidas as suas referências; ela acabou, enfim, por ser consumida em seu próprio consumo.

Os desdobramentos desse excesso de consumo é também perceptível na busca de alívio para o mal-estar social, seja na indústria química, com o uso abusivo de antidepressivos, seja nas drogas pesadas, produzidas pelo narcotráfico. Tanto a farmacologia quanto o narcotráfico propõem um mesmo modelo de subjetividade: ambos estão pensando estancar a dor que acomete o sujeito. Para aplacar a sua angústia, ele tanto pode usar o tranqüilizante como as drogas.

O mal-estar provocado pela globalização, pelo advento da sociedade de risco, torna a vida insegura e cria as condições para uma reatualização do desamparo. Não é que a condição de desamparado vá acabar algum dia, pois essa condição é estrutural, mas são necessários alguns pontos de referência, pelo menos para que o sujeito se viabilize no contexto social, ultrapassando a significação da vida para além do campo da necessidade. Essas mudanças, que deram forma e conteúdo às subjetividades contemporâneas, precisam ser pensadas. E isso exige uma nova postura diante de algumas teorizações sobre a relação sujeito-cultura.

A dimensão afetiva da vida política, os sentimentos comuns, as paixões coletivas que participam das práticas políticas constituem um domínio de difícil conhecimento, um desafio, portanto. Como compreender e explicar a intensidade de

uma emoção coletiva e suas conseqüências, a persistência de um apego, a violência de um amor ou de ódios políticos?

A recusa de enfrentar essas dificuldades tem sido a solução mais comum. A ciência positivista optou por eliminar de seu campo de observação essas experiências cotidianas, para somente reter da “realidade” política aquilo que pode ser traduzido racionalmente. Mas essa escolha custa o preço de um fracasso: é impossível dar conta da experiência concreta dos agentes da história tal como eles a vivenciam ou a sofrem. O nosso trabalho aponta a importância da inclusão da subjetividade para entendermos as dimensões que afetam as escolhas eleitorais. As falas dos nossos entrevistados revelam quanto os afetos estão presentes no ato de escolher o seu candidato.

A existência de um vínculo duradouro entre a identidade e a afetividade (o lugar dos laços afetivos na construção das identificações) se confirma pelas experiências cotidianas das pessoas por nós entrevistadas. O parâmetro de escolha dos candidatos estava afetado pelo componente subjetivo, conforme apontamos no projeto ordenador da vida do eleitor. As identidades coletivas, profissionais, partidárias, nacionais não deixam de ser marcadas pelas satisfações ou frustrações, por todas as gradações possíveis do prazer e da dor e, em casos extremos, pela exaltação dos sucessos ou pela agonia da perda, do desmembramento.

Os depoimentos apontaram, portanto, que toda identidade ganha espessura e sentido mais profundo por meio do componente afetivo e é transformada incessantemente pelas alterações das emoções, dos sentimentos e das paixões. As saídas encontradas pelos sujeitos na vida são respostas diante do seu desamparo. Uma afirmação identitária pode tanto favorecer a confiança do indivíduo em si mesmo como a agressividade em relação ao outro. Os sentimentos de superioridade, por sua vez, podem colaborar para a legitimação da violência, assim como os de inferioridade favorecer o desencorajamento. Não se pode negar, ainda, que os conflitos de identidade sustentam a dinâmica das hostilidades e, eventualmente, a dominação.

Os atuais acontecimentos sangrentos em vários pontos do mundo, incluindo a “civilizada” Europa, confirmam ações justificadas ou movidas, em parte, por ódios seculares e ressentimentos coletivos. No registro do enfraquecimento das identidades, sua perda pode favorecer a “ruptura” social, a busca instável de outras



satisfações afetivas ou a emergência de revoltas individuais; pode gerar, enfim, novas identificações através de caminhos, eventualmente, dolorosos e caóticos.

O mundo globalizado estrutura um tipo de subjetividade que é preciso analisar para se entenderem seus efeitos, também na crise da representatividade.

#### 4.5 O LUGAR DA POLÍTICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Na era da globalização, a política é tratada como mercadoria: está inserida na lógica do mercado. Esse fato produz crise, porque desequilibra o espaço da mediação. O mundo globalizado é um mundo em que o padrão não serve de meta, porque as estruturas são horizontais, as funções tendem a ser equivalentes, colocando-se em xeque a própria capacidade societal de produzir símbolos unificadores e contextos de relacionamento. À política cabe representar os interesses (mas também as expectativas, as vontades, as paixões), elaborá-los e transformá-los em critério para a estruturação de universos comuns de convivência, promovendo a conversão do conflito em fator de avanço e construção. A ausência de representatividade facilita a vitória de uma política vazia de sentido e conteúdo, reduzida as arenas de disputas entre candidatos de quem mal se conhece o pensamento. Esse é o quadro que se configura na política hoje, confirmado pelos depoimentos. Alguns eleitores que entrevistamos não conheciam a plataforma política do seu candidato, pautando-se pela possibilidade de ganhos emergenciais por eles oferecidos.

As mudanças trazidas pela globalização - isto é, pela *mundialização* do capital combinada com a revolução tecnológica e novos modos de comunicação - afetam os mecanismos e valores da representação, da governabilidade democrática e do Estado.

Dessas mudanças, estão emergindo sociedades *desterritorializadas*. Perde-se o território, por um lado, pelo fato de que as soberanias estatais ficam mais fracas, em decorrência da natureza transnacional das operações econômicas e financeiras, e, por outro, pela ampla difusão das comunicações de massa: por uma ampliação, em escala inédita, das possibilidades de comunicação, perde-se o diálogo entre as pessoas. A *virtualidade* se impõe como um próximo

estranho(NOGUEIRA, 2001). Nas falas dos nossos entrevistados, a política é vista com descrença e desilusão. Ela é tratada como algo sem valor, não sendo útil para construir decisões transformadoras.

O Brasil, em particular, confronta-se com uma sucessão de problemas no caminho da consolidação democrática, pois, para que esta se efetive, é fundamental a construção de um suporte material na mesma proporção do processo de democratização. Na falta dessa base material, o cidadão se frustra com a reconquista democrática. O fato de a sociedade não dar conta da demanda das pessoas transforma essa insatisfação em ações negativas e de descaso em relação aos assuntos de natureza política, favorecendo a continuidade de traços tradicionais da prática política, em que o clientelismo continua a existir.

O autoritarismo social e as desigualdades econômicas fazem com que a sociedade brasileira esteja polarizada entre as carências das camadas populares e os interesses das classes abastadas e dominantes, sem conseguir ultrapassar carências e interesses e alcançar a esfera dos direitos.

Esse conjunto de determinações sociais manifesta-se na esfera política. Em lugar de democracia, temos instituições vindas dela, mas que operam de modo autoritário. Favor e paternalismo evidenciam que a prática da participação política por meio de representantes é difícil de se realizar no Brasil. Os representantes, em lugar de cumprirem o mandato que lhes foi designado pelos representados, surgem como chefes, mandantes, detentores de poderes, submetendo os representados, transformando-os em clientes, que recebem favores dos mandantes.

A “indústria política” - isto é, a criação da imagem dos políticos pelos meios de comunicação de massa, para a venda do político aos eleitores-consumidores -, aliada à estrutura social do país, alimenta um imaginário político autoritário. As lideranças políticas são sempre imaginadas como chefes salvadores da nação, verdadeiros messias escolhidos por Deus e referendados pelo voto dos eleitores, uma caracterização que se sustenta subjetivamente pelo estado de desamparo que esses fatores sociais engendram. Na verdade, não são realmente eleitores (os que escolhem), mas meros votantes (os que dão voto a alguém).

Nessa perspectiva, os meios de comunicação passam a influenciar, cada vez mais, desempenhando um papel na estruturação de atitudes políticas céticas, sem contribuir para a construção de uma cultura política ativa e participativa. Ações individuais passam a ser regra, em detrimento da construção de identidades

coletivas. Em decorrência dessa realidade, no cenário da sociedade a palavra “política” não absorve toda a complexidade social: a representação fica muito aquém da diversidade presente no âmbito social, mostrando-se distante da imediatidade com que os sujeitos hoje assumem a sua experiência.

A imagem populista e messiânica dos governantes indica que a concepção teocrática do poder não desapareceu: alguns eleitores por nós entrevistados acreditam no governante como enviado das divindades. Os eleitores que são motivados pela religiosidade são alvos desse tipo de concepção (o número de políticos ligados à religião, os pastores, fala por si).

Outro aspecto dessa questão é o do sistema político aparecendo dissociado da vivência do eleitor, como ente exterior à vida social concreta. Isso se reflete nas escolhas eleitorais através do voto que muda permanentemente de opção. Para nosso entrevistado, o político importa pouco nessa escolha, nada da própria identidade parece estar em questão. Há um descompromisso em relação ao próprio voto. Observamos que o eleitor não mais se compromete com o seu representante, uma configuração que também reflete uma possível reação ao desamparo humano. Como não há apelo possível, só resta o descaso em relação àquele que exerce a função social de cuidar do cidadão.

Com o crescente aumento das informações, a diferenciação da sociedade e a complicação das identidades, a política já não tem mais facilidade para reunir os múltiplos interesses ou mobilizar cidadãos ativos, isto é, indivíduos empenhados em ponderar, refletir e, acima de tudo, intervir conscientemente no processo mesmo de tomada de decisões. À política falta agora maior poder de sedução e maior capacidade de atrair os cidadãos para a esfera pública, para o desempenho de funções dedicadas a objetivar controles democráticos e decisões “gerais”, válidas para todos. Isso gera apatia, impotência, indiferença. Os depoimentos de nossos entrevistados apontam que o político não diz respeito a ninguém, está longe. Não se deixa captar na vida das pessoas, não se enquadra num campo cultural; a tendência é se escolher o sem importância, o agradável, o “soft”.

Esse quadro demonstra a importância da dimensão subjetiva da política. A política é feita de *desejos* e de *medos*, portanto é necessário perguntarmos por sentimentos involuntários, para refletirmos o significado político que pode ter o sentimento de medo e desamparo ou desencanto que se descobre em cada um,

dando uma visão política aos temores e anseios que esses sentimentos nos provocam (LECHNER, 1990).

Podemos pensar aqui na necessidade da ordem como aquilo que dá sentido, por isso é desejado: a ordem como transformação, como utopia, e não como a perpetuação do que existe. Uma vez que a realidade é uma infinidade de complexos fragmentos, ela impede toda intenção de ordenamento. Porém a ordem é necessária: é uma intenção de compartilhar, de fazer visível o coletivo. Só é compartilhado aquilo que elaboramos intersubjetivamente. A ordem está relacionada com a democracia e com a transformação social. É a esfera pública estabelecendo parâmetros (LECHNER, 1990).

Normalmente, refletimos a dinâmica institucional, a estratégia dos atores e os condicionamentos econômicos sem considerar a experiência diária das pessoas, seus medos e seus desejos. É necessário uma aproximação do substrato cognitivo-afetivo da democracia para se obter um ponto de vista diferente da política. Apontamos aqui a importância de adentrar no imaginário político, nas imagens que são formadas da sociedade como produção coletiva-conflitiva de uma ordem. Em cada época, cada grupo define a partir de sua experiência o sentido de "ordem". A política é entendida como uma luta pela ordem coletiva, a organização de parâmetros sociais que viabilize a vida em sociedade.

Podemos pensar que, a partir da queda do muro de Berlim e com a crise do Leste Europeu, os significados mínimos e balizadores que foram construídos com base nas utopias modernas caem por terra, o mundo político perde seus referentes. E os reflexos se fazem presentes nas crises da representatividade.

Com o desmoronamento do socialismo real, colocou-se, no primeiro plano da reflexão teórica, um rompimento com o ideário do Iluminismo, construído no campo histórico da Revolução Francesa, que marcou profundamente a modernidade. A partir daí, nos encontramos ainda numa situação de impasse, na medida em que os modelos políticos que nos orientavam até recentemente entraram em um processo de bruscas alterações. Com isso, não conseguimos, no momento, construir parâmetros políticos para nos orientar no delineamento futuro da nova ordem.

A importância de toda essa discussão para a relação entre estado de desamparo e escolha eleitoral é que esse estado, próprio da constituição do sujeito, do fato de ele depender de um Outro para se constituir, coloca-o na condição de ser totalmente dependente dos referentes da cultura para manter seu próprio estatuto e

poder dar sentido à vida. A era moderna, pela caracterização esboçada, foi criando as condições para o desamparo, uma vez que a quebra de referências mais consistentes faz com que se dilua o lugar da política como um mecanismo que liga as pessoas, na construção de um mundo comum.

As pessoas por nós entrevistadas colocam os políticos em descrédito, de modo que estes não ocupam mais o lugar de referências políticas para a população, representam apenas um objeto a mais para ser consumido e utilizado. Eles não são levados a sério, principalmente pela população de baixa renda. Isso possibilita que as *escolhas eleitorais* reflitam a demanda social: elas estão cada vez mais mobilizadas pelo *utilitarismo*, pelo *imediatismo*, pela falta de critérios mais amplos e universais, muito mais pautadas pela negociação da migalha, sem qualquer vínculo com um projeto para a sociedade.

Considere-se, por exemplo, o clima de apatia e desinteresse que impregna nossas grandes cidades. As eleições não estão conseguindo despertar as pessoas ou mexer com o imaginário delas. Transcorrem como se estivessem despojadas de maior significado, como se fossem um momento a mais da *vía crucis* da cidadania. São entendidas como “obrigação” e pouco provocam de interesse ou paixão. Os eleitores têm votado e participado politicamente para se defender, não para tomar a iniciativa e “atacar”; em suma, por razões mais éticas e moralizadoras do que propriamente políticas.

Vivemos numa cultura de desencantamento, somada a uma versão diminuta da democracia, embora percebamos o esforço que o governo atual vem fazendo para tornar mais substantiva a participação, através da valorização dos conselhos e das conferências. A vida política vai além do rito eleitoral. No entanto a grande maioria não percebe a importância da participação ou, mesmo percebendo, se engaja sem uma capacidade maior de elaboração. A motivação para o engajamento do nosso eleitor apresenta-se dificultada, haja vista a semelhança dos discursos dedicados apenas a justificar realizações e proclamar habilidades administrativas.

Parlamentares, partidos, instituições políticas de um modo geral não estão se mostrando à altura dos desafios e das expectativas das pessoas, e estas, impossibilitadas de reverter o quadro, viram-lhes as costas. Nos depoimentos, observamos quanto alguns eleitores estão confusos com a multidão de siglas e legendas vazias de significação e força efetiva, atrás das quais se escondem interesses imprecisos, oportunistas, mesquinhos. Eles buscam, dessa forma, outras

opções: fecham-se em si mesmos ou partem para a ativação de redes de solidariedade “informais”, estranhas ao governamental e à política tradicional, criando, assim, novos espaços de convivência e atuação, onde imaginam projetar soluções, levá-las à prática, fixar novas expectativas de direitos, enfim fazer aquilo que os políticos não fazem. No limite, agem como se estivessem dispensando o sistema representativo.

A função da política é também propiciar a conversão da disputa destrutiva em disputa construtiva, permitir a passagem do conflito paralisante para o conflito transformador. Como nos lembra Nogueira (2001), “sem assimilar os elementos histórico-culturais que estão na base de qualquer governo, sem incorporá-los ao ato mesmo de governar, o governante não governa: não pode ter a pretensão de interferir nos rumos de sua comunidade, direcioná-la” (NOGUEIRA,2001,103).

A política, portanto, não pode ser legitimada por interesses imediatos de um determinado grupo organizado, ou mesmo de uma “maioria”, mas sim pela capacidade que esse grupo (uma classe, um partido) tem de superar seus próprios interesses particulares e colocar-se na perspectiva da comunidade como um todo.

## 5 FALAS E CONTEXTOS

Realizamos um total de 44 entrevistas, quatro por bairro. Desse total, escolhemos 13 depoimentos para serem aqui analisados. São dois grupos de entrevistados: oito líderes comunitários e cinco moradores da periferia. Porém todos os depoimentos foram contemplados para efeito das análises dos dados, ou seja, apesar de apresentarmos 13 depoimentos, os 44 foram levados em conta para nossas conclusões.

Este capítulo apresenta, pois, o caminho que percorremos para fundamentarmos a nossa tese. Procuramos tratar com cuidado e rigor as falas dos nossos entrevistados, valorizando os discursos como pistas primorosas para um trabalho que tematiza os aspectos subjetivos das escolhas eleitorais.

Os depoimentos aqui apresentados nos trazem dados importantes acerca do lugar da política, para a população. As escolhas eleitorais refletem que as pessoas fazem uma diferença entre os políticos e a política. Esta última é considerada importante para a sociedade. A maior parte dos entrevistados espera dela uma saída para o seu cotidiano, embora a desvincule de projetos para a sociedade. É como se o propósito da política fosse simplesmente responder às demandas de necessidade das pessoas. Não importam muito os projetos coletivos, mas as mudanças propiciadas em suas vidas. No entanto os políticos não têm estado à altura das demandas da população, propiciando um descrédito e ameaçando o campo próprio da política.

### 5.1 APRESENTAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS LÍDERES COMUNITÁRIOS

#### 5.1.1 Depoimento 1

F.M.S: solteira, 37 anos. Nasceu em Carnaubais - RN , mora na vila de Ponta Negra. Tem escolaridade superior, quatro filhos e, no momento em que a entrevistamos, estava desempregada.

➤ Origem familiar

F. veio de uma família muito humilde, sendo a segunda filha de uma prole de seis. Diversas passagens do seu discurso apontam para o lugar que ela concebia ter na família: “eu era o patinho feio da família”; “uma menina que nasceu com o sangue sujo”; “a negra da história”.

Sua mãe sempre trabalhou fora e foi o pai quem criou os filhos, tendo em vista ser aposentado quando se casou com sua mãe. A criação do pai ocorreu com muita grosseria com os filhos, principalmente com F. , dizendo sempre que ela não era sua filha, o que a deixava com muita mágoa. A mãe era omissa, sempre agüentando tudo calada. Dessa forma, F. nunca se sentiu protegida.

Existia em F. uma luta interna por inclusão. Na época em que trabalhava numa escola, sentia-se excluída: “eu sempre tive condições de assumir uma turma como professora, mas eu só ficava como auxiliar”. Esse fato fez com que ela saísse da escola e fosse procurar outras oportunidades. Em outra passagem do seu discurso, diz ainda:

Eu já sofri alguns preconceitos com respeito à situação financeira, de você não estar à frente de uma sala de aula porque não tem um carro, de você não participar das rodas de sair porque a situação não dá...Eu sou uma pessoa que começou a estudar tarde e, para algumas pessoas, eu não tenho o direito de pensar, de querer alçar vôos. “Ah! O que você tá fazendo aqui, fulana? Você não tem o direito de estar aqui, você não tem pós-graduação, você não tem isso, você não tem aquilo”. No nosso meio acadêmico existe muito isso.

Percebemos, de partida, que a **posição subjetiva** de F. frente ao Outro é uma posição de excluída, de discriminada, embora ela não se acomode nesse ponto. Essa posição influenciou também o lugar que F., sem perceber, foi construindo socialmente. Há um censor interno que parece dizer-lhe que ela não tem direitos, algo que escutou a vida inteira em sua família. A posição subjetiva central de F. a partir da qual ela dialoga com o mundo é a de lutar contra o seu lugar de discriminada.

➤ Projetos de vida

Ao mesmo tempo que se sentia discriminada, F., paralelamente, lutava contra isso. Foi nos estudos que encontrou a possibilidade de conseguir o que tanto



sonhara. Acreditou que sua vida tinha tomado um rumo diferente quando, depois de trinta anos, voltou a estudar. Antes de tomar essa decisão, dedicava-se à família: separou-se muito cedo e teve que cuidar dos filhos. Considerava-se que não fora feliz nos seus relacionamentos amorosos, mas com os filhos sentia-se inteiramente realizada:

Depois que eu criei os meus filhos resolvi que iria buscar alguma coisa que ao longo da vida não tivera oportunidade. Fiz supletivo, depois fiz magistério e resolvi fazer vestibular para pedagogia e passei.

O estudo mudou o seu modo de pensar e tudo que conseguiu superar na vida foi graças a isso:

Meu sonho é assumir uma turma como professora, sempre que trabalhei numa escola foi como professora auxiliar. Fiz agora o concurso para professora pela Prefeitura e estou otimista para passar. Atualmente faço um trabalho na biblioteca de uma ONG com crianças carentes, despertando o gosto delas pela leitura. Faço com muito gosto, conto história com bonecos, eu fantasio. Eu sempre acreditei, quando voltei a estudar, que a gente tem que ler com prazer [...], então eu fui ficando conhecida aqui no bairro [...]. Eu me posiciono na vida como uma pessoa agradável que através de mim serei uma referência para eles.

Antes de começar a estudar, F. já era *contadora de história*. Gostava de fazer boneco de pano, de papel machê. Transformava sucata em arte: “eu sempre tive isso sem ninguém me ensinar, aprendi sozinha, eu observo as coisas e faço”. Foi dessa forma que F. fez amizade com algumas professoras, começou seu envolvimento com a educação e, então, voltou a estudar. Como se evidencia no discurso de F., o estudo, a educação, passa a ser o **projeto ordenador** da sua vida. Ela encontra um lugar no mundo a partir desse encontro com o estudo, que lhe permitiu suportar melhor o lugar de excluída.

➤ Relação com a comunidade

A maioria dos laços que F. estabeleceu com a comunidade foi a partir da posição de educadora: “eu centralizo em mim, como um educador, que tenho que fazer alguma coisa. Eu procuro ensinar à comunidade como tratar o lixo, o cuidado com a rua, com o bairro”.

Ela mantém vínculos com a *religião*, uma outra maneira que encontrou de estar em comunidade, e se refere ao seu processo religioso da seguinte forma:

Eu acho a religião importante na vida de qualquer pessoa, principalmente na minha. Só que eu não tenho uma visão radical da religião, eu fico meio inquieta.

Eu não gosto de ninguém me dando ordem, eu não gosto de seguir ninguém, eu não tenho líder nenhum, eu não tenho mito, então me afastei um pouco.

Os seus filhos tiveram a oportunidade de ser criados na Igreja evangélica e ela considera que a situação deles hoje é fruto dessa criação, da oportunidade que tiveram de “serem criados na igreja com limites, com regras”. Alguns valores que passou para os filhos ela atribui à religião: é evangélica.

A maneira como F. estabelece vínculos com o outro se apresenta através de uma dose de reserva e é assim que ela se posiciona na comunidade: “eu costumo dar mais do que receber”. Ela precisa, até para não se decepcionar, de afirmar que a sua confiança tem um limite e isso aparece tanto na maneira como ela encara a religião, quanto na com que encara a política.

➤ Relação com a política

Nessas últimas eleições eu votei em todos os candidatos do PT; mas não por acreditar neles em excesso [...]. Eu sou uma pessoa que votou no governo que está agora. Não estou criticando ainda porque acho que o tempo é muito pequeno, mas eu também não acredito neles não; eu sou pé no chão [...]. Eu não tenho partido, eu não tenho paixão política [...]. Os políticos não são merecedores da minha confiança, pois estão muito centrados neles mesmos.

Como vimos inicialmente, a posição subjetiva de F. a faz lutar contra a sua discriminação posicionando-se de modo reservado e independente do Outro, seja ele o da religião ou o da política, apesar de observarmos que ambos são importantes em sua vida: ela conta com isso. A sua história de vida já delineava uma dificuldade com esse Outro representado pelo pai, que, no contexto familiar, não a reconhecia como filha. Dessa forma, ela porta essa marca da desconfiança com o Outro.

É perceptível a ambigüidade do discurso de F. quando ela tem que tratar da questão da confiabilidade dos políticos: há momentos em que fala deles como sendo todos iguais, outras vezes se coloca como confiante:

Eu não acredito que a gente tenha parado no tempo: eu acho que a política no Brasil cresceu bastante, eu dou crédito a essas pessoas que estão trabalhando com seriedade. Quem são eu não sei, mas eu sei que existem, eu acho importante que existam.

Como vemos, essa passagem do seu discurso é bem diferente da anterior. Percebemos, então, que F. sinaliza acreditar que existem pessoas zelando pelo bem comum, o que denota o caráter **protéico** dado por ela à política, embora tema que isso possa não existir. Outro modo pelo qual ela demonstrou o lugar do político como aquele que pode proteger foi ao relatar um problema complicado ocorrido na sua família o qual foi resolvido por um político:

Tenho uma irmã que se envolveu com um traficante, foi presa e quem nos ajudou foi um político. Eu o admiro porque a gente ficou com uma dívida de gratidão: ele providenciou um advogado, é uma pessoa até evangélica (da mesma religião que F.). Eu tenho admiração por aquela pessoa, eu tenho um certo carinho.

Para F., a política é importante porque, segundo ela,

Ninguém vive sem política: eu acho que nós não vivemos mais sem a política. O povo tem que lutar pra mudar a realidade dessa política que está aí, mas viver sem política não pode, pela questão da organização mesmo. Todo país precisa ter uma política séria, voltada para o social, que invista na educação, na vida de todo cidadão.

➤ Escolhas eleitorais

É interessante observar que aquilo que estamos denominando de **projeto ordenador**, que, no caso de F., aparece como sendo os estudos, a educação, é um mecanismo que é acionado no momento em que ela tem que fazer as suas escolhas eleitorais.

A primeira coisa que a política deveria se preocupar era em investir na educação. Um país que não tem uma educação sólida vai viver sempre mendigando, porque o conhecimento é o que faz o homem crescer, ampliar os seus espaços [...] Porque se você tem educação, você tem saúde, tem respeito, tem dignidade [...] O político precisa montar um esquema para ter uma educação sólida, porque é através do conhecimento que você começa a pensar melhor as suas atitudes, buscar outras coisas e conseqüentemente melhorar a qualidade de vida. Eu não vejo outro caminho para o país.

A educação tem para o país o mesmo sentido que tem na vida de F. Para avaliar os governos, o que ela observa é o que eles estão investindo em educação. Apesar de parecer não estar tão confiante no governo do PT, ela acredita que, dos partidos atuais, é o que melhor se empenha em trabalhar pela educação. Foi com essa perspectiva que ela votou nesse partido, apesar de fazer críticas a algumas de suas propostas educacionais. Ela é contra a política de cotas para negro: “A revista Nova Escola, na época da política, colocou todos os projetos do governo e eu tenho essa revista e esse era o ponto mais importante para mim, o que me ajudaria a definir o meu voto”.

F. diz, ainda, que procura prestar atenção na história política do candidato:

Mas dizer que eu faço mesmo uma pesquisa a fundo de como está esse candidato atualmente, isso eu não tenho condições de fazer [...]. Eu dou um voto de confiança para esse fulano, eu fico prestando atenção no governo [...], eu presto atenção nas mudanças. Tanto faz para Presidente como para candidatos de outros tipos, eu voto da mesma maneira. Se o político for honesto o resto vem junto e todo mundo sabe quem é honesto e quem não é. Tem que demonstrar que deu certo na vida [...]. O debate na televisão também ajuda a gente a conhecer; o programa eleitoral gratuito é só farsa, eu não acredito muito não, acredito naqueles que eu já conheço [...]. O candidato que mostra a cara o ano todo, fora do período de campanha, é o que deveria ser mais votado, mas nem sempre é assim. Por muitos anos eu votei na direita, que o meu pai era muito apaixonado e fazia muita propaganda e a gente vai muito sem saber, e eu era muito ignorante, eu não lia nada [...]. Mesmo sem ter um relacionamento bom com meu pai eu sempre admirava ele pela sua inteligência [...]. Hoje eu já tenho consciência de ler e de saber o que é que eles estão fazendo; o estudo me deu isso.

O projeto ordenador, conforme estamos considerando, serve na vida de F. como um amparo, um sustentáculo que direciona a sua vida, de modo que, quando teve que fazer suas escolhas eleitorais, partiu dele como uma referência segura.

➤ Opinião de F. sobre as escolhas eleitorais do seu bairro

A comunidade daqui é muito *iludida*, é tipo um interiorzinho, aquele conchavo com político. Em época de eleição os políticos passam apertando a mão do povo prometendo as coisas. Assim: tem uma quantidade de pessoas que não são daqui que já trazem essa visão parecida com a minha e até são bastante atuantes, mas a comunidade mesmo, os nativos daqui, eles têm uma *mente muito estreita* [...]. O pessoal aqui vive da praia, essa praia é que sustenta o povo, os

empregos informais. Então assim é um povo que *não tem muito tempo, raramente pára pra pensar, é um povo muito da prática*, de trabalhar no pesado, de subir essas ladeiras e descer. A política desse país é de muita festa, de muita mentira. Em época de campanha tem muita festa aqui na vila, então os políticos vêm, trazem cantor, trazem isso, trazem aquilo [...]. Agora não, mas há alguns anos atrás traziam tijolo, faziam casa, davam cestas básicas. Se dão ainda, eu não estou sabendo [...]. Pra você ter uma idéia, aquela Fernanda Freire fez uma campanha grande aqui na vila de Ponta Negra, uma mulher que ninguém nunca nem ouviu falar: morou ali na orla da praia ou morou em Brasília, não sei por onde. Mas eu fiquei assim aterrorizada porque eu vi pessoas que eu conhecia fazendo campanha pra ela, e ela conseguiu uma margem de votos muito grande aqui e se elegeu. Para você ter uma idéia de como eu não estou mentindo. *As pessoas vão nessa onda* e também o que eu vejo nas pessoas é o seguinte: eles dizem: “eu não tenho nada a ver com isso”, que não gostam de falar de política, e aí *são manipulados* [...]. Eles gostam de ver isso, de ser importante, desse pessoal rico precisar deles, ficam tudo abestalhado [...]. Isso eu considero um atraso muito grande; é *falta de educação* e de *conscientização* [...] Tem pessoas que brigam na rua por dinheiro, por causa de dez reais, para estar lá o povo se estapeando [...] A televisão vai influenciando a quem não tem conhecimento, quem não gosta de pensar e acredita em tudo o que vê na televisão. Acreditar em tudo que se passa na televisão é igual a acreditar em novela.

O discurso de F. aponta vários elementos que, segundo ela, estão presentes no modo como a população periférica de sua comunidade trata a política e os políticos: se ilude facilmente; tem uma mente estreita; não tem tempo para pensar, são pessoas da prática; se ilude com as festas, vai na onda; não se implica, não gosta de política e, dessa forma, é manipulada, gosta de se sentir importante, briga na rua por dinheiro.

Todos esses elementos apontam uma forma descomprometida de essa parcela da população lidar com os objetivos coletivos, aspecto recorrente em outros depoimentos. A ausência de um projeto, de uma perspectiva coletiva, coloca esses eleitores como presas fáceis dos interesses eleitoreiros dos candidatos. A questão de se sentirem importantes por serem procurados por candidatos ricos também aponta o lugar de inteiro abandono em que se situam, de modo que a procura dos candidatos dá a eles um pouco de dignidade e acolhimento. Mas não podemos considerar que eles sejam passivos, eles sabem o que querem e de quem podem usufruir. Desse modo, os políticos perdem o controle da situação, para sempre uma dúvida em todo candidato sobre a fidedignidade do seu eleitorado.

Através do depoimento de F. sobre os eleitores do seu bairro, fica, desde já, perceptível a dimensão do desamparo como um componente subjetivo que os

mobiliza para um tipo de política: aquela em que o candidato se coloca à disposição do sujeito para atender demandas que não estão diretamente ligadas à política, mas voltadas para os limites impostos por suas precárias condições de vida.

O que F. está apontando coincide com as análises que estamos fazendo sobre as escolhas eleitorais dessa parcela da população: a falta de ideais e de projetos que possam servir de contraponto ao desamparo, que é de estrutura, faz com que a miséria seja vivida como abandono. Dessa forma, a população não dialoga com projetos, tratando a política como uma questão pessoal. Essa caracterização aproxima-se daquilo que Freud (1930) denominou de “miséria psicológica das massas”, criando as condições para um caminho que é fértil para aqueles políticos que se apresentam como podendo tirar o sujeito da sua miséria.

#### 5.1.2 Depoimento 2

A.A.T: casado, 79 anos. Nasceu em Panon I, município de Açu, mora no Alecrim. Estudou até o primeiro ano do ensino fundamental, tem dez filhos, é aposentado pela Base Aérea como artífice de eletricidade e comunicação.

##### ➤ Origem Familiar

A. considera que a sua vida é uma história de muitas dificuldades: “Eu não devia nem contar isso, mas foi o que eu passei”. Relata-nos que passou muita necessidade no sertão devido à pobreza. Por volta de 1942, A. comia qualquer coisa: juá, carnaúba, aguapé, xiquexique; quixaba “só escapava porque Deus era grande”. O objetivo da sua vida passou a ser sair de casa, fazer alguma coisa para ajudar os seus pais. Nessa perspectiva, ele viaja pela primeira vez para Mossoró, junto com quatro colegas; depois foi a Areia Branca, “sempre à pé”. Quis ir para o Amazonas, o pai não deixou.

Em 1942 passou em sua casa um tio “que vinha sem rumo e sem direção”, A. pediu ao pai para acompanhá-lo e o pai deixou. Vieram desde Açu a Natal parando pelo caminho, sem dinheiro, com uma sacola nas costas e pedindo esmola para comer. Vieram pela linha do trem para não se perderem. Nessa época, A. deveria estar com dezoito anos. Eram quatro filhos na sua família e ele era o terceiro.

➤ Projeto de vida

Todo o percurso de A. foi traçado com grande dificuldade e, principalmente, com obstinação. A. queria ser bom em tudo que fazia: como oleiro, jardineiro, criador de pombos-correios, eletricista. Considerava-se “uma pessoa muito esperta e trabalhadora”. E foi a força do trabalho que foi empurrando A. sempre para a frente. Quando chegou a Natal, ele trabalhou como servente, pedreiro, limpador de fossa até conseguir emprego público. Na Base Naval, trabalhou como jardineiro e criador de pombos-correios, numa época em que, segundo o seu depoimento, a comunicação era muito precária. A maneira como A. fala da sua relação com o trabalho sinaliza sua crença em que essa seria a única saída para se colocar numa melhor posição. A sua aposta era em si mesmo, e isso o fazia destemido perante as dificuldades:

Como eu era uma pessoa muito curiosa fui crescendo com essas atividades, principalmente a de jardineiro [...]. Um engenheiro ao visitar a Base, viu o meu trabalho e me convidou para o 5<sup>o</sup> Distrito Naval, dobrando o meu salário. Aí passei uns quatro anos [...], depois tive um aborrecimento e saí para trabalhar por conta própria de jardineiro: “o Jardineiro do Povo” (slogan colocado na sua maleta de trabalho). Eu era o jardineiro mais famoso que tinha aqui, tanto que cheguei a ser entrevistado diversas vezes.

Por conta das suas habilidades A. foi convidado a trabalhar na Base Aérea de Natal (Catre), e acabou morando lá. Diz ele: “Nunca tive professor pra nada; aprendia na curiosidade”. Dessa forma, mexeu com motores de avião e com eletricidade: “quando eu entro numa coisa me dedico mesmo”. Deixou a jardinagem porque estava gripando muito e passou a se dedicar à eletricidade: “Na época achava que essa era a maior profissão do mundo, aquilo para mim era uma coisa muito séria”. Dessa forma, foi considerado um dos melhores eletricistas de Natal e se aposentou, pelo Ministério da Aeronáutica, como: “artífice de eletricidade e comunicação”. Depois que se aposentou, continuou trabalhando fora: “trabalhei até onde podia trabalhar”.

O que se evidencia no depoimento de A., a partir da sua história, é uma **posição subjetiva** provedora, uma posição não acomodada, ativa diante das dificuldades. A sua missão era a de tirar os pais da miséria, ou seja, ampará-los:

“isso foi uma coisa que eu fiz, de tudo o que eu ganhava eu mandava um pouco pra eles”.

O que estamos denominando de **projeto ordenador** aparece, portanto, na vida de A. como sendo o trabalho, a obstinação de poder prover seus próprios sonhos. Foi tomado por esses objetivos que ele começou um trabalho na sua comunidade através do Mauá Futebol Clube do qual foi presidente e fundador. Foi também presidente do Conselho Comunitário das Quintas, bairro que englobava ainda os de Dix-Sept Rosado e Alecrim.

➤ Relação com a comunidade

Através dessas organizações de futebol, A. adquiriu muitos benefícios para as comunidades das quais fez parte. O impulso provedor era de tal monta nele que ele praticamente “constrói uma cidade”. Depois de aposentado, retorna ao seu município de origem e vai reconstruindo, canto por canto, a cidade perdida dos sonhos de menino pobre:

Quando eu me aposentei decidi retornar à minha terra de origem para descansar, mas chegando lá me deparei com uma população tão carente e desinformada que resolvi deixar o descanso para outro momento.

A primeira providência tomada foi informar-se sobre o número de analfabetos existentes na comunidade. Para isso realizou um censo e aproveitou para nomear as ruas e colocar numeração nas casas. Com dificuldade, fundou a primeira Associação Comunitária e Clube de Jovens de Panon I. Inicialmente, tentou realizar obras em regime de mutirão, mas essa iniciativa não foi adiante porque os moradores não se sentiam motivados por suas idéias.

Com recursos próprios, A. construiu, ainda, a Escola Comunitária Professor João Alves Teixeira: “esse nome foi dado em homenagem ao único professor que tive em toda a minha vida e com o qual aprendi tudo o que sei”. Várias outras coisas foram construídas por A. com recursos próprios e através de festivais de prêmios que realizava em benefício de alguma obra. Dessa forma, fez a Igreja de Nova Esperança; depois fez um clube de futebol; a creche Luíza Guarim de Oliveira, “uma parteira da terra que mais parecia uma médica”; fez ainda uma lavanderia comunitária, parada de ônibus, uma subdelegacia, um posto da TELERN: “foi uma



época que eu ganhei muito dinheiro e achei que tinha que fazer essas coisas”. O que havia do governo, segundo seu depoimento, era um poço, uma caixa d’água e um posto de saúde. Admite que sua família admira, mas não aprova o seu trabalho.

Para A, sua maior realização foi o abastecimento d’água da comunidade de Panon I. Antes, o abastecimento acontecia por intermédio de um poço da Fundação Nacional de Saúde (FNS). A água, no entanto, era de péssima qualidade, não recomendada para consumo:

Cavamos um poço, fizemos uma nova rede de abastecimento e construímos uma usina de dessalinização, e hoje a comunidade já não precisa caminhar um quilômetro para ter água de boa qualidade correndo nas torneiras.

Com orgulho, ele comenta: “Panon I é considerada a comunidade mais organizada do Vale do Açú”. A. se sente, portanto, um vitorioso: orgulha-se de ter dado educação aos seus filhos e todos terem feito curso superior. O que estamos denominando de **posição subjetiva** de A., ou seja, seu impulso provedor, pode ter interferido no fato de nunca querer ter os políticos metidos nas organizações populares. O que aparece como valor para ele é poder dizer o que fez e o que realizou. Os políticos, dessa forma, eram solicitados apenas como possíveis parceiros: “é cada um no seu canto”.

➤ Relação com a política

De uma maneira geral, A. olha a política com desconfiança. Quando fazia parte do clube de futebol, observava que a aproximação dos políticos atrapalhava a organização e a unidade do grupo: “as pessoas passavam a se dividir em torno de político A ou B”. Ele gostava de trabalhar desatrelado dos políticos. Tinha as suas preferências partidárias, mas não as misturava com o seu trabalho comunitário:

Agora a política de vergonha é necessária ao cidadão, mas não precisa deles usarem as pessoas; basta fazer o que precisa, que a população reconhece quem faz. Se só tem desonesto o povo também se aproveita disso; agora eu mesmo não preciso dessas coisas não.

➤ Escolhas eleitorais

A. diz que não tem partido, mas, como é um trabalhador e operário, sempre “puxou pro lado do PT”:

O que influenciou muito na votação do Lula é porque ele era um operário igual a gente, era torneiro mecânico, e o povo olhava isso. Não sei se ainda nas próximas eleições vão olhar: hoje o pessoal mete o pau no governo, mas eu vejo que é tão difícil fazer as coisas. É difícil a gente governar a casa da gente, se tiver um filho dentro de casa é muito difícil manobrar pra fazer o que você quer, que dirá um país, né? Eu espero que esses três anos o Presidente faça alguma coisa [...]. Um candidato conhecido, a gente já sabe como ele é [...]. A televisão traz um reforço pro candidato, mas dizer que define é mentira, os jornais, as revistas dão notícias dos fatos, é bom ler, se informar, mas o candidato já tem que ser conhecido do povo. Pelo menos comigo é assim, não sei os outros.

No ato de A. fazer as suas escolhas eleitorais, o seu projeto ordenador-aquele que norteia o seu caminho, que move os seus sonhos -, orientado a partir da sua **posição subjetiva** provedora, emerge como um dos elementos motivacionais para o voto. O PT colabora nesse projeto, como um parceiro que pode, assim como ele, prover os trabalhadores, estar do lado daqueles que procuram, no trabalho, um alento na vida. O PT seria, para A., o *símbolo guardião* do trabalhador; teria objetivos parecidos com os dele: o de olhar a população carente. Apoiada nessas perspectivas é que estamos articulando a questão do desamparo e as escolhas eleitorais; ou seja, as pessoas vão procurando dar um rumo à própria vida, de modo a minimizar sua condição de desamparadas, identificando-se com projetos que sinalizam a possibilidade de facilitar esse caminho. Isso lhes serve de amparo na vida e se apresenta como um dos norteadores das escolhas eleitorais.

➤ Opinião de A. sobre as escolhas eleitorais da sua comunidade

A. se diz insatisfeito com as escolhas eleitorais da sua comunidade e sente-se magoado porque a população ainda é muito ignorante. Existem pessoas que não reconhecem o seu trabalho e ainda olham desconfiadas o seu desprendimento:

A comunidade se vende por qualquer besteira. Estão desiludidos com os políticos, a política é de quem der mais. As pessoas só querem levar vantagem: todo o povo pede, só votam por interesse e o voto ainda assim não é garantido. O povo não é esclarecido e os políticos acostumam mal, não dão o bom exemplo. Eles estão ensinando a comunidade a ser assim.

Por exemplo: a gente confiava muito nos juizes; hoje as pessoas só houverem falar em juiz ladrão [...] Os políticos fazem muita politicagem em Panon I e me procuram muito pra eu sair de casa em casa, subir em palanque, mas eu não me envolvo. É tanto que eles nem sabem de que lado eu sou [...] A gente tenta fazer uma conscientização, mas o povo diz: “mas tem graça, eles roubam a gente mesmo, eu vou votar em ninguém de graça, só voto se me der alguma coisa”. A maioria da comunidade fala assim [...] eu conheço um rapaz que ele pede a um vereador R\$50,00, a outro 30,00, só sei que junta um bocado de vereador e ninguém sabe em quem ele vota. Ninguém quer saber se faz benefício: perto da eleição o voto é de quem der alguma coisa, às vezes até uma garrafa de cachaça [...] Eu penso que é porque o povo não é esclarecido e os políticos podiam ser mais honestos e não trabalhar só em benefício deles mesmos. A televisão deve influenciar essas pessoas se elas quiserem. Uma coisa pode ter certeza: o povo não vota certo, mas negocia bem. A maioria não acredita em política e acha que política é pra isso mesmo.

Para A., a televisão e o rádio influem muito nas escolhas da população, mas isso acontece, segundo sua opinião, quando não se conhece o candidato, porque, para ele, o que mais influencia “é o candidato chegar junto para dar alguma coisa”.

As pessoas da comunidade de A. parecem muito distantes dos sonhos que ele alimentou ao longo da sua vida. Diferente dele, a comunidade parece não ter projeto algum, não pensa o futuro, não acredita na política e vive apenas na negociação de um “presente contínuo”. O voto transformou-se em poder de barganha, aspecto recorrente em vários depoimentos.

Entre a população mais carente - moradores de espaços periféricos e desempregados - o **projeto ordenador** é muito precário, criando dificuldades para que se estabeleça nessa um laço com o coletivo.

### 5.1.3 Depoimento 3

R.S.D: casado, 65 anos. Nasceu em Barra de Maxaranguape, mora em Mãe Luísa. Estudou até a 4ª série, tem 10 filhos e, no momento, estava afastado do trabalho, recebendo benefício para tratamento de saúde. Ele é porteiro do Hospital Dr. João Machado.

➤ Origem familiar

Da mesma forma que A. (nosso segundo depoimento), R. saiu do seu lugar de origem e foi para a capital procurar uma melhor posição na vida e ajudar os pais, que eram muito pobres.

Quando morava em Barra de Maxaranguape, trabalhava com agricultura: “levantava de manhã cedo e só voltava à noite para casa”. Chegando a Natal, foi morar com uma tia que residia nas Rocas. Ela fazia tapioca e cocada, e R. saía para vender. Ele morou alguns anos com essa tia, depois foi trabalhar na casa de outra família, passando aí só uns oito meses. Sempre os trabalhos de R. eram com biscates: “eu não conseguia me firmar muito nos empregos”. Depois chegou a época de servir o exército: “servi com muito gosto”. No exército, fez amizades e um dos seus amigos lhe falou de uma vaga de porteiro que surgiu na Casa de Saúde de Natal. Nessa época já estava saindo do exército.

R. trabalhou na Casa de Saúde de Natal por dois anos e depois foi para o Hospital Psiquiátrico Dr. João Machado, também como porteiro. Até o momento da pesquisa, era vinculado a essa instituição, e estava esperando a aposentadoria. Lembra que de tudo o que ganhava mandava uma parte para os pais. Quem conseguiu esse segundo emprego para ele foi um político Dr. Leônidas: “eu agradeço a Deus, primeiramente, depois a ele estar nesse emprego...” R. conta-nos que a sua história é muito sofrida: teve muitos filhos, nasceram dez e morreram dois. Todos os filhos estavam desempregados. Alguns casaram-se e foram morar dentro de casa, aumentando as despesas. Essa luta toda foi deixando-o doente e ele se considerava hoje um homem sem saúde: “sofro de diabetes, tenho problema de pressão alta, já tive sangramento por uma veia dilatada”.

➤ Projeto de vida

Diferente de A., o autor do depoimento analisado anteriormente, R. não conseguiu dar um rumo à sua vida acreditando na força do seu trabalho e valorizando as suas conquistas. Acreditava que o que conseguia era graças a alguém, que foi galgando posições a partir de favores e ajudas: da tia, do amigo, do político, da religião. A luta deixara-o doente.

Podemos pensar, a partir do seu depoimento, que a sua **posição subjetiva** é aquela que só permite fazê-lo avançar na dependência de um Outro. Essa posição

marca toda a sua trajetória de vida, influenciando o modo de ele se relacionar com o mundo.

Observamos, no seu discurso, que a vida dependia da troca de favores, da sorte, de um protetor. Esse é o modo através do qual R. vinha costurando o seu **projeto ordenador**, que estava condicionado a uma exterioridade independente da sua vontade.

➤ Relação com a comunidade

R. começou a se relacionar com a comunidade a partir do futebol: desde pequeno gostava muito de jogar. Chegando a Mãe Luíza, organizou um time de futebol, que era o seu sonho de muito tempo: “com isso fui crescendo como liderança dentro do bairro”.

Através do futebol, começou a ter aproximação com os políticos “porque políticos visam muito o futebol”. Também aqui a forma de R. conduzir o seu clube de futebol foi diferente da utilizada por A. R. não quis aproveitar esse espaço para um trabalho que viesse beneficiar a sua comunidade de forma mais ampla; era o futebol pelo futebol.

A relação que ele mantém com a comunidade desenvolve-se através de pequenos favores: ele procura sempre ajudar aqueles que o procuram, mas não se mobiliza para uma ação coletiva mais ampla. Essa é a posição na qual afirma o seu lugar no mundo.

A religião dá a R. um certo conforto. Através dela, ele encontra uma forma de guiar a vida; é evangélico.

A religião é boa porque a gente não deve gastar aquilo que não tem [...], e traz tranquilidade [...], eu acho muito boa a religião. Na minha vida é muito importante, segura o meu lar e é muito bom para os meus filhos. Muitas coisas que eu quero que eles sigam, dá conselho para aquilo tudo que é errado para eles [...], ajuda a pessoa a ser honesta [...]. Acho até que é por causa disso que eu estou preso mais um pouco, assim de estar com aquela pessoa e não falhar.

➤ Relação com a política

A relação que R. mantém com a política é claramente marcada por sua **posição subjetiva**: a de depender de um terceiro como garantia para sua sobrevivência. A política é o espaço mínimo encontrado para negociar a sua subsistência e a da sua família. Seu vínculo mais direto com a política deu-se

através de Zé de Sousa, que era uma liderança do bairro, do Conselho Comunitário. Vejamos as passagens do seu depoimento que ilustram bem essa posição subjetiva que estamos apontando:

Eu trabalhava na política assim: o pessoal vinha aqui, que eu era amigo deles, me *convidavam* para dar o voto para aquele político dele, aí fazia aquela reunião na casa dele e, pegava o meu título e o da minha família e levava pra lá, e pronto! ajeitava, naquele dia a gente votava [...]. Mas Zé de Souza gostava de manobrar as pessoas como se fosse um filho dele, né,? então eu achei que ele tava querendo manobrar por debaixo dos pés dele e eu não achei de acordo aquilo e cheguei e me afastei dele. Ele queria que eu obedecesse a ele: se eu arrumasse outro político pra trabalhar não achava bom, só ele tirava vantagem, e eu precisava disso para o benefício da minha família.

O que retiramos dessa passagem do discurso de R. é que não era ele quem escolhia os políticos; os outros é que o escolhiam para votar neles. E era dessa posição que R. procurava obter, também vantagens. Afastou-se do cabo eleitoral, por entender que este mesmo queria tirar vantagem sobre ele. Tivemos esse entendimento da fala de R. porque, em seguida, ele diz:

Eu comecei fixe mesmo e tomar gosto na política depois que Dinarte, também outro amigo meu, me apresentou a Américo Godeiro. Foi quando eu fiquei encarregado por uma turma, aí dava certo [...], sempre eu consigo arranjar de certo o voto de umas trinta a quarenta pessoas pra ele e ele também me ajuda.

Como responsável por uma turma, R. conseguia exercitar o seu poder de liderança e, dessa forma, podia obter alguns ganhos. As suas escolhas eleitorais estavam, portanto, marcadas por seu projeto ordenador, o de assegurar uma vida mais segura para a sua família.

#### ➤ Escolhas eleitorais

Quando Américo Godeiro veio conversar comigo aí eu disse: “Olhe, eu sou muito positivo, eu não gosto de político porque político mente muito, a gente pede uma coisa é hoje, é amanhã, fica prometendo [...]”. Ele disse: “Eu tô vindo aqui procurar você pra me ajudar e a gente ajudar vocês em alguma coisa”. Aí eu disse: “rapaz é o seguinte: eu tô com o imposto da minha casa atrasado e se você me der uma ajuda eu posso lhe ajudar também”. Aí eles disseram: “Pronto tá certo, tal dia eu venho pegar!. Ele prometeu, isso ele fez.

A qualidade boa do político é essa, cumprir o que promete. Na minha casa as pessoas votam em quem eu oriento. Eu já me peguei com uns políticos e fico só com aqueles. Mas eu escuto o jornal, os debates [...] Será que fulano é melhor?, Será que tou perdendo o meu tempo? [...] Às vezes me arrependo de votar nesses políticos, porque minha vida era pra estar bem melhor [...]. Além do imposto eu recebi alguma besteira, que na política eles dão um trocadinho a cada um, né? [...] Eu não me arrependi de ter votado nele porque de qualquer forma ele ajudou, ou pouco ou muito ele ajudou. Mas é o tipo da coisa que eu digo à senhora: também não é obrigado todo dia, toda semana, todo mês, tá nos pés dele pedindo as coisas [...]. O que mais eu gostaria de ter conseguido com os políticos e não consegui foi emprego pra os meus filhos [...]. Quando eu vou escolher um candidato eu penso primeiro na minha família e depois vem alguém da comunidade. Eu preciso primeiro amparar a família, porque hoje tudo é pistolão se não tiver pistolão não entra nunca. A gente bota o currículo em não sei quantos cantos, se ali dentro não tiver uma pessoa que dê uma ajuda não sai aquele currículo da gaveta [...]. Já teve outros políticos me procurando, mas só em época de campanha. Quem podia fazer alguma coisa era Américo Godeiro, que já faz mais de cinco anos que venho trabalhando pra ele e é muito chato você tá com um, tá com outro; depois descobre, não dá certo, fazer como muitos por aí que pega dois, três e fica comendo de um lado e de outro [...]. Para mim o candidato tem que vir na minha casa, olho no olho, eu só conheço vendo. Na televisão a gente vê, mas não é a mesma coisa [...]. As pessoas que me procuram geralmente gostam do meu trabalho, porque eu cobrava muito, pedia as coisas assim para o pessoal, chegava um dizia que tava precisando de uma chapa, de um negócio assim, eu ia em cima deles pra pedir.

Percebe-se que, para R., a família tinha que ser amparada por um terceiro, não por ele, porque não tinha condições. O seu **projeto ordenador** era amparar a família através de um outro que olhasse por ele, portanto era um projeto que, para se efetivar, dependia de alguém. O que vínhamos acompanhando até agora nos outros discursos analisados era que cada depoente apresentava um projeto acabado pelo qual queria lutar; em R. esse projeto não existe, o que faz com que ele fique totalmente à mercê da vontade dos políticos, numa subserviência, à espera de um pistolão. Dessa forma, dá-se o encontro entre aquele que procura por uma **proteção** e aquele que sinaliza essa possibilidade, no caso, o político. R. prossegue:

Tem pessoas que têm sorte, falam e conseguem, porque a gente que tem filhos a gente quer ver nossos filhos amparados de certas coisas, principalmente que cada um tenha seu cantinho. Nem isso eu consigo e eu vejo que tem tanta gente que consegue [...]. Eu já disse que não votava em mais ninguém, porque eles cada vez mais estão subindo e a gente está descendo.

Esse ano eu votei no Garotinho, achei que ele sendo crente a gente podia confiar mais um pouco, eu já tinha votado em Lula, esse ano eu quis mudar [...] Eu voto pensando assim que aquele candidato pode mais melhorar a vida da gente [...] A gente vai escutando o que os candidatos vão dizendo, o que eles prometem, o que a gente vai gostando. É desse modo que eu faço.

Segundo o depoimento de R., essas experiências negativas com a política lhe tem ensinado como lidar com o político, apesar de, na prática, R. revelar que não sabe bem o que fazer diante do que observa neles. O seu voto é uma construção que parte do seu ideário. Ele escuta e se interessa por assuntos que estão presentes no seu projeto ordenador e isso o mobiliza e direciona suas escolhas.

Essas experiências têm me ensinado a despertar mais: alguém que chegar aqui eu tenho que falar a verdade e com negócio logo no papel, logo na caneta, porque esse negócio de dizer pra depois não adianta. Eu digo assim: “Eu tô precisando disso e disso pode arrumar agora? Se não der parto pra outro, de promessa já basta!

R. concebe a política como um contrato firmado entre ele e o candidato, um contrato que geralmente é quebrado pelo político. Mas a alternativa encontrada por ele é partir para outro candidato, numa busca incessante por aquele que poderá tirá-lo do seu estado de abandono. Se R. entende que, para obter o que quer, depende da possibilidade de cair nas graças de algum político, as suas atitudes seguem no sentido de encontrar um político melhor ou assegurar-se de que vai conseguir aquilo de que está precisando antes das eleições, o que implica um queixume e uma incerteza de vida permanente. Como os seus construtos identitários são frágeis e escassos - a sua trajetória de vida permite fazermos tal leitura - , R. só consegue estabelecer laço com aqueles que estão no lugar de poder, ou seja, aqueles que, na sua representação, são pistolões.

Há, no entanto, aquele político que, para R., está fazendo o que ele espera:

Uma pessoa que fez alguma coisa e ninguém pode negar foi Wilma Maia. Ela, no período dela, fez muito aqui pelo bairro. Eu sempre acompanhei ela desde quando ela foi prefeita: ela subia aqui esse morro de manhã, ela vinha acompanhar a gente, fazer caminhadas nas ruas, fez calçamento, calçadas, galerias, escadarias. O meu voto eu dou a ela, porque eu via que ela fazia [...] Sobre ela eu não posso falar nada, agora a maioria é só promessa mesmo, mas eu continuo procurando e eles me procurando, eu não deixo de ser firme com aquela pessoa, é uma coisa minha mesmo de ser fiel.



O que podemos destacar no discurso de R. é a sua necessidade de ter uma referência política do seu lado, que signifique um amparo, uma via segura na sua difícil caminhada. Vilma de Faria é aquela que sabe olhar para o pobre, que cuida do ambiente dele, está sempre por perto. No imaginário dessa população mais carente, ela representaria uma mãe provedora.

Vemos também que, mesmo R. percebendo que o político com quem ele se mantém vinculado não está atendendo às suas expectativas, não consegue desvincular-se da sua referência, numa concepção de que muito ou pouco é ele quem dá alguma coisa e a quem ele teve algum tipo de acesso: “eu vou até tirar um dia pra ir ao consultório de Américo Godeiro, aquele Valtemozinho foi quem me informou que eu procurasse ele lá, que eu era conhecido dele, era uma pessoa amiga dele”.

➤ Opinião de R. sobre as escolhas eleitorais da sua comunidade

R. considera que o modo como ele faz suas escolhas eleitorais é diferente do que a população mais carente da sua comunidade utiliza:

Hoje em dia a maioria do povo vende o voto por cesta básica, por besteira, mas eu nunca fiz isso, eu sempre arrumava uma equipe de gente e eles davam alguma coisa e eu contribuía com as pessoas que ajudavam. Eu tinha uma relação de pessoas, sempre eu gostei das minhas coisas direitinha [...] Se me derem uma cesta básica eu não vou dizer que não vou receber, mas eu não voto [...] A maior parte das pessoas só pensam em si [...] Eu já prestei muito serviço aqui, mesmo sem ser de política. O povo aqui não leva a política a sério, é vai-não-vai, um tome-daqui-e-dali; eu acho isso errado.

R. não se inclui entre aqueles que se vendem por qualquer coisa; ele é fiel a um político, organiza as pessoas para votar, leva muito a sério o seu papel de trabalhar para um político, ele faz “as coisas direitinho”. A lógica que parece funcionar para R. é localizar a diferença das suas escolhas eleitorais não nas suas conseqüências, ou seja, não considerando o projeto político do seu candidato, mas na forma como esta é feita. Ele é solidário e comprometido com o político ao qual se vinculou; a postura dos outros é vista como de traição, já que não têm fidelidade a nenhum político.

#### 5.1.4 Depoimento 4

N.N: casada, 42 anos. Mora na Cidade da Esperança, nasceu em Natal-RN. Estudou o 2º grau completo, tem dois filhos e trabalha na Casa Lotérica Para Todos.

##### ➤ Origem familiar

A história de vida de N. está marcada por muita luta e por muito sofrimento, segundo o seu relato. Ela nos conta que sua família é do Seridó (de Acari). Seus irmãos saíram de lá para Natal ainda pequenos. Sua mãe tinha sete filhos quando saiu do seu lugar de origem e, chegando a Natal, teve mais três. No total, foram sete mulheres e três homens. N. é a penúltima filha.

N. nasceu numa época de muita dificuldade para a família. O pai tinha muito dinheiro na cidade de Acari, mas acabou tudo, porque constituiu outra família. Depois ele abandonou a mãe dela e esse fato antecipou a vinda da família para Natal, tomados de muita miséria. Chegando a Natal, foram morar na Avenida 2, no bairro do Alecrim, numa casa de palha. Dormiam todos de rede. Como eram muitos filhos, as redes batiam no teto: “a gente via o dia amanhecer através das palhas”.

Em Natal, a vida era de muita miséria: “nós nunca tivemos nada, nem guarda-roupa, nem mesa, nem cadeira; a gente comia numa lata de doce”. Segundo N. , sua mãe era uma mulher de fibra, era semi-analfabeta, mas educou os filhos trabalhando muito. Os irmãos, ainda pequenos, trabalhavam vendendo pão; as irmãs mais velhas foram ser empregadas domésticas e as mais novas ficavam em casa comendo as sobras que os outros davam. A mãe sempre procurava um jeito para que os filhos não morressem de fome: “tudo o que aparecia ela topava [...], o interessante nisso tudo é que não havia revolta”. As coisas começaram a melhorar em sua casa quando uma pessoa de Acari, Dona Iracema Brandão, vendo todo o sofrimento da sua família, arranhou para a sua mãe um emprego na Escola Nestor Lima, como merendeira.

N. relata-nos que sua vida é uma história de enfrentamentos e desafios constantes:

Quando vim morar na Cidade da Esperança a estrutura era muito precária. Havia muito mato em volta, não tinha água, não havia saneamento, a casa não tinha reboco, o piso era de tijolo e não havia habitação.

Minha mãe chegou a ter tuberculose pela vida difícil e por causa da má alimentação. Nossas calcinhas, para você ter um idéia, eram feitas de saco de farinha de trigo e só com um cordão no cóis.

N. dá ênfase ao fato de nunca ter se envergonhado de ser pobre, mas ressalta que nunca foi *conformada*, porque achava que “um ser humano não podia viver numa miséria daquela”:

Então, eu fui vender alho na feira, fui vender água, enchia as garrafas de água e ia vender, numa época em que água era muito escasso. Depois eu comecei a ver que as pessoas aqui não gostavam de limpeza e a gente era pobre, mas era limpo, então eu comecei a limpar os quintais do povo, a fazer valas para a água correr. Eu cavava buraco aqui na frente que me cabia dentro; eu cavava e não sabia como sair e as pessoas vinham e me puxavam. Eu tinha muita preocupação de não ter lixo na rua e comecei a ver que com o lixo eu podia ganhar dinheiro, então juntava osso, ferro, vidro, papelão. Eu sabia me virar: por onde trabalhava também comia.

Nesse ponto da sua história, N. conta, com orgulho, todas as suas iniciativas e criatividade para sobreviver e que sempre teve ambição de querer mais. O que parece se depreender no discurso de N. é uma **posição subjetiva** de coragem diante das dificuldades, uma força de enfrentamento contra aquilo que parecia estar destinado para a sua família. Essa posição subjetiva vai direcionar toda a vida de N., seus projetos, sua relação com a comunidade e suas escolhas eleitorais.

Desde pequena, N. já era ligada à vida da sua comunidade, como se esse cuidado fosse uma forma de cuidar de si mesma, de assegurar a sua própria subsistência. A sua história se mistura com a da comunidade e esse caminho leva N. a tomar como **projeto ordenador** todo um trabalho voltado para a sua comunidade.

➤ Projetos de vida

N. relata que apareceu na Cidade da Esperança o PIPMO (Programa Intensivo para Preparação de Mão-de-Obra), então ela se inscreveu nesse programa e fez vários cursos: de datilografia, para telefonista, recepcionista, auxiliar de escritório. Tinha quinze anos quando conseguiu seu primeiro emprego como secretária datilógrafa: “meu objetivo era crescer, ajudar a minha família e a minha comunidade...eu tinha uma necessidade imensa de ir pra frente”.

➤ Relação com a comunidade

A relação de N. com a comunidade foi se desenvolvendo à medida que ela ia mantendo atitudes de solidariedade e, em função disso, foi ficando muito conhecida no bairro. Foi dessa forma, segundo seu relato, que Amélia Freire, que trouxe o Circo da Luz para a Cidade da Esperança, convidou N. para fazer teatro e ajudar na coordenação desse circo, onde eram feitos também debates com a comunidade sobre os problemas do bairro. O desdobramento desse trabalho redundou na sua participação numa rádio comunitária num programa denominado: “A voz da comunidade”. Era um programa de duas horas, no qual N. procurava falar das necessidades das pessoas do seu bairro: “elas me ligavam dando a sua opinião”.

Esse lugar da comunidade como **projeto ordenador** na vida de N. aparece claramente quando ela fala da política e dos políticos.

➤ Relação com a política

Eu gosto de política, mas não a partidária e da politicagem, onde você entra na política para se beneficiar e beneficiar sua família [...]. As pessoas vão lhe abordando como se você representasse voto e não você como cidadã. Então eu, com o meu potencial, que as pessoas dizem que eu tenho, sou vista como voto, quantos votos eu posso carregar nas costas, e eu não admito isso [...]. Mas a política comunitária está no meu sangue: eu gosto de discutir, gosto de estar no meio do povo, gosto de esclarecer as pessoas, gosto de ajudar as pessoas necessitadas [...]. Na hora que eu partir pra política partidária tudo isso perde o sentido, no meu modo de ver, porque eu vou estar atrelada a uma porção de vícios e costumes da política partidária: o jogo do poder, o lado financeiro [...]. Eu perderia o respeito, eu passaria a ser *contaminada*, porque na hora que eu me envolvo no jogo político eu não tenho autonomia nas minhas decisões. Tem gente lá atrás muito maior do que eu dizendo: “tem que ser assim, tem que ser assado”. Se eu não permitir isso, eu fico de escanteio, porque seria a briga do rochedo com o mar [...].

➤ Escolhas eleitorais

Eu escolho os meus candidatos quando vejo que eles têm projetos, têm compromisso dentro da minha comunidade. A minha comunidade é minha cidade natal, quer dizer, eu sou daqui da Cidade da Esperança, se eu fosse candidata, as pessoas teriam que saber qual era o meu compromisso aqui, se a primeira coisa que fiz foi me mudar, se eu deixei de andar nas ruas sabendo das necessidades. Não é necessidade de saber o que comeu, é da necessidade da comunidade como um todo, se o posto de saúde funciona, o que de verdade a população está precisando [...].

O PT tem mais compromisso com as comunidades, com os mais carentes. Pode até ser que seja o meu lado de simpatizante, mas nem sempre votei nos candidatos do PT [...]. Hoje eu votei em Lula e votaria 565 vezes se assim houvesse necessidade. Porque ele pegou um governo de elite, que sempre esteve lá no poder [...]. Lula, um homem do povo, se embrenhou na política e aprendeu a fazer o jogo político [...]. Eu acredito nele porque se eu não acreditar nele eu vou desacreditar em mim também [...]. Ele tenta com todas suas garras, com toda sua capacidade [...], mas as pessoas são imediatistas, querem uma mudança-relâmpago. Não existe um país que vem numa peleja desde o descobrimento, que com um ano de governo possa mudar; nem em quatro ele muda [...]. Na televisão eu só me interessava mesmo pelos meus candidatos, eu só assisto o que me interessa, eu me defino antes por aquele que eu conheço a prática. Mas pra muita gente a televisão é o único meio de contato com o candidato; não é o meu caso.

Fica bastante evidente, no discurso de N. , quanto o seu **projeto ordenador** (o trabalho voltado inteiramente para as pessoas da comunidade), que serve de **amparo** para a sua vida, é determinante nas suas escolhas eleitorais. A relação do candidato com a sua comunidade é um dos fatores que mobiliza N. a escolhê-lo. Ela identifica no PT o partido cujos candidatos estão mais voltados para a comunidade, por isso os escolhe. Chama-nos a atenção sua forte identificação com o presidente Lula, fazendo uma total aposta no seu projeto político a ponto de dizer que se não acreditasse nele, deixaria de confiar em si mesma. Lembra, ainda, que a televisão interfere na escolha e influencia o eleitor, principalmente aquele sem esclarecimento da política, que só tem referência da televisão. No caso dela, pessoalmente, o que a leva a escolher o candidato é o que ele faz pela comunidade e a sua coerência política.

➤ Opinião de N. sobre as escolhas eleitorais da sua comunidade

Aqui todos eles compram, eles pagam aqui pelo voto. Aqui ainda existe o clientelismo, que se der um milheiro de tijolo você tem meu voto, aqui existe essa cultura, devido à carência do povo. Onde o governo não faz, os políticos mau caráter fazem, dando dinheiro. É a falha do governo na assistência [...]. Tem também o caráter das pessoas, porque elas querem mudar e têm medo de sofrer a opressão, se não votar naquele candidato eles tomam o emprego que dão. O medo faz as pessoas se acovardarem: querem mudanças mas não querem botar a cara na rua [...]. Aqui quem domina na política é Vilma Maia: ela tem uma base de apoio aqui, tem muitos representantes que fazem trabalhos em clubes de mães. Ela fez aqui o que o povo gosta: fez escolas de 1º grau maior, asfalto, os trabalhos solidários. [...] Acho que é preciso conscientizar a população, estar com ela e abrir seus olhos. É isso que estou tentando fazer agora. Quando eu vi essa necessidade eu chamei

Dalvanira Pereira, que ela é pedagoga, e nós tivemos uma idéia de criar uma ONG. Eu disse: “vamos criar uma ONG que trabalhe a comunidade, a conscientização política”. Nós fundamos no dia 7 de julho de 2003 a AME (Associação Amigos da Esperança). A ONG é independente, não é vinculada a nenhum partido. Eu procurei pessoas que não tivessem vinculação partidária. O nosso objetivo é formar o cidadão, é conscientizar que ele tem direitos e deveres, mostrar que você pode ser pobre, sem conhecimento de política, mas que pode distinguir se aquele político vai trazer benefício para aquela comunidade. Não é benefício pra você não, porque às vezes as pessoas confundem e querem benefício para si. Eu não posso pensar em trazer benefício pra mim, se eu vivo em comunidade. Hoje em dia, as pessoas só pensam assim: “O seu candidato está dando o quê? Ele está dando remédio pra verme, está dando óculos, uma dentadura?” Eles não perguntam assim: “O seu candidato, qual o projeto dele? ele vai fazer o que pela comunidade, ou pra Natal, ou pra o País?” Não perguntam isso; é essa cabeça que precisa mudar. O que leva as pessoas a isso penso que é o descaso do governo de não procurar ser justo com os desassistidos e o caráter das pessoas, como já falei; não é só a pobreza que faz isso.

Essa passagem do discurso de N. ilustra bem aquilo que estamos apontando ao longo do nosso trabalho: que a sociedade atual está permeada por uma ausência de ideais que mantenham o cidadão voltado para ações coletivas. Os ideais sociais pautados para uma construção da sociedade estão escassos e desvalorizados. Há um constante abandono, por parte do poder público, das demandas da população, criando-se as condições para uma prática da política assistencialista. O ambiente torna-se, assim, propício ao estado de desamparo, tendo em vista que uma das formas para aplacar a inexorabilidade do ser é o acolhimento de suas necessidades básicas. Manter-se amparado, dentro da lógica dessa comunidade, é poder compartilhar dessa *oferenda* dos candidatos, a qual, se não garante nada para o futuro, permite um presente menos custoso. Mas o outro aspecto levantado, aquele das escolhas de cada um, que não é simplesmente uma resposta ao contexto do qual faz parte; reflete o que estamos dizendo sobre o aspecto da singularidade, ou seja, como cada um vai redimensionando aquilo que recebeu do seu contexto social.

#### 5.1.5 Depoimento 5

C.R.S: solteiro, 26 anos. Nasceu em Natal-RN-, mora na Zona Norte-, no Conjunto Santa Catarina. Estudou o 2º grau completo, não tem filhos e, durante a pesquisa, estava desempregado.

➤ Origem familiar

C. nasceu em Natal, mas teve que passar um período no interior do estado devido à doença do seu pai “que teve de freqüentar ares do sertão”. Quando a família voltou para Natal, foi morar na Zona Norte, “um lugar que considero esquecido pelos administradores”.

C. é o segundo filho de uma família de seis. Os fatos que ele selecionou para contar a sua história partem de quando começou a estudar no ginásio na Escola Estadual Winston Churchil, período em que passou a “enxergar a vida de uma forma mais ampla, porque antes me restringia muito à Zona Norte”. Foi aí que começou a conhecer pessoas diferentes: “considero essa escola como uma escola da vida, onde aprendi muita coisa. Foi aí que eu me encontrei no esporte(futebol de salão), e fiz parte da seleção do meu colégio e também fui campeão dos JERNs”.

Nessa época, ele entrou também para o Banco do Brasil, para um programa conhecido como MASA (Menor Auxiliar do Serviço de Apoio). Estava, então, com 15 anos e aí ficou até os 18. Essas mudanças, segundo seu relato, causaram-lhe um choque muito grande:

Aquele menino pobre que sai da Zona Norte para um colégio estadual famoso, que entra no Banco do Brasil, isso mudou o meu ciclo social: conheci pessoas de nível social melhor que o meu, financeiramente falando. Entrou aquela fase de adolescente, de querer ser o dono do mundo, de dizer: “há eu trabalho no banco eu vou mandar”. Aí entrei numa fase de rebeldia, de brigar com os pais.

A **posição subjetiva** que se esboça a partir do relato da sua história é um modo de lidar com o Outro estabelecendo uma relação de autopromoção, o de querer abrir novos horizontes e uma posição social melhor. O esporte aparece como uma possibilidade que C. encontrou para conseguir esse lugar. A vida como esportista sempre foi muito importante para ele: “abriu as portas em vários momentos da minha vida”. Começamos a perceber que o esporte aparece na vida de C. como o seu **projeto ordenador**, aquilo que vai costurando a sua relação com o mundo.

➤ Projeto de vida

O sonho de C. era poder montar uma escolinha de futsal na Zona Norte para o pessoal carente da comunidade, que abrangesse garotos de sete a 15 anos. Há muitos anos, vinha nessa batalha, mas nunca conseguiu a ajuda de que precisava para efetivar o seu projeto. Tinha também vontade de fazer curso superior para Educação Física.

➤ Relação com a comunidade

Em 1996, C. entrou para a área do esporte comunitário, através de uma ONG que tinha como objetivo tratar da violência e discutir a questão da cidadania: o Centro Popular João Ricardo, nome dado em homenagem a um rapaz assassinado por policiais embriagados. C. passou um ano nesse trabalho. Considera o ano de 1998 como muito produtivo, tendo em vista o convite para trabalhar como professor de futsal, numa espécie de convênio, na Escola Estadual Walter Eduardo Pereira: “no primeiro ano eu consegui ser campeão do Rio Grande do Norte no CEMES” (Campeonato das Escolas Municipais e Estaduais do RN). Conseguiu também que a sua escola ficasse no 3º lugar do JERNs. Através do esporte, C. tornou-se “celebridade do bairro”, “aquela coisa que todo mundo se volta para você: Pô! aquele cara conseguiu levar a escola daqui!, porque esses jogos realmente são um jogo de poder”.

A partir da liderança de C., as pessoas começaram a incentivá-lo para o trabalho comunitário: “comecei a apoiar candidatos do Conselho Comunitário. A chapa que eu trabalhei foi eleita e a diferença foi o voto jovem”.

➤ Relação com a política

Pelo sucesso no esporte, C. passou a ser considerado como

a menina dos olhos dos políticos, dos candidatos a vereador. Surgiram vários convites, vários telefonemas dizendo que queriam conversar comigo [...]. Apareceu a proposta de um vereador, Jorge Araújo, que se dizia o vereador da Zona Norte. Ele chegou para mim e disse: “C., você me ajuda que eu lhe ajudo com o seu projeto do esporte”. Deu a palavra dele. Aí eu me empenhei dia e noite correndo atrás, isso na eleição de 2000. Ele ganhou as eleições.

Com a ajuda desse vereador, C. montou uma escolinha de futsal, que chegou a conter mais de 50 integrantes. Esse vereador, segundo o relato de C., não ajudou



conforme prometera e C. acabou transformando a escolinha em independente, o que não durou muito tempo. Em 2002, houve nova eleição para o conselho comunitário e C. procurou dar apoio a um novo candidato, sempre atrelando o seu apoio a melhorias para o esporte: “eu tava parecendo, nessa história, mulher de malandro”. Esse candidato ao conselho teve êxito nas eleições, mas novamente o apoio ao seu projeto esportivo não deu certo.

Em janeiro de 2004, na eleição para o conselho comunitário, C. encabeçou uma chapa: achava que seria a sua vez. Para tomar essa decisão, foi conversar com o pai, a quem escuta muito em termos políticos: “eu sigo muito ele”. C. considera-se politicamente independente, apesar de perceber que essa é uma posição difícil: “se existir a posição de centro eu estou no centro”. Hoje C. já não sabe se é independente, porque recebe ajuda de políticos para tocar as eleições do conselho.

Sobre a política, ele diz, ainda, o seguinte:

A política em si é tudo igual: é raro um político não ser igual ao outro, porque hoje você conversa com um político aqui, como eu conversei, o cara lhe promete, bate nas suas costas, e ganha as eleições e vira as costas pra você [...]. Os de esquerda só sabem fazer alguma coisa quando estão na oposição; quando estão no poder agem como se fossem de direita: prometem e não fazem. Mostram que têm um caminho, quando estão lá parece que se perdeu, as ideologias de antes, o entusiasmo de antes, não existem mais.

Para C., a maior fonte de informação sobre a política são os jornais, a televisão, os politiqueros antigos - pai, tio - , mas o que faz decidir-se por um candidato é o que eles estão fazendo para merecerem novamente o seu voto.

A posição de centro declarada por C. em seu discurso parece indicar não a compreensão do lugar que ocupa na política, mas o conflito, a dúvida quanto ao caminho a seguir. Há momentos em que C. considera que todo político é igual, horas em que se identifica com os projetos da esquerda e momentos em que se volta para as perspectivas da direita. O PT, na sua concepção, tem até bons candidatos, mas, como o seu pai aponta, é também um partido de radicais, de porras-loucas. Ele desacredita da política e se esforça para acreditar nela:

Eu ainda acredito um pouco na palavra das pessoas, ainda acredito um pouco no ser humano, por isso uma das coisas que não gosto na política é prometer e não cumprir, a outra coisa são os escândalos envolvendo propina, maracutaias, e outra é ficar contra o povo.

➤ Escolhas eleitorais

O **projeto ordenador** que se constituiu para C. se apresenta, aqui também, como um dos elementos que o mobilizam quando tem que escolher o seu candidato. Esse projeto tem para ele o poder de ser aquilo que dá sentido à vida. Através dele, C. vai encontrando um lugar na sua relação com o outro.

Quando colocamos para C. escolher, a partir de uma construção hipotética, entre dois candidatos com características diferentes: candidato A, que poderia ajudar especificamente o seu projeto de futebol, e candidato cujos projetos eram mais voltados para a educação, saúde, ou seja, projetos mais globais, mas também incluindo o esporte, embora não como ponto central, C. escolheu o candidato A :

Não é querendo ser egoísta não, nem querendo massagear o meu ego, mas eu tocava meu projeto e fazia o candidato “A” abrir os olhos para outras áreas também [...]. Se todo mundo se empenhasse para saber o que é política, procurasse saber quem são as pessoas, o que eram elas antes de ser políticos, quais os projetos que elas têm, quem eles beneficiam, aí realmente a política mudaria um pouco.

Apesar de todo o discurso demonstrando o que tem que ser feito para se escolher um candidato, C. acaba cedendo àquele candidato que promete colaborar para o seu projeto esportivo. Essa escolha não lhe parece fácil: ele fica dividido e acaba fazendo uma “*solução de compromisso*”, ou seja, vota naquele que vai ajudar seu projeto, mas, imaginariamente, se coloca como o porta-voz dos mais carentes, incluindo um projeto que não estava contemplado pelo candidato: dessa forma, não precisa se culpar de “ser egoísta”, ou de “estar massageando o [...] ego”.

➤ Opinião de C. sobre as escolhas eleitorais do seu bairro

Hoje o índice de desemprego é muito grande e falta cultura também. O governo, não sei o governo Lula, que eu acredito que esteja querendo alguma coisa, mas os anteriores, a prioridade dos políticos é ter o povo alienado, não tendo uma visão do que acontece [...]. O que eles oferecem é a política da cesta básica, aquele esquema do cala boca [...]. Aquela pessoa não tem instrução, não tem quem oriente, não tem estudo, vai votar na amizade, no fulano que deixou uma sacola pra mim, vai e vota. [...] Mas, apesar disso, está mudando, vimos o exemplo claro na última eleição: o PT ganhou, Fátima foi a mais votada como deputada federal do Rio Grande do Norte, e isso sem gastar muito. Henrique, que era sempre o mais votado, quase não se elegeu. Não está mudando totalmente, mas está mudando.

Essa mudança é consequência do sofrimento do povo. Alguns estão abrindo os olhos, mas a maioria ainda se ilude com uma cadeira de rodas, uma consulta, exame de dentista. Eles ganham na necessidade do povo: gente que não trabalha, o político chega e “tome quinze para votar”. [...] Mas apesar de tudo a política é necessária: tudo o que você faz tem o dedo da política; agora depende de você enxergar ou não.

C. compartilha a idéia de que existe o interesse por parte dos políticos de manter o povo sem o conhecimento da sua realidade, para que possa ser mais facilmente manipulado através da ilusória troca de favores.

#### 5.1.6 Depoimento 6

M.H: desquitada, 47 anos. Nasceu em Caraúbas-RN- , mora em Felipe Camarão. Concluiu a 8ª série, tem três filhos, e no momento da entrevista trabalhava na Escola Municipal Djalma Maranhão.

##### ➤ Origem familiar

M. não acha fácil dar essa entrevista por se considerar uma pessoa muito fechada para falar de si. Conta-nos que nasceu no sertão de Caraúbas e lá morou até dez anos de idade; depois veio para a cidade. O seu pai separou-se da sua mãe, deixando esta com nove filhos, numa situação muito precária: “meu pai era um pouco relaxado com a família”. M. é a quarta filha. Ela diz: “apesar de tudo, todos eram muito unidos”.

M. chegou a Natal com doze anos e morou em vários lugares, antes de comprar um terreno no bairro de Felipe Camarão, em 1989, onde reside até hoje.

Ela tem poucas lembranças da infância e aprendeu com a mãe, desde pequena, a respeitar os outros e a ter uma formação religiosa. Foi católica e hoje freqüenta a Igreja dos Mórmons, junto com os filhos: “eu gostei do programa que eles tinham, que visava muito a família”.

Seu primeiro trabalho foi nas Confecções Guararapes. Trabalhou lá por muitos anos e, por cansaço, pediu para sair. Depois foi trabalhar nas Malhas Mil, também com confecções.

Casou-se com 24 anos e, quando casou, parou de trabalhar: “o único lucro do meu casamento só são meus filhos. Inventei de casar por casar; eu não estava nem no momento certo, nem com a pessoa certa”. Passou seis anos casada, até 1986, e até hoje permanece só, colocando sempre em primeiro lugar os filhos. Ao falar da separação, se expressa da seguinte forma: “Rapaz eu vou ocupar meu espaço com alguma coisa, eu não vou querer marido agora, eu vou entrar no movimento comunitário”. Assim, entrou para o conselho comunitário do bairro de Nazaré.

O que parece central na história de vida de M., e que muito a marcou, foi o descuido do seu pai com os filhos, um fato que ela se esforçou em não repetir com os seus.

Todo o discurso de M. aponta para o fato de que o trabalho na comunidade é algo que dá sentido a sua vida: vai permitindo uma rede de relações e contatos, fazendo com que o caminho que ela traçou para si seja facilitado por essas estratégias. É dessa forma que ela vai construindo o seu lugar e o da sua família na sociedade, criando para si e para os outros uma atmosfera de maior segurança. A sua **posição subjetiva** é a de uma pessoa determinada, com forte impulso para organizar a vida, estabelecendo com o Outro uma relação de parceria, não se submetendo à vontade de ninguém.

➤ Projeto de vida

O projeto de vida de M. é trabalhar na comunidade, sempre se esforçando para melhorar o espaço em que vive. Fica evidente, no seu depoimento, que esse trabalho na comunidade serve como seu **projeto ordenador** e que uma das motivações para estar fazendo isso é poder ajudar os filhos a ter uma melhor qualidade de vida.

➤ Relação com a comunidade

M. realizou atividades na comunidade pela primeira vez no bairro de Nazaré. Seu trabalho aí era mais ligado à igreja e ao movimento de mulheres. Quando chegou a Felipe Camarão, deparou-se com as limitações do bairro e viu que a única forma de amenizar esses problemas era trabalhar na comunidade:

Quando cheguei aqui não tinha nada: até energia era monofásica, de noite era tudo apagado. E foi uma luta muito grande para conseguirmos muitas coisas aqui, tinha até que carregar água. Por isso que quando eu cheguei aqui entrei logo no movimento comunitário, pois quando a gente é do movimento a gente tem mais forças.

Através da sua luta, junto com outros moradores, conseguiram organizar a rua, o problema da água: “a gente se reuniu, compramos os canos da rua todinho para dar pra CAERN, compramos alguns postes também”. Ela faz uma aposta clara na força dos movimentos sociais como um fator agregador e promovedor de mudanças.

Começou a se aproximar da Escola Municipal Djalma Maranhão, através dos filhos, que estudaram lá por muito tempo. Foi convidada para participar do conselho da escola, como representante dos pais:

Essa escola sempre trabalhou com o coletivo: ela não tem diretores, tem um coletivo dirigindo. Passei vários anos as mães votando em mim, porque eu lutava. Eu fiquei trabalhando nessa escola como voluntária desde 89, aí quando foi no ano 2000, como saiu essa história de serviços prestados, a escola me chamou pra fazer um trabalho com os pais, dar cursos, ser um elo de ligação entre a comunidade e a escola.

M. considera o seu trabalho na comunidade e na escola como pontos de apoio em sua vida: “desde que eu cheguei aqui que eu me apeguei com a escola [...], eu gosto do trabalho com a massa, onde todo mundo trabalha e sua todo mundo juntos”.

➤ Relação com a política

Através da participação nos movimentos, M. conheceu alguns integrantes do PCdoB chegando a filiar-se a esse partido:

Apesar de eu ter pouco conhecimento, sempre gostei de lutar pelos nossos direitos [...]. Meu sistema sempre foi o da esquerda, agora é muito difícil numa comunidade dessas trabalhar no sistema da esquerda: as pessoas são muito imediatistas. O movimento de mulher a maioria é da esquerda. Lá em Nazaré a gente tinha o movimento de mulheres, mas aqui em Felipe Camarão o sistema já era muito viciado quando eu cheguei aqui. [...] Eu acho que a esquerda luta pelas causas justas, luta pelo coletivo. A gente vê que eles participam, ninguém vê um vereador desses de direita em sindicato, é muito difícil”.

Sobre a sua entrada para o PCdoB, ela fala o seguinte:

Eu entrei no movimento de mulher e tinha Eveline Guerra, que é uma pessoa muito bacana. Ela me deu apoio em muitas coisas. Quando eu me separei foi através de um advogado de lá, Antenor, uma pessoa que eu gosto muito, então foram essas amizades...Eu sempre apóio os candidatos deles porque eu vejo que eles têm algum compromisso.

O laço afetivo estabelecido com os integrantes do PCdoB pode ter mobilizado M. para que, entre os partidos de esquerda, fosse este o escolhido por ela para uma filiação. A maneira como foi acolhida, a ajuda que recebeu certamente facilitaram o estabelecimento de uma identificação com esse partido que parece sólida e serve como referência para as suas escolhas eleitorais.

M., apesar de se considerar de esquerda, nunca procurou apresentar-se para a comunidade como tal, porque a esquerda não tem uma prática de maior proximidade com a comunidade:

Eu nunca dizia se era de direita ou de esquerda, eu nunca fiz política aqui [...]. Porque realmente o voto eu acho que é uma coisa muito pessoal, eu não gosto de pedir voto. Agora, tem gente que pergunta: Quem é seu candidato? “Eu sempre fui contra as pessoas darem seu voto por qualquer coisa [...]. Eu já apoiei candidatos, mas nunca me comprometi com nenhum deles porque depois eles não dão o que promete e a gente como é que fica? Já foram na minha casa várias vezes querendo dar micharia [...]. Hoje eles não vão mais porque sabem que eu não gosto [...]. O voto é uma coisa muito séria e a gente não pode apoiar alguém que não tem compromisso com a comunidade [...]. Eu não vejo nenhum político fazer trabalho com a comunidade. Eles tinham que criar algumas coisas para as pessoas de baixa renda: emprego [...], o que a gente vê é o jovem desempregado [...]. A gente podia fazer alguma coisa, sistema de cooperativa, que pudesse ocupar essas mulheres, porque os projetos que aparece aqui é de fundação, só assistencial: aqui tem a de Adão Eridam, tem uma pré-escola, tem ambulância, mas eles não ligam de fazer a população participar; chega só com coisas pra dar [...]. Passam as eleições e não continuam nenhum trabalho [...]. Tudo era para a comunidade discutir [...]. Eu voto, mas nem sei porque eu voto [...], de todo jeito é importante votar. Mas tem que mudar. Todo mundo só fica no seu canto, não se envolve com nada, por isso eu acho difícil. A população é muito desacreditada de tudo: [...], quando é um trabalho coletivo vem uma, duas [...]. Se cada pessoa pudesse ajudar um pouquinho melhorava muito pra comunidade [...]. Se os políticos de esquerda realmente fizessem um trabalho com essas pessoas [...], tem tanta gente aqui com tanto conhecimento, mas fica tudo trancada pra si [...], As pessoas aqui do posto, tem tanta assistente social, aqui tem tantos problemas que é coisa simples, que só uma conversa, só um apoio mesmo resolve [...].

Os partidos de esquerda, eu estou até pra fazer essa crítica lá, não mantêm um trabalho mesmo certo [...] De primeiro eu participava muito lá, mas fui me afastando por isso [...]. Mas, eu sou muito bem aceita por lá [...]. Eu gosto muito de alguns [...]. É porque é difícil mesmo [...]. As pessoas brigam muito por tudo, eu não gosto de brigar, eu sou muito na minha, não fico brigando por espaço.

Essa passagem do depoimento de M. também vem apontar que a sociedade atual não tem possibilitado mecanismos de participação para essa parcela da população, que os políticos que se aproximam são aqueles que só visam ao assistencialismo e que isso não faz avançar a consciência das pessoas. Assim sendo, elas se sentem alijadas do processo e não se envolvem nas causas sociais. Numa tal estrutura, cria-se um ambiente de individualização, no qual a única preocupação passam a ser as condições de vida de cada um. Aqui está outra passagem da sua aposta na organização da comunidade como um modo de fazer avançar a mentalidade participativa da comunidade, bem como, a sugestão de que os partidos de esquerda devem estar mais perto da população.

Essas reflexões também vêm reforçar a nossa tese de que esse ambiente é propício para o estabelecimento de um estado de desamparo, em que a população fica sem saídas e vulnerável às práticas assistencialistas.

➤ Escolhas eleitorais

M. só apóia o candidato que ela conhece de muito tempo, aquele em quem ela tem confiança:

Sempre votei em George. O importante não é ser eleito, mas votar com confiança, participar do processo. Eu gosto de ver o candidato que tem compromisso com o povo. Eu acho mais fácil votar nos candidatos menores, que a gente conhece, mas as pessoas que eu costumo conviver diz que preferem votar nos cargos mais fortes, que é quem vai mesmo comandar a política.

M. Considera que a televisão, os jornais, influenciam o voto. Quando as pessoas têm que votar em candidatos que elas não conhecem, a televisão aproxima os candidatos, tornando-os conhecidos. Mas se as pessoas tiverem acesso ao próprio candidato, o conhecimento, saber o que ele faz, é, segundo ela, o que mais influencia o voto.

Fica evidente, no depoimento de M. , que, quando ela vai fazer suas escolhas eleitorais, procura pelo político que ela conhece, em quem confia e que ela perceba

que pode levar adiante o seu **projeto ordenador**. Ela acredita que os candidatos de esquerda lutam mais pelas causas justas, que lutam, assim como ela, pelo coletivo, o político de esquerda sendo, portanto, uma possibilidade de concretização para os seus desejos e anseios. Com isso, o que estamos apontando, é a presença da dimensão subjetiva no jogo de escolhas que são estabelecidas na vida e, aqui, em particular, nas escolhas eleitorais.

Essa dimensão subjetiva está embasada naquilo que estamos apontando como a dimensão do desamparo, ou seja, é tentando contornar essa condição de desamparadas que as pessoas vão tecendo a vida de uma textura que seja favorável a seu amparo.

➤ A opinião de M. sobre as escolhas eleitorais do seu bairro

Segundo M., a maior parte das pessoas de Felipe Camarão costuma vender o voto:

Hoje em dia eu acho que eles estão mudando um pouco. Esse ano candidatos de esquerda tiveram algum voto, porque de primeiro não saía nenhum voto [...], acho que é a revolta por esses políticos não ligarem pra nossa situação [...]. Eles votam nos de direita, que é quem compra o voto [...]. Os políticos aqui pegam aqueles exames que as pessoas têm direito pelo SUS, dá a uma liderança deles, e aparece como bonzinho.

Sobre o fato de a população aceitar essa conduta, M. diz o seguinte:

Eu acho que é do interesse de cada um. Tem uma pessoa aqui que um vereador lá da câmara dá R\$ 100,00 a ela todo mês e ela acha que isso é suficiente [...]. Quando nós trabalhamos na comunidade você não pode vender o povo, eu acho desonesto conseguir voto sendo paga. Eu ganho, mas as pessoas não vão ganhar nada [...]. Mas a população não tem perspectiva: é um desemprego total, aí vai naquela onda [...]. Eu já me preocupei muito com a população: já tentei fazer cooperativa, mas eles não querem ter trabalho com nada [...]. Eu não gosto de trabalhar com político, eu gosto ele lá no canto dele pra gente ir cobrar deles [...]. Eu gosto de fazer trabalho de conscientização, mas eu sou minoria aqui. Os outros do conselho diz assim: “A população quer isso, a comunidade precisa”. Aí eu disse “Se a comunidade precisa ela pegue, mas vote em outro que tem consciência, porque quem chega assim comprando o povo com 10,00 reais é aquele que vai embora e não vem mais nunca aqui [...], tem gente aqui que veste bem três a quatro camisas de candidatos: Corre pra um, corre pra outro; não leva a sério, é na brincadeira [...].



Uma vez vieram me oferecer dinheiro pra eu terminar minha casa, eu disse que não queria porque gosto de ser livre, não gosto de depender de ninguém, mas tem gente que não entende essas coisas [...]. Quando eu cheguei aqui a população era muito Zé Agripino e Aluízio, só que mudou, hoje em dia o povo é Vilmista. Vilma dominou muito aqui, mas ela trabalhou muito aqui por Camarão. A gente sabe que a obrigação do prefeito é fazer, mas aqui foi um bairro que ela investiu muito [...]. Fátima da última vez teve muito voto aqui [...], na campanha pra presidente, Lula teve muito voto aqui. Eu não sei hoje, porque as pessoas viam a campanha de Lula pensando que ia mudar o Brasil de um dia pra noite. Acho também que não é assim, porque a questão não é Lula, a questão é o país, que não é uma coisa muito fácil não; é um processo, não é do jeito que a gente quer não.

M. demonstra uma postura da ética política por ela adotada, ao trabalhar na comunidade sem nunca ter se vendido para nenhum político, considerando que seria desonestidade para com as pessoas que acreditam nela. Ela tem consciência de que a política é processual: as coisas para mudar precisam de algo mais do que boa vontade. Por isso ela não condena o Presidente Lula pelo que ainda não foi possível ser realizado.

#### 5.1.7 Depoimento 7

F.C.M: solteira, 62 anos, tem dois filhos adotivos. Nasceu em Caicó-RN, mora na Zona Norte, em Igapó. Tem o 3º grau completo e é aposentada como professora.

##### ➤ Origem familiar

F. é de Caicó e veio para Natal no ano de 1972, para ter oportunidade de continuar estudando. Em princípio, veio só ela, mas, quando a mãe ficou viúva, veio para cá trazendo um irmão de F. e uma sobrinha. Na família, são ao todo dez irmãos. F. lembra de ter tido uma infância tranqüila e de ter sido amada pela família. Ela não se casou, mas criou dois filhos e tenta passar para eles os valores que recebeu.

A mãe é uma pessoa a quem M. muito admira: que apesar de ter 96 anos, em toda eleição, faz questão de votar. O pai morava numa propriedade que não era dele e foi expulso por causa de voto:

Ele votou contra o patrão. Ele era de sindicato rural e decidia o voto dele com muita segurança [...]. Eu aprendi a ser assim vendo essa coragem do meu pai [...]. De minha casa só eu parti para o trabalho com comunidades.

F. assume, diante da vida, uma posição de responsabilidade. Ela acredita que pode colaborar para que o mundo seja melhor. Essa posição de responsabilidade seria, portanto, a **posição subjetiva** de F. na relação que estabelece com a sociedade.

Antes de vir para a Zona Norte, F. morou na Zona Oeste, onde trabalhou muito tempo em educação: dirigiu uma escola e foi professora do primário e do ginásio.

Ao chegar a Natal, F. passou também pela experiência de trabalhar no MOBRAL, desenvolvendo muitos trabalhos com a comunidade, e isso levou-a a tentar fazer a mesma coisa em seu lugar de moradia. Quando veio para a Zona Norte, em 1976, deu logo início ao trabalho na comunidade.

➤ Projeto de vida

Os projetos de vida de M. sempre estiveram ligados à educação e aos trabalhos na comunidade, uma está imbricada nos outro. O que dá sentido à sua vida é viver, conviver com os outros e sonhar: “eu sempre queria muito ver mudanças antes de morrer e eu tenho esperanças nisso [...]. Não é bom que se realize tudo, porque senão você não caminha mais”.

Em função dessa perspectiva, F. nunca está parada; está sempre inventando o que fazer. Hoje o que mais gosta é do trabalho com a comunidade, daí identificarmos esse trabalho como o seu **projeto ordenador**, aquilo que lhe assegura um sentido para a vida.

➤ Relação com a comunidade

Há 27 anos, F. faz trabalhos com a sua comunidade. Diz ela: “Eu tenho o entendimento de que onde a gente mora é preciso ter responsabilidade coletiva”. Mas considera uma tarefa muito difícil, porque não sabe encontrar os caminhos que leve M ao envolvimento das pessoas. Percebe que, pelo fato de tomar a iniciativa, de fazer alguma coisa, as pessoas lhe cobram muito: “é como se a gente tivesse a

obrigação de fazer por elas e fazer só. É por isso que tem épocas que a gente perde as forças. Aí eu digo:” vou largar disso”; mas acabo voltando”.

F. Já desenvolveu na comunidade trabalhos com crianças, com jovens (já trabalhou com três gerações de grupos de jovens). Atualmente está envolvida com a parte esportiva e tenta arrumar a frente do conjunto residencial onde mora. Observa que a população adulta é mais resistente para trabalhar. Suas preocupações atuais em relação à comunidade são relativas à participação:

As pessoas aqui não têm muitas coisas, mas não são miseráveis e acham que se envolver com isso é coisa de pobre [...]. É uma questão de consciência coletiva, que não existe: as pessoas acham que não têm nada a ver com isso. Nós já fizemos muitos eventos e a única ajuda que tem das pessoas é participar do que foi feito; concluindo, não querem ter trabalho [...]. Eu acho que o que faz participar é quando você toma consciência de que você tem responsabilidade pelas coisas ao seu redor [...]. Quando o nível das pessoas está mais diversificado. Tem a questão urbana, onde cada um tá na sua, aí é mais difícil você tomar essa consciência.

F. considera que a falta de participação das pessoas está relacionada à ausência de responsabilidade pela coisa pública. Em função disso, ela também percebe que hoje diminuiu o seu envolvimento com as atividades comunitárias.

F. tem a concepção de que os conselhos comunitários não deveriam estar envolvidos com políticos, tendo em vista que estes só têm um fim eleitoral:

Eles arranjam aquilo pra dizer que foi ele, e os conselhos acabam assumindo o papel de cabos eleitorais. O Conselho que participo não tem essa prática: nós não temos nenhum compromisso do nosso voto por conta de trabalho comunitário.

#### ➤ Relação com a política

Para F., os problemas da política hoje e o que a torna desacreditada são os discursos diferentes da prática, ao longo de muitos anos:

Desde o descobrimento do Brasil esse discurso já foi falso [...]. As propostas políticas hoje são todas iguais: todos prometem a mesma coisa. Por isso o que cabe avaliar é a prática, e as pessoas não querem se dar esse trabalho e aí votam sem medir as conseqüências [...]. Todo político hoje arranja um programa de televisão e uma fundação para conseguir dinheiro e aparecer, mas concretamente não fazem nada. Os políticos nunca fazem reunião com a comunidade pra saber o que ela deseja, qual a ajuda que a comunidade precisa [...].

Todas as administrações da prefeitura que nós vivenciamos não tem compromisso com a comunidade. Se faz, é naquela do tome-lá-me-dê-cá. [...] Agora, eu não gosto dessa história que diz que todo o político é corrupto, todo o político é safado, chegou lá tem que roubar. Na minha visão, não passa isso. Todas as categorias têm gente honesta e gente desonesta. Na dos políticos tá pesando muito, é muito grande o volume dos que não são honestos; mas que existem políticos corretos, existem!

➤ Escolhas eleitorais

Quando eu escolho alguém é porque eu acreditei na história de vida da pessoa, avaliando o comportamento daquela pessoa [...]. Eu me informo de todas as conversas, da mídia, da própria atuação dela, qual a experiência que ela tem que me faça acreditar que não é assistencialista, que tenha coerência [...]. Minha mensagem é minha própria vida, então você tem que ver a vida da pessoa [...]. Eu acho que as pessoas devem levar a sério todas as candidaturas; eu voto pensando em qual é a função de cada um, mas é comum o povo barganhar o voto na proporcional e tomar com mais responsabilidade as candidaturas majoritárias.

Ao acompanharmos a trajetória de vida de F. , percebemos que os elementos com os quais ela vai costurando a sua história são os mesmos que aparecem quando vai fazer a sua escolha eleitoral. O parâmetro para a sua escolha é a própria vida de cada político, a coerência entre o discurso dele e a prática. Ela procura olhar se o candidato tem de fato um compromisso com a mudança. O engajamento dela com as questões sociais é a medida da sua segurança, é o que lhe permite uma direção. As suas escolhas eleitorais procuram, portanto, aquele candidato que faça avançar a sua perspectiva. Esse é mais um depoimento que reforça a nossa tese de que, diante da condição humana de serem desamparadas, as pessoas vão construindo caminhos que lhes permitam uma ordenação do mundo, diminuindo, assim, a dureza de tal condição. Estamos também apontando que essa ordenação entra como a dimensão subjetiva, que leva a uma escolha eleitoral condizente com essas expectativas.

➤ Opinião de F. sobre as escolhas eleitorais da sua comunidade

Aqui as pessoas têm muita decepção com essa coisa de promessa que faz e não cumpre, então as pessoas vão acreditando só na cesta básica, porque é aquilo que está vendo [...]. Pra gente que tem um emprego é diferente de uma pessoa que está na precisão [...]. A mídia, ela aliena cada vez mais, e o sistema político do Brasil dos quinhentos e tantos anos ele sempre alienou as pessoas [...].

As escolas também não trabalham a consciência [...]. Porque o que a gente aprendeu, além da herança familiar, aprendeu estudando [...]. Agora, não é só a pobreza financeira que aliena, porque eu conheço pobre com consciência política e gente com 3º grau que não tem consciência política. A pobreza pode até pesar, tem algum efeito [...], meu pai usava um termo que eu achava interessante. Ele dizia: é o “desmantelamento do mundo”, os valores da família, porque a família é a célula base da sociedade, se ela se destrói, conseqüentemente os valores vão sendo destruídos.

#### 5.1.8 Depoimento 8

J.A.P.L: solteiro, 60 anos, sem filhos. Nasceu em Natal-RN-, mora na Zona Norte, na Redinha, tem o 2º grau completo e é professor aposentado pelo comércio.

##### ➤ Origem familiar

A história de J. está atrelada diretamente ao vínculo que ele estabeleceu, desde cedo, com a Redinha. Ele inicia o seu relato falando da sua forte ligação com a Redinha e seu empenho em procurar ajudar as pessoas desse lugar:

Eu comecei a freqüentar a Redinha com oito anos de idade. Ao chegar aqui tínhamos uma casa no Maruim, depois papai comprou uma casa na costa, no lado do Oceano Atlântico, mas o mar destruiu, e por último viemos morar aqui [...]. Eu me identifico muito com o povo da praia e procuro, na medida do possível, ajudar as pessoas mais necessitadas daqui.

Para melhor realizar a tarefa de ajudar a sua comunidade, J. foi procurando ocupar os espaços que a Redinha lhe oferecia: elegeu-se presidente do Redinha Clube, procurou pesquisar toda a história desse lugar; colocou-se totalmente disponível para atender às demandas da população do seu bairro. Por toda essa dedicação, J. foi o candidato a vereador mais bem votado na Redinha: “até hoje ninguém conseguiu bater a minha votação”.

O que emerge da história de J. como sendo a sua **posição subjetiva** é o seu movimento de cuidar do Outro, resgatar a sua história, deixar registradas as lembranças. É o de prover o lugar que representa para ele o seu pequeno mundo, por onde circulam os seus afetos e interesses. J. tem cuidado para que não se perca aquilo que constitui as lembranças da sua infância diretamente ligadas ao espaço da Redinha. Essa posição está implicada na escolha do seu **projeto ordenador**.

➤ Projetos de vida

O maior desejo de J. é ver a Redinha se desenvolver e ser reconhecida como um bairro importante para o resgate histórico de Natal. Tendo em vista essa perspectiva, está organizando um livro sobre a história da Redinha desde 1600 até os dias atuais:

É muito interessante a história da Redinha, porque a Redinha é uma praia que muita gente desconhece a parte histórica do bairro. É uma das localidades mais antigas de Natal. Aqui tem muita coisa interessante para se mostrar, coisas que os historiadores não se preocupam em pesquisar e eu venho fazendo uma pesquisa já de muitos anos [...]. Tem muitos fatos interessantíssimos da história que vai ser a maior surpresa quando lerem o livro. Tudo o que eu estou dizendo tenho provas documentais; só digo aquilo que tenho provas.

J. está interessado também em conservar a memória do Patrimônio Histórico Cultural do Rio Grande do Norte. Nessa perspectiva é que colabora para que, no dia 20 de março de 2004, fosse fundada a Associação Amigos do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Rio Grande do Norte.

Os seus projetos refletem, portanto, o seu gosto e seu interesse pela vida da sua comunidade, que é o que lhe dá sentido e motivação. Dessa forma estamos apontando que seja esse o seu **projeto ordenador**. Esse projeto é o que vai coordenando as múltiplas articulações que J. estabelece na vida e, como tal, está presente no momento em que ele tem que fazer as suas escolhas eleitorais, conforme iremos mostrar.

➤ Relação com a comunidade

J. gosta de promover festas e gincanas em sua comunidade. Tem uma biblioteca com mais de três mil livros e é convidado pelas escolas para falar sobre a história da Redinha. Os alunos costumam procurá-lo para que colabore em suas pesquisas: ele tem documentos, fotografias antigas da Redinha de quando as casas ali ainda eram todas de palha.

O lugar que ele ocupa na Redinha é o de alguém que cuida do seu povo:

A nossa comunidade é muito sacrificada, é muito carente. O poder público olha muito pouco pra esse lado aqui, olha mais para o lado de lá: as praias chiques, as praias dos ricos. Aqui tem uma parte das pessoas bem de vida, mas a grande maioria são pessoas pobres. Toda essa Zona Norte é muito discriminada, lamentavelmente! [...]

Como eu tinha carro, eu costumava levar mulher pra maternidade, pessoas para o hospital. Crianças e velhos, a qualquer hora batiam aqui, até de madrugada. Eu me levantava e ia com o maior gosto atender a essas pessoas e, com isso, eu fui me tornando mais popular e, modéstia à parte, querido pelo povo.

Se o poder público olha muito pouco para a população da Redinha, J. procura ampará-la, dando provas de que gosta de prestigiar as pessoas e ajudar, mas também porque é dessa forma que ele encontra um lugar que o coloca como o “querido pelo povo”.

Para J., o que dá sentido à sua vida são essas relações de amizade que ele vai estabelecendo com os outros. Isso traz para ele um certo conforto e segurança, servindo de estímulo para a sua conduta, para o seu caminho: “quando alguém vem me convidar para ir em alguma escola dar uma palestra, eu me empolgo muito com isso, eu gosto muito disso”.

Essa passagem reforça a nossa leitura de que esse projeto, que ele realiza junto com a comunidade, ordena a sua vida, serve de consolo e amparo. É o que ele construiu face à condição do seu desamparo. A política serve para que ele possa efetivar esse projeto, portanto ele se relaciona com ela de modo a poder opinar e intervir quando observa que os políticos não estão no caminho que ele considera o melhor para a sua comunidade.

➤ Relação com a Política

O problema maior do político é prometer e enganar o povo. Na política tem que mudar muita coisa [...]. Acho que eles deveriam ser sinceros, porque sinceridade é muito difícil num político. Antes de serem eleitos eles prometem o céu e a terra e depois de eleitos dão banana para o povo [...]. Eu sempre converso, eu sempre recebo políticos aqui em casa, sempre fico cobrando deles: “vocês têm que batalhar isso, pedir aquilo” Às vezes eu digo: “vocês têm que reunir com o partido de vocês e tomar medidas melhores para o povo” [...]. Eu costumo me envolver nas campanhas dos candidatos, faço visitas nas casas, levo o candidato lá. Eles sempre me escutam, me têm muita atenção. [...] Eu gosto de apoiar os candidatos de esquerda, mas têm alguns de direita que eu simpatizo: eu gosto de Renato Dantas, é uma pessoa que se identifica bem com todo mundo, tem Cláudio Porpino, que eu gosto muito dele, o Presidente da Assembléia, que me dou bem com ele. São simpatias, mas eu não voto com eles, porque eu vejo que os de esquerda se preocupam mais com a condição de vida do povo.

No discurso de J., os políticos aparecem como aqueles que poderiam ajudar de fato a população e assim não agem, ou seja, eles estão numa posição que permite acolherem as demandas das pessoas, mas depois de eleitos “dão banana para o povo”, enfim abandonam a população. Dessa forma é que J. encontra nos candidatos de esquerda aqueles que de fato se preocupam mesmo com a condição de vida do povo. Há o que podemos chamar uma identificação com a causa da esquerda, porque esta é semelhante à sua.

➤ Escolhas eleitorais

Como podemos ver, todo um ordenamento vai pontuando as preocupações de J. em sua relação com a sociedade, o que iremos perceber no momento em que ele faz as suas escolhas eleitorais:

Eu conheço as pessoas que são bem intencionadas [...]. O político que mais me conquista é aquele que tem ação, aquele que faz. Eu gosto do político que me tem atenção, que me escuta [...]. Eu tenho algumas reservas com algumas escolhas que fiz: nem tudo que a gente tava esperando vem se realizando, então a gente fica um tanto constrangido, mas ainda esperançoso [...]. A televisão ajuda muito nas escolhas dos candidatos, mas o que define mesmo é o corpo-a-corpo, o contato com o candidato [...]. Eu tive muita esperança que houvesse mudanças no governo de Lula, mas está muito devagar. Eu acho que ele tem que agir com mais rigorosidade, com mais energia, porque ele prometeu muita coisa e ninguém está vendo nada. Eu sei que isso vem de muitos anos de desmando, de governo em governo; a gente não pode querer que de um dia pra noite tenha uma varinha de condão pra mudar tudo, mudar a condição de vida do povo, os problemas de saúde, problemas de segurança [...]. Lula foi muito bem votado na Redinha, ele ganhou aqui, mas as pessoas estão muito descrentes, algumas alimentando a esperança [...], eu sou um que tem esperança [...]. Lula é um político diferente, ele é fantástico, uma das pessoas que vi com mais inteligência, apesar de não ter muito estudo. Eu sempre achei que as eleições do Poder Executivo eram as mais importantes, do que a candidatura dos candidatos proporcionais. As pessoas, de uma maneira geral, dão menos importância, eu não sei por quê.

O candidato que J. procura escolher é aquele que, como ele, procura dar atenção à população, acolhendo-a e escutando-a. A presença do candidato, seu apoio surgem como fatores determinantes para que J. possa fazer suas escolhas eleitorais. O governo de Luís Inácio Lula da Silva parece não atender a toda a expectativa que J. teve, mas ele está esperançoso, pois observa que não é fácil a mudança, tendo em vista o tempo de desmando pelo qual passou este país.



Portanto o projeto que Lula tem para o país está em consonância com o seu, e ele aguarda por aquilo que tem, para ele, um sentido de conforto e segurança para sua vida e para a sua comunidade.

Portanto fica claro, no discurso de J., quanto a questão do **projeto ordenador** está presente como um dos componentes que podem influenciar nessas escolhas.

➤ Opinião sobre as escolhas eleitorais do seu bairro

Infelizmente, aqui na Redinha tem que ser muito assistencial porque eu sou, até certo ponto, contra isso desse paternalismo, que não deve existir. Mas a política só funciona aqui se for assistencial: o povo é muito carente e aproveita a oportunidade da campanha política para poder tirar documentos, regularizar a situação de casamento, essas coisas todas [...]. O candidato que tem mais influência aqui é à custa do dinheiro, como Paulinho Freire, que tem uma boa votação aqui, mas na força do dinheiro. Todos eles gastam muito aqui dentro, porque o povo já está viciado: uma boa parte recebendo vota, mas não totalmente [...]. Fátima é uma candidata que as pessoas votam pelo afeto, não pela barganha. Ela sempre tem voto por aqui e ela não tem como distribuir dinheiro nem nada. As pessoas votam porque têm admiração realmente, pelo esforço, pelo trabalho dela, que é muito interessante, que ela desenvolve [...]. Essa questão da troca do voto é a carência, mas é porque o povo já está viciado: se acostumou com esse negócio de pedir, quando chega nas eleições se não der alguma coisa, um benefício, não votam, que é muito lamentável isso, a política fica muito paternalista [...], é um atraso isso. A pessoa deve votar em quem presta [...], todos os bairros periféricos é assim, é tudo na base de pedir isso, de pedir aquilo. Quando é em época de eleição, de manhã cedo, tá com oito, dez pessoas com receita de remédio aqui na minha porta [...]. Tem muitos políticos que esbanjam mesmo dinheiro e isso faz com que o movimento de procura sempre vá crescendo, em vez de diminuir [...]. Eles deveriam votar reconhecendo o valor do candidato, o que ele pode fazer pela comunidade, e não individualmente. O povo não faz um estudo, uma análise, pra saber as pessoas que realmente são sérias [...]. Isso é porque a maioria acha que todo político é igual, que todos calçam 40. [...] As pessoas daqui sempre me escutam, me têm muita atenção, tem muita gente aqui que tem aproximação comigo. Eu tenho 117 (cento e dezessete) afilhados aqui dentro da Redinha, então essas pessoas em época de eleição chegam assim: “Compadre, quem são seus candidatos?” “Eu digo: são esses e esses. Alguns me pedem coisas, mas eu tô na política do PT, tirando esse assistencialismo, esse paternalismo, que isso não pode existir na política; ninguém pode ajudar a todo mundo.

Podemos ver aqui passagens que demonstram a prática assistencialista nos bairros populares e da periferia, onde o voto aparece como uma forma de barganha, uma ferramenta poderosa da população para obter vantagens, possibilitando alguns

ganhos imediatos. Alguns procuram uma referência da comunidade para nela se apoiar e servir como um parâmetro seguro para suas escolhas. A população também reconhece o candidato comprometido e vota também por admiração e crédito, no entanto fica claro que o momento eleitoral é aproveitado pelo eleitor como um espaço para a negociação do voto. Há, portanto, vários cenários que se colocam como possibilidades para neles de se processarem as escolhas, mas fica perceptível que todos eles são saídas possíveis para o desamparo.

## 5.2 OBSERVAÇÕES SOBRE OS DEPOIMENTOS DOS LÍDERES COMUNITÁRIOS

A questão do desamparo, que estamos considerando como o substrato subjetivo presente no ato das escolhas eleitorais, se apresenta como uma possibilidade para compreendermos escolhas eleitorais, muitas vezes, incompreensíveis do ponto de vista da política: o que está, muitas vezes, em causa para quem vai escolher o seu candidato é algo que sinaliza como atendendo às expectativas de se ter uma vida menos custosa.

Desse modo, face ao desamparo próprio da condição humana, o sujeito vai criando mecanismos na vida, de modo a lidar com ela, e o que constatamos é que essa dimensão aparece no ato das escolhas eleitorais. É a isso que estamos denominando de *projeto ordenador*. Há uma nítida articulação, apontada pelos discursos, entre **posição subjetiva, projeto ordenador e escolhas eleitorais**. Consideramos que essa foi a observação mais clara que se delineou em nossa pesquisa. O dimensionamento do lugar da subjetividade foi norteado por um fio discursivo que pôde demonstrar quanto a lógica da escolha eleitoral está ancorada naquilo que pode significar para o sujeito um amparo em sua vida.

Os depoimentos expressaram o projeto ordenador em jogo: F. tem a educação como referência - ela fala em educação nas suas escolhas eleitorais; N. coloca a sua relação com a comunidade como fundamental em sua vida - isso aparece como prioridade quando ela vai votar; J. tem uma relação bem particular com a Redinha, e isso atravessa todas as suas negociações junto aos candidatos. A comunidade apareceu, para a maioria dos entrevistados, como algo fundamental na vida de cada um.

Os significados que têm esses projetos que servem de amparo na vida de cada um definem os critérios de escolha dos candidatos.

Verificamos também a presença de valores religiosos se entrecruzando com o campo político, o que indica uma aproximação, no imaginário da população, de suas representações de proteger o indivíduo dos dissabores do cotidiano. A religião e a política, dentro da realidade social, podem ser concebidas como resultado de interações entre agentes dotados de vontade, desejos, não exclusivamente determinados por necessidades materiais.

Percebemos, através dos depoimentos dos líderes comunitários, que, apesar de o contexto social de alguns ser muito precário, pela situação de miséria à qual foram expostos, eles puderam fazer uma escolha pelo caminho da luta e não se acomodaram. Dessa forma, adquiriram um olhar crítico sobre o mundo e se posicionaram como lideranças em seu bairro. Isso revela que o contexto social, apesar de ser determinante na vida de todo indivíduo, pode ser redimensionado a partir de uma posição singular. A pesquisa aponta que é necessário pensarmos de forma articulada a questão do particular e do coletivo, do eu e do Outro, de modo que não podemos medir os seus efeitos de maneira separada.

Os relatos sinalizaram, ainda, que, entre os líderes comunitários que votaram mais à direita - e isso apareceu também nas outras entrevistas, naquelas que não apresentamos aqui no nosso trabalho -, os projetos que norteiam as escolhas eleitorais são mais pautados em finalidades pessoais, o olhar que lançam sobre o mundo tem uma perspectiva menos coletiva e mais individualista. Como optamos por métodos de pesquisa qualitativos, esse comentário serve apenas como observação sobre essa direção que emerge de alguns discursos.

De mais a mais, todos os sinais de uma crise social e moral da política estão presentes nos depoimentos - a descrença nos políticos, a desconfiança do governo, no entanto a importância do lugar da política está preservada. Além disso, há expectativa, por parte desses eleitores, de que apareçam políticos que estejam à altura da dignidade da política. E, por isso, a esperança de mudar ainda continua em grande medida a ser depositada no voto, especialmente na eleição do Poder Executivo.

A mídia não surge como determinante nas escolhas eleitorais dos líderes comunitários, até porque é difícil para o eleitor saber exatamente o que interfere nas suas escolhas eleitorais. Ficou evidente, nos discursos apresentados, que as

informações e conteúdos transmitidos pelos meios de comunicação não foram absorvidos por eles passivamente, mas reelaborados, construídos e modificados a partir da sua própria representação da realidade. É mais provável que o uso das informações recebidas diferencie-se conforme o grau de estruturação ideológica e saber político bem como dos pontos de vista e referências valorativas e simbólicas dos indivíduos. Há um conjunto de fatores interferindo nesse processo, no entanto acreditamos que eles surtem efeito quando tocam nessa dimensão subjetiva que estamos apontando. Cabe, portanto, dizer que as novas feições da política, na última década, exigem pensá-la por outros ângulos.

Ficou evidente, nos depoimentos, que as escolhas se davam em torno daquilo que trazia segurança, que representava um mundo menos custoso.

Constatamos que não existe o voto isolado ou a escolha exclusivamente individual. O voto é respaldado pela certeza de não se estar sozinho; as opiniões são compartilhadas e construídas numa rede de relacionamentos.

Neste mundo, que perde as esperanças a passos largos, em que há descrença bastante generalizada nos governantes, os depoimentos desses líderes comunitários demonstram uma luta por manter a esperança. Não é o mesmo que vimos nos entrevistados do outro segmento da população.

### 5.3 DEPOIMENTOS DOS MORADORES DE PERIFERIA, COM BAIXA RENDA E POUCA ESCOLARIDADE

#### 5.3.1 Depoimento 1

E.F.A.: solteira, mora com seu companheiro, tem 27 anos. Nasceu em Natal moradora da Zona Norte - Favela da África. Tem um filho, é analfabeta e no momento da entrevista, estava desempregada.

##### ➤ Origem familiar

A vida de E. sempre foi de muita pobreza: toda a sua família é pobre e ela vive sem nenhuma assistência. É a mais velha de um família com nove filhos. Não

lembra quase nada da infância: “só muito trabalho e muita fome ... e pobre tem o que contar? Pobre é pior do que cachorro, tem bicho que vive melhor que nós”. Quando foi entrevistada ela morava havia três anos com uma pessoa e tinha um filho com dois anos. Atualmente estava sem trabalhar, mas já havia trabalhado de empregada doméstica. Depois do filho, ficara mais difícil conseguir emprego. Da casa dos seus pais, não tinha boas lembranças: só dificuldades, falta de emprego; o que conseguiam era de biscate. Nenhum dos irmãos freqüentou a escola. E., durante algum um tempo, pensou em estudar, mas depois desistiu. Ela fala dos pais com ressentimento:

Meu pai nunca foi de ligar muito pra família e mãe não tinha muita saúde. A gente tinha que se virar mesmo. Se aparecesse uma pessoa boa, a gente comia. Na maior parte das vezes, ficava com fome mesmo.

No discurso de E., o conteúdo central é a pobreza, a falta de assistência, a falta de perspectiva. É muito freqüente, nos depoimentos dos moradores periféricos, aparecer a derrota do indivíduo diante da pobreza. São pessoas que não encontram forças para lutar contra aquilo que lhes parece estar destinado - e se posicionam a partir do lugar de abandonados, de esquecidos, cujo destino está dependendo de um Outro que até agora não olhou por eles, mas que é esperado. Essa seria, portanto, a **posição subjetiva** de E. , frente ao Outro.

➤ Projeto de vida

Há uma ausência de projeto para o futuro: os anseios são por pequenos acertos da ordem do dia-a-dia, e numa perspectiva individual, não articulada ao coletivo. Desse modo, o **projeto ordenador** de E. é pautado no pragmatismo. Sua vida se ordena na conquista da subsistência. O voto flutua ao sabor daquilo que vai sendo codificado como saídas para esses problemas:

O que eu mais queria era uma creche pra botar meu filho, médico no posto, energia, que aqui não tem, só de gato, água encanada [...]. O que o político precisa fazer é olhar a situação da gente [...]. Se eles, que têm condições de fazer, não faz, imagine nós [...]. As outras coisas quem tem de mudar são só eles mesmos; a gente tem de cuidar é pra não morrer de fome.

➤ Relação com a comunidade

A relação de E. com a comunidade é quase inexistente: não existe uma concepção de organização, um movimento que possa impulsionar por melhores condições de vida:

Ninguém daqui nem bem se conhece, tanto faz ter vizinho como não ter. Às vezes era melhor que não tivesse [...]. Porque tem uns que só querem bagunça, é só beber e perturbar os outros [...]. Meu marido sai pra pasturar carro e eu fico com o menino. Às vezes tem o que comer, às vezes eu fico esperando meu marido chegar com alguma coisa. O dia é só disso mesmo.

Fica perceptível, na fala de E., a inexistência da idéia de coletividade, da noção do que possa ser a esfera pública: se ela existe é para um outro, ela mesma não se inclui aí, isso não lhe diz respeito. A sua vida, para mudar, depende estritamente de um outro que a ampare. É como se o Outro constituinte desse sujeito fosse muito precário, efêmero, e isso desencadeasse um tipo de desligamento daquilo que representa a alteridade, o externo.

➤ Relação com a política

A política é importante quando eles prometem e cumprem, mas prometer e não cumprir eu não acho importante não [...]. Eles têm que fazer o que é certo: se é pra fazer isso, então vamos fazer. O povo não sai de casa, deixa tudo que tá fazendo e vai votar? Depois eles esquecem da pessoa, esquece daqueles que deram o voto de confiança. [...] Os políticos são assim: prometem que vai fazer e a gente não vê nada, só promessa [...]. No dia da eleição sempre voto, mas o político tem que fazer o que é certo [...]. Eles vêm aqui querer ganhar a gente com um sacolão, isso e aquilo; eu recebo porque sou pobre e preciso e posso até votar nesses, porque pior é os que nem olha pra gente, os que nem chegam aqui, que aqui é um canto que ninguém nem sabe que existe.

A relação que E. mantém com a política nos faz supor que o ato de votar é uma questão de estar a serviço de um outro que poderá olhar por ela. É como se fosse um favor, um esforço que ela faz para ver se esse outro realiza algo que ela tanto espera. Ela tem a noção de que votar num candidato por causa de um sacolão não é a melhor das opções, mas alguém em quem ela pudesse acreditar não chega até o seu lugar, um lugar que, se ninguém sabe que existe, não pode permitir a efetividade de alguma ação, a realização daquilo que ela precisa. Mais justo, portanto, que ela vote em quem está mais perto, aquele que minimamente lhe dá

algum acolhimento. É difícil a lógica do voto, dentro de tal contexto, poder ser engendradora de outra forma.

➤ Escolhas eleitorais

Eu acho que voto errado, porque, quando a gente dá um voto a um deles, a gente tem de conhecer eles melhor, entender dessas coisas que a gente não entende. Eu não procuro saber quem é, eu acho que meu voto é tipo assim de esporte [...] Eu voto em quem toca meu coração mesmo: eu boto na minha cabeça de ir votar naquele candidato e vou embora, se ele faça, se ele não faça; ninguém faz mesmo! [...]. Teve um candidato que eu gostei muito dele, mas ele não ganhou, foi aquele que disputou com Vilma (Fernando Freire). Eu gostei dele porque era o leite; depois o pão acabou, só tem leite. [...] Quando eu vou votar é porque eu vejo eles assim prometendo que vai fazer uma creche, fazer os postos de saúde. Teve um candidato desses que disse que quando se elegeisse ia construir uma creche pra botar os filhos das mulheres daqui. Cadê? até hoje e nada. Mas eu voto assim pra vê se eles vão fazer. nós damos o voto de confiança. [...] Eu gostei de Vilma do tempo em que ela foi prefeita: ela calçou a rua, eu acho ela muito boa [...]. Eu votei no Lula porque eu disse assim: “Não tenho mais em quem votar eu vou votar no Lula”. Ele dizia: “Vou fazer isso, vou fazer aquilo”, que ia ajudar aos mais pobres. Todo mundo só dizia isso. Aí eu disse:” Homem que ele faça, que ele não faça, eu vou votar é nele”. [...] Agora, se ele faz é pro lado de lá, aqui não; aqui em Natal, eu não vejo nada que ele faz. Pra falar a verdade, nenhum presta, tudo só faz prometer [...]. Só Vilma Maia é que fez alguma coisa: a urbanização da praia da Redinha, agora tá uma maravilha, agora tá uma praia de um ser humano, antigamente parecia uma favela [...]. A televisão é mais por diversão mesmo, a gente fica olhando aquela confusão de vai-não-vai. Eu acho bom quando tem briga pelo meio; quando é aquela coisa morna, só conversa fora, eu não gosto. Debate é bom: fica aquela disputa de ver o candidato mais forte, que ganha dos outros [...]. A opinião dos outros influencia: se eu não conheço um candidato e chega um conhecido dizendo que o candidato é bom eu acredito; é melhor do que acreditar nos da televisão [...]. Quando o candidato vem na casa da gente, ou sempre dá uma coisa ou outra é melhor do que os que não vêm nem aqui.

Alguns aspectos devem ser ressaltados, pois permitem certas inferências. Notamos que existe uma articulação entre uma percepção precária e desiludida da própria história e um desligamento das questões coletivas. Isso se observa na ausência de projetos de vida que incluam a sociedade como um todo. O desdobramento de uma tal perspectiva são escolhas eleitorais permeadas de expectativas, que não permitem uma inclusão do sujeito nesse processo. O que se evidencia é a espera por um “salvador”, aquele que tiraria as pessoas do seu lugar de abandonado. Portanto o candidato que melhor sinalizar essa perspectiva poderá

obter o voto delas. Há uma aparente contradição na fala de E. quando ela diz que vota por esporte [...], ou vota em quem toca seu coração e a passagem em que diz que vota em quem promete algumas saídas para o enfrentamento do seu cotidiano. Na verdade podemos entender que a população, por não acreditar nas promessas do político, acaba votando descomprometida de qualquer responsabilidade com a escolha.

Toda a análise do depoimento de E. reforça a nossa tese de que o substrato subjetivo das escolhas eleitorais pode ser justificado pelo estado de desamparo, que, para essa parcela da população, aparece de forma mais radical, tendo em vista a impossibilidade de projetos alternativos que se contraponham à ausência do poder público.

### 5.3.2 Depoimento 2

L.C.N.: solteira, mora com o companheiro, tem 25 anos. Nasceu em Extremóz, e é moradora da favela do Maruim-Rocas-RN. Tem três filhos, é alfabetizada e no momento da pesquisa estava desempregada.

#### ➤ Origem familiar

L. veio para Natal em 2001, em busca de uma alternativa face às dificuldades que estava enfrentando. O pai gostava de beber, mas era o único que levava dinheiro para casa. Veio a falecer de cirrose e, por conta disso, houve uma dispersão da família. L. era a terceira de uma família com oito filhos, dos quais dois foram entregues para adoção. L. não gosta de lembrar da infância, porque o pai provocava muitos transtornos em casa. O pai não gostava que os filhos estudassem e a mãe só fazia o que ele queria, por medo. L. é tida como a mais responsável da sua casa: preocupa-se com todos. No momento da entrevista, ela não era casada, mas morava com uma pessoa fazia seis anos e tinha três filhos: o mais velho tinha cinco anos e o mais novo 1 ano.

Em seu depoimento, L. considera que até aquele momento sua vida não mudou muita coisa:



Sempre esperei por dias melhores, mas nunca que veio. Se é Deus quem quer assim, que seja feita a vontade dele [...]. Eu, da minha parte, já me conformei, mas tenho um irmão que é muito revoltado. A maior parte da minha família é um povo esquentado. Eu vim embora por isso também, tava vendo a hora um morrer. Viemos aqui pra essa favela pois foi onde disseram que a gente podia conseguir onde ficar. Tem uma pessoa que a gente conhece que mora por aqui, mas já vamos embora de novo. Aqui não tá dando certo, tudo é distante demais.

A história de L. sinaliza uma falta de perspectiva: ela não vê possibilidade de mudança para as condições em que vive. Veio para Natal procurando melhorias e não encontrou. A marca da sua história é essa impossibilidade de encontrar um lugar para viver sossegada: anda errante, à procura de um lugar onde viver melhor. É isso que parece ordenar a sua vida, a própria falta de ordem. A sua **posição subjetiva** se esboça precariamente. Frente ao Outro, se coloca como dependente, à espera de alguém que resolva por ela as precariedades da sua existência.

➤ Projeto de vida

Tudo que eu queria nessa vida era um lugar pra ficar no meu sossego e um emprego pra poder cuidar da minha família, mas tá muito difícil, cada dia piorando mais. Com quem vou deixar os meninos. Isso parece o inferno, não tem ninguém por nós. Até Deus parece que esqueceu da gente. A senhora não pode ajudar a gente?

Esse é outro depoimento em que aparece o desalento dessa parcela da população em relação a um projeto de vida que envolva mudanças na coletividade. A vida de L. se reduz unicamente a uma luta pela sobrevivência, à espera por alguém que venha salvá-la da miséria intransponível na qual se encontra.

➤ Relação com a comunidade

L. relata que não tem nenhuma relação com a comunidade onde mora e não sabe o que poderia fazer para melhorá-la:

A gente não consegue ajeitar nem nossa vida que dirá a dos outros [...]. Aqui cada um vive na sua, a gente tem até raiva um dos outros. Só tem uma que ajuda, mas o restante não liga de nada, não faz o que é de todo mundo, eu nem me lembro disso [...]. Assim mesmo, quem faz, é tido como besta por aqui; eu não ligo é pra nada.

A concepção de uma organização comunitária não existe. É mais provável que haja algum tipo de desvalorização daqueles que não conquistaram um “lugar ao

sol". Isso evidencia a representação que o eleitor dessa parcela da população tem de si mesmo e do outro que, como ele, não foi premiado com um destino diferente. Ele é o deserdado, aquele que foi abandonado pelo Pai, pelos políticos, por Deus, por todos aqueles que representam a exterioridade, o Mundo.

➤ Relação com a política

O político só procura a gente quando é época de pedir voto; depois que passam as eleições esquece se existe algum eleitor, não se importa com a maneira como a gente vive [...]. Esse problema é mais com a gente, né? Eu creio que quem é do nível deles, eles dão mais atenção, agora os que mais precisam e os que mais necessitam da ajuda deles, quando eleito, eles esquecem. Agora quando volta a eleição, ele vem novamente procurar, eu creio que é assim. A gente só é importante no dia do voto, e nessa bagunça ninguém conhece ninguém de futuro. Mas se algum ajudar a gente um pouco a gente ajuda também, agora pensar que todo mundo é besta, isso não!

Fica evidente que, em relação à política, L. segue com a mesma posição que vem estabelecendo diante da vida: espera que alguém venha tirá-la da situação em que está; sente-se preterida e certamente culpada pelo que lhe reservou o destino. Deprecia o seu lugar na sociedade, de modo que o político não pode também valorizá-la, não recebendo, portanto, a sua atenção. Sabe o que está acontecendo, que não está votando certo, reconhece que não é manipulada pelo político, mas, como não conhece nenhum candidato, vota naquele que lhe dá alguma coisa.

➤ Escolhas eleitorais

Eu escolho pensando em mudar, pra ver se um que vem, numa primeira oportunidade, se vai fazer alguma coisa melhor, se não vai seguir o exemplo dos outros [...]. Até agora nenhum político fez nada. Acho que não venho escolhendo certo, só pode. Eu preciso ouvir a opinião de alguém pra poder escolher, porque até agora, nada ... A gente ouve assim eles dizerem que vai fazer certas coisas que a gente gosta e a gente tem que acreditar... Eu acho mais fácil escolher quando é aquele que vai dando logo alguma coisa, deveria ter eleição todo mês [...], eu sei que não tá certo, mas quem é que a gente vai escolher? Não tem um filho de Deus pra ajudar nisso [...]. A gente fica aqui nesse fim de mundo que ninguém nem sabe se existe. [...] Quando é o caso de vereador a gente às vezes vota porque é assim da família, por conhecer aquela pessoa, e ela pode dar mais fácil alguma ajuda; os outros é pela televisão mesmo. Se a gente simpatiza com alguma coisa que ele diz, se tá falando a verdade [...].

A gente sabe quando uma pessoa é sincera e a que é falsa. Dessa vez eu votei em Garotinho: é evangélico, já fez muita coisa pelo pobre lá no Rio, vai aumentar o salário mínimo, os outros eu não lembro o nome [...]. A parte que eu gosto na televisão é os debates, só isso mesmo.

Se prestarmos atenção ao fio que conduz todo o discurso de L., fica evidente, aqui também, um **projeto ordenador**, da ordem da subsistência, sem articulação com a dimensão social mais ampla, diferente do que observamos em alguns depoimentos dos líderes comunitários. À dimensão do desamparo não se contrapõe uma construção que estabilize a sua vida e que funcione como anteparo para o sujeito. Dessa forma L. fica inteiramente dependente das iniciativas políticas, criando-se um círculo vicioso que vai da espera ao abandono, isso indefinidamente. Esse é mais um discurso que nos permite apontar a dimensão do desamparo como estando implicado nas escolhas eleitorais.

### 5.3.3 Depoimento 3

S.L.R.: solteiro, mora com a companheira, tem 27 anos, não tem filhos. Nasceu em Areia Branca, é morador da Favela da África - Zona Norte. É alfabetizado; no momento, estava desempregado.

#### ➤ Origem familiar

S. inicia o seu depoimento dizendo que não gosta de falar da sua história por não ter nada a seu favor. Relata sofrimentos, a necessidade de trabalhar desde cedo para se manter, falta de amparo e lugar no mundo, ausência de referentes familiares. Essa marca de uma história de abandono vai acompanhando a sua trajetória na vida e delineando uma **posição subjetiva** de revolta, de rancor e de desconfiança em relação ao Outro. E as dificuldades são experimentadas como intransponíveis:

Eu nunca tive a sorte de ter nada nessa vida, que até a minha mãe me deu pra uma tia. Minha vida foi sempre assim aos embolés, de um canto para outro, só isso mesmo [...]. Minha mãe teve quatro filhos, cada um de um pai diferente, e deu todos: um que foi minha avó quem criou, é o mais velho, eu ela deu pra minha tia, e os outros ninguém nem sabe onde está. O meu pai eu só vi uma vez, mas depois não vi mais [...]. Eu saí pelo mundo muito cedo atrás do que fazer.

Com 12 anos eu já ganhava dinheiro como ajudante de pescador: eu separava peixe bom de peixe ruim, e assim fui vivendo [...]. Nunca tive tempo pra estudar. Eu achava bonito aqueles meninos tudo de farda, mas pra mim não dava porque a pescaria tomava todo o tempo [...]. Nessa vida eu já fiz de tudo: já fui ajudante de pedreiro, ajudante de pescador, pescador, mexo com encanação, de tudo eu sei um pouco. Ultimamente eu trabalhei em construção na Bahia, de lá eu vim pra Natal porque fui despedido, mas eu ainda quero voltar para Areia Branca, voltar a pescar, trabalhar com pesca, ter um salário e mais o da mulher, fica melhor de viver, ter nossa casa, um homem desempregado, não é homem". Eu não sou casado, mas moro com uma pessoa faz três anos. Ela tem um filho de seis anos do primeiro casamento. Da minha vida é só isso mesmo que sei e mais nada, o resto eu nem me lembro [...]. As pessoas só sabe mesmo é humilhar os pequenos, quem é pobre nessa vida só serve mesmo pra sofrer.

➤ Projeto de vida

S. pretende voltar para a sua terra natal e retornar ao seu trabalho com pesca. Diz que lá tem um primo seu que é envolvido com política e que poderá facilitar a sua vida, ainda não foi porque a mulher trabalha de empregada doméstica e esse é um dinheiro certo, mas que, no dia em que ela sair do emprego ele voltará. Esse primo parece ser a única referência certa para S., que volta a falar dele em outros momentos, com o mesmo sentido: o de ser uma possibilidade de saída para a sua vida. O que se depreende como **projeto ordenador** mínimo que norteia a sua vida é o retorno a Areia Branca, lugar da sua infância e o lugar onde pode encontrar esse primo, voltar a trabalhar, ter onde morar. Mas é um projeto sem perspectiva, dependente de uma série de fatores para se efetivar e pautado por um caminho de aposta em um outro para acolhê-lo.

Pescar é a coisa que eu mais gosto de fazer [...]. Gosto de jogar e tomar umas, vez por outra, e lá em Areia Branca tenho os meus amigos, tenho um primo que me ajudou lá algumas vezes. Ele é envolvido com os políticos. Aqui em Natal não conheço ninguém, aqui não vi nada de bom [...]. A idéia de morar aqui é a de não ter capacidade pra sair pra outro canto. Se nós tivesse um meio de vida, nós não ia depender desse sufoco, nós ia depender da vontade de nós mesmo. A mulher diz que não vai embora, eu quero ir. Se tiver de ser vai ser, pobre num tem muito o que fazer em certos momentos.

➤ Relação com a comunidade

Como vêm apontando os depoimentos anteriores, observamos aqui uma ausência de relações coletivas, descrença nas mudanças, vida comunitária precária,

espera de alguém que resolva as dificuldades, sentimento de abandono por parte do poder público:

Onde nós vivemos tem muita gente umas por cima das outras, mas ninguém perturba. É cada qual na sua vida, é tudo procurando o pão de cada dia. Eu não vou dizer pra senhora que é tudo igual porque estou mentindo: aqui tem gente boa e gente ruim; mas dizer assim que a gente se preocupa com as coisa dos outros isso não existe. Agora dizer assim, aqui é tudo precário. Não posso dizer que aqui é um lugar, possa ser que ainda seja, mas até agora não. A gente espera que um dia alguém olhe por isso aqui, que aqui ninguém pode olhar um lugar longe desse. Não tem água encanada, a luz é só de gato, nem estrada.

➤ Relação com a política

Sobre a política, esse depoimento revela a indignação e o sentimento de revolta que acompanha as camadas pobres da população, a queixa permanente de que não se consegue emprego, não se consegue mudar de vida, porque ninguém cuida disso:

Sobre a política o que eu tenho visto é só isso de enrolar o povo. Ninguém vê vantagem nessas políticas hoje em dia: engana a um, engana a outro pra dar futuro no mundo, que futuro que hoje em dia tá dando é desempregando a maioria dos pais de família e a convivência hoje em dia só tão fazendo o que não deve no mundo, falta de emprego [...]. O único político que eu confio até hoje é só aquele lá de cima, porque esses da terra eles podem ganhar mil eleições.

A não ser esse, eu não confio em mais nenhum; só em Deus e nas minhas forças pra mó de eu trabalhar [...]. Porque se tiver que comer, nós tem que trabalhar, mas pelo governo eu não espero mais não.

Fica evidente quanto o discurso de S. é sem esperança, baseado numa relação de decepção em relação àqueles que poderiam ter cuidado das pessoas e assim não procederam, ficando como único recurso, face ao desamparo, a figura de Deus, como representante daquele que vela em qualquer situação pelos desassistidos.

➤ Escolhas eleitorais

As escolhas eleitorais de S. partiram de uma aposta na mudança: ele acreditou em Lula e em Dilma como possibilidades de mudar a realidade precária de sua vida. Acompanhou o processo eleitoral pela televisão. Acreditava em Lula

porque ele era pobre como ele e em Vilma porque sempre foi conhecida por zelar pelos mais pobres. Não votou em nenhum outro candidato, porque não teve vontade. Considera que a televisão ajuda a escolher os candidatos. Lembra que na última campanha não apareceu ninguém lhe pedindo para votar e costuma atender o pedido das pessoas por algum candidato.

Eu votei só em Lula e em Vilma [...]. O que eu tenho achado é que meu voto eu não botei pra desperdiçar não. Eu vejo vantagem até aqui; agora daqui pra lá que eu vejo pela televisão é enganando o povo. Eu acompanhei e acompanho tudo pela televisão. A gente, que não conhece ninguém, pela televisão se vê tudo. Agora, que eu saiba, a mim não estão enganando, eles é que estão sendo enganados, porque capacidade, se sair outra eleição, não se vai votar pra eles mais [...]. Eu votei porque, como diz o ditado conversa que enrola o povo, o caso do partido de Lula mesmo, quando ganhasse ia fazer isso, aquilo e o que ele fez foi a verba de embolsar o bolso dele, que ele não é tolo. Se iludiu com isso, com aquilo e não tá olhando prá promises que ele fez [...]. Ele disse que ia resolver o problema dos mais pobres. [...] Esse, que foi um que nem a gente, pode dizer de favela, podia merecer mais confiança, e ele vai é encher o bolso dele sair da favela e humilhar aqueles que ainda estão na favela [...]. O que eles poderiam fazer era se organizar e procurarem as favelas que fossem mais precisada no meio do mundo pra poder eles terem uma vantagem e confiar nas próprias forças do povo. Porque nem isso eles estão fazendo, procura é aqueles da cidade grande, aqueles que dão segurança pra eles é quem eles estão olhando, agora os precisados, eles estão deixando pra trás. Vilma, todo mundo dizia por aqui que era do lado dos mais pobres. Fora Lula e Vilma eu não conhecia mais ninguém, nem tive vontade de votar [...]. O jeito forte de Lula, um homem que venceu, isso é importante, e venceu com suas própria força. Pode se dizer que um homem daquele venceu na vida, mas depois esqueceu tudo o que passou [...]. Esse ano não teve pessoas por aqui pedindo voto, o povo tem preguiça até de vir aqui nesse fim de mundo, nem pra isso a gente presta mais. É até bom quando aparece alguém pedindo assim um voto, é pra ajudar mesmo. Essas bolsas de “Zero Fome” pelo meio do mundo, aqui não veio ninguém cadastrar., Se as pessoas fossem depender desses objetos que eles tanto falam já tava, pode dizer, o Brasil todo afundado [...]. Aqui não teve um político que me agradou, mas lá no interior eu tenho meu primo, abasta eu chegar lá. Eu tô aqui, mas se procurar ele lá, me dá todo o apoio, quando eu me queimei foi ele que me ajudou.

A condição de abandonado também se revela no discurso de S. quando ele fala de política e das suas escolhas eleitorais. Os políticos também não cuidam dele como deveriam, não olham para a vida que ele tem levado, a de desempregado. O político enrola, rouba, resolvem apenas a sua própria vida. Em razão disso, S. não confia mais em nenhum político. Lula foi o único que lhe trouxe um certo tipo de

esperança, mas também é percebido como tendo enganado, só restando a S. confiar apenas em Deus e nas suas próprias forças.

A favela é, para S., um lugar que não é olhado pelos políticos, como se eles não confiassem nas forças dos favelados, ajudando apenas aqueles da cidade grande. S., no entanto, sente-se acolhido no interior, onde tem um primo que sempre o ajuda.

S. procura fazer as suas escolhas com base no conhecimento que tem dos candidatos, porém se decepciona facilmente e desconfia das reais intenções deles. Percebe o lugar do político como aquele que pode levar o sujeito a sair do seu estado de miséria e abandono, porém os políticos só pensam em se beneficiar e enganar os que confiam neles. A posição de S. frente à política foi, por algum tempo, a de esperar por mudanças, hoje é de uma total descrença: não vê qualquer possibilidade de existir um político que preste. O crédito só se efetiva quando os benefícios tocam na sua realidade cotidiana. Portanto as escolhas são efêmeras, mudam ao sabor das suas expectativas momentâneas, sem vínculo com um projeto mais amplo para a sociedade. Ele ainda aguarda apenas por um primo, que, por lhe ser muito próximo, lhe permite um certo amparo.

#### 5.3.4 Depoimento 4

H.S.: solteiro, 18 anos, não tem filhos. Nasceu em Natal e é morador da Vila de Ponta Negra. Estava cursando o terceiro ano do ensino fundamental e trabalhava numa oficina de bicicleta.

##### ➤ Origem familiar

H. nasceu em Natal, é o segundo de uma família com nove filhos. Seus pais não moram mais juntos, e isso sempre pesou em sua vida. O seu irmão mais velho não assumiu nenhuma responsabilidade, ficando tudo ao seu encargo. A pior lembrança que ele traz da infância é que aos quinze anos perdeu esse irmão mais velho, vítima de uma briga entre rivais. Esse irmão era de quem mais gostava; foi uma perda que marcou toda a trajetória de vida de H.

Depois que eu perdi meu irmão foi um coisa muito desastrosa porque sofria todo mundo, minha mãe adoeceu: ela costurava e depois disso ficou fraca, nervosa. Eu fiquei um bom tempo sem sair de casa à noite, por medo mesmo. Eu já era meio nervoso e com isso piorou. Eu já não gostava muito de sair de casa porque à noite por aqui tem muito assalto e pessoas que se drogam. [...] Quando eu saio de casa nunca sei se vou voltar.

As dificuldades que já faziam parte da sua rotina se tornaram então maiores. H. parou de estudar: já tinha repetido dois anos e não estava mais estimulado para ir à escola. Agora só pensava no que iria fazer para melhorar a situação da família: “eu fico às vezes querendo resolver esses problemas todos, tudo de uma só vez [...]. Tem dias que saio de casa querendo fazer tudo que aparecer na minha frente e na maioria das vezes volto sem nada”.

O que aparece como **posição subjetiva** e que evidencia seu modo de lidar com o Outro é uma grande insegurança, medo de enfrentamento, a percepção do tamanho da tarefa que ele tem que abraçar. Portanto podemos pensar essa história como precária e marcada por uma imobilidade diante do tamanho dos problemas: H. não vislumbra muita saída para os impasses do seu cotidiano. Essa posição subjetiva determina o modo como ele vai estruturar o seu **projeto ordenador**: marcado por desconfiança na sua capacidade de conseguir as coisas pelas quais sonha. Sem motivação para continuar a luta, a escola poderia surgir como uma mediadora das dificuldades desse rapaz, mas também está marcada pela falta de estímulo dos professores. Fica clara, na história de H. , a ausência de dispositivos sociais que pudessem colaborar para as saídas subjetivas dos seus impasses, ausência de programas que prestem assistência à juventude e que elevem a sua auto-estima.

➤ Projeto de vida

Essa precariedade do contexto de H. marca decididamente o seu projeto de vida:

Meu sonho é voltar a estudar e arrumar um emprego, mas acho que isso é uma coisa que eu vou morrer e não vou conseguir, porque eu já tentei muitas vezes voltar e acabo desistindo. Se eu não voltar a estudar não vou conseguir o emprego que eu quero. Meus professores já me mandaram para o supletivo, porque não vêem chance de eu conseguir até o fim [...]. Eu ficava faltando aula direto, na escola só tem bandidos.



➤ Relação com a comunidade

H. parece não manter qualquer vínculo com a sua comunidade: percebe que todos só querem tirar vantagens, é desconfiado das pessoas, não gosta de sair de casa, não costuma se envolver com nada. Foi difícil conduzir a entrevista com esse rapaz, dado o nível de seu desestímulo e de sua descrença de tudo:

Pra falar a verdade, eu vivo essa vida não sei nem por quê. Ninguém merece confiança: a gente não sabe quem é quem, o amigo de hoje amanhã é nosso inimigo [...]. Eu não gosto desse negócio de fazer favor, porque todo mundo é interesseiro, faz o favor pra depois cobrar um preço alto [...]. Esse negócio de comunidade é saco furado, as pessoas só querem tirar vantagem. Os que são esperto tira toda a vantagem do outro que não é. se a gente for dar uma de espertinho pode arrumar briga, e assim o melhor é ficar sossegado mesmo e ir levando.

➤ Relação com a política

Essa postura de descrédito em tudo se repete quando H. vai falar de política: o candidato aparece como totalmente desacreditado, envolvido apenas com seus próprios interesses.

A maior parte dos políticos não prestam, só sabem prometer, e cumprir que é bom [...]. Não pensam no jovem: eu não vejo um político desses se preocupando com o jovem, eles só visam o bolso deles e o da família deles [...].

Tem alguns que ainda ajuda a gente, mas só nas eleições [...]. Teve uma eleição dessas, eu trabalhei pra um político e ganhei algumas coisas: camisa, quinze reais e mais o almoço; mas o meu voto eu dei pra outro lá que era mais conhecido meu [...], de política eu não entendo muito não, é uma coisa que eu tenho é raiva [...], dia de eleição eles parecem urubu em carniça, mas a carniça é a gente [...], eles devem existir, mas de outro jeito, porque senão isso aqui viraria uma zorra.

➤ Escolhas eleitorais

Eu geralmente escolho uma pessoa que eu conheço, que um amigo meu pede, e assim, se eu vejo que ele fala alguma coisa que me agrada [...]. A televisão ajuda nas escolhas se o candidato for mais de longe e a gente não sabe bem quem é [...]. Eu assisto, mas dizer assim que eu presto atenção eu não presto [...]. Eles prometem segurança do bairro, educação, emprego, salário [...]. Mas a gente escuta assim, fica olhando e é tudo mentira. Mesmo quem tá falando a verdade a gente já pensa que é mentira [...].

Eu dei meu primeiro voto agora e foi pra Lula e Vilma; os outros eu não me lembro, foi um colega que me pediu, eu gosto mais de votar nos maiores, que é mais importante.

O discurso de H. é, finalmente, revelador disto que estamos mostrando nas nossas análises: que o substrato subjetivo que permeia as escolhas eleitorais é também o desamparo. Observamos aqui uma articulação entre a *posição subjetiva* de H. aquela que aparece em sua história de vida, uma posição de impotência e medo diante da vida, e os encaminhamentos que são impulsionados no seu cotidiano, ou seja, o seu projeto ordenador. Por mais boa intenção que tenha, fica engessado para realizar aquilo que almeja. Essa conduta, em certa medida, aparece também no ato de fazer as suas escolhas eleitorais: ele não vê saídas, vota a partir da indicação de um amigo, precisa escutar alguma proposta que o agrada. O seu voto não denota um conhecimento sobre a política, mas é um voto tomado aleatoriamente, sem vínculo com um projeto para a sociedade.

### 5.3.5 Depoimento 5

M.J.S.: solteiro, mora com a companheira. Tem 20 anos, um filho. Nasceu em Natal-RN - e é morador da Favela do DETRAN - Cidade da Esperança. No momento, cursava o 1º ano do ensino fundamental e estava desempregado.

#### ➤ Origem familiar

M. é o terceiro de uma família com sete filhos. Os pais vivem juntos e criam os filhos com muita dificuldade. A mãe faz lavagem de roupa, o pai não tem um emprego fixo e os seus dois irmãos mais velhos estão desempregados. Da infância, M. não tem nenhuma lembrança mais significativa, apenas algumas brincadeiras na rua com os amigos, o tempo da escola e as dificuldades financeiras da família. As pessoas em sua casa o vê como desligado, como o que não gosta de trabalhar, a mãe procura apóia-lo:

Sempre fui de ter um pouco de preguiça, até hoje é assim. Meus irmãos era uma luta danada e eu gostava mais de brincar, ficar pelas ruas arrumando uma coisa ou outra, mas a maioria das vezes era brincando mesmo.

Chegava em casa era uma bronca todo dia, do meu pai, dos meus irmãos que me chamavam de descansado, desligado, boa vida, vagabundo. Eu ficava meio aperrado, queria me ajeitar, mas só era desse jeito mesmo. Minha família não me dá valor, minha mãe é que sempre pendeu mais por mim, acho que era porque só eu gostava de trazer as coisas para ela.

O lugar de M. na família é relatado por ele como pouco valorizado. Dentro da conjuntura na qual se insere não é visto como útil: é alguém que precisa estar sendo empurrado para realizar alguma coisa. O tempo para a realização de uma tarefa não é determinado pela situação familiar, organizando-se por um mecanismo hedonista. Dessa forma, M. vai escapando do peso e da responsabilidade que o seu cotidiano lhe cobra e essa parece ser a **posição subjetiva**, ou seja, uma posição de não-envolvimento, de não implicação diante das dificuldades familiares. O peso da responsabilidade fica para os outros; gosta de tirar vantagens sem querer pagar o preço do compromisso.

Eu nunca faço coisas com o gosto mesmo de fazer, eu levo mais na esportiva: se der, bem, se não der [...] É um negócio meu mesmo [...], lá em casa só eu mesmo sou assim [...], meu pai diz assim: rapaz vá fazer isso, vá fazer aquilo [...]. Mas eu vejo minha família toda se acabando de trabalhar pra ganhar mixaria, quando eu entendo de querer uma coisa eu arrumo dinheiro, e sempre pinga alguma coisa.

M. passa a idéia de que não precisa cumprir uma rotina de trabalhos intensos, uma vez que consegue o que quer com menos custo. É dentro dessa perspectiva que ele vai dando as coordenadas de sua vida.

#### ➤ Projeto de Vida

Meu sonho é ganhar na loto [...]. O pouquinho de dinheiro que eu pego eu junto pra jogar. Se um dia der a sorte grande, aí eu ajudo minha família a sair desse sufoco quero ajudar a minha mãe, comprar uma casa, que essa não é da gente [...], querer eu quero muita coisa o difícil é ter sorte e chegar adiante, eu só sei que eu não quero levar a vida que meus irmãos levam, pode dizer o que for.

O projeto que ordena a vida de M. está bem articulado com a sua posição subjetiva, ou seja, aquela que lhe permite tirar vantagens sem maiores custos para si. O seu **projeto ordenador** é, portanto, não ter projeto algum, é deixar que as coisas aconteçam. Ao querer tirar na sorte grande, M. realiza uma *solução de*

*compromisso*: se mantém sem trabalhar, ao mesmo tempo em que se alimenta da possibilidade de ficar rico jogando.

➤ Relação com a Comunidade

M. gosta de freqüentar as festas, os bares, gosta de jogar futebol. Acha o seu bairro muito perigoso - onde acontecem muitos assaltos – mas diz com ele nunca aconteceu nada muito grave, apenas uma briga na saída de uma festa. Não costuma envolver-se com a vida da comunidade de uma maneira geral:

Pra dizer a verdade o que eu gosto mesmo é das festas, dos bares que aqui é cheio de bar, gosto do futebol, mas dizer assim que eu participo de reunião de bairro, eu não vou. Tem gente aqui que vai, mas esse negócio não dá prá mim não, quem pode gostar disso? quem gosta vai:, eu, que não gosto não tem futuro ir, vai fazer o quê? eu acho até engraçado.

➤ Relação com a política

M. encara a política como um mal inevitável: “Se eles não fizerem, quem há de fazer? Alguém tem que fazer alguma coisa pela cidade”.

Mas costuma tratar a política como um “esporte”, um “divertimento”:

Pra mim, a política é uma diversão; eu levo como no esporte [...], tudo faz a mesma coisa [...]. A gente fica naquela: vai pra um, vai pra outro, pega um negócio aqui e ali; é camiseta, é boné, é remédio [...]. Eles chegam aqui distribuindo as coisas e eu sou o primeiro a entrar na vez [...]. Não acho isso ruim; eu acho é bom; pra mim todo político é bom, dia de eleição pra mim é uma festa! A política é igual a Zorra Total, é daquele jeito.

O discurso de M. permite observarmos a articulação entre a sua posição subjetiva, seu projeto de vida e sua relação com a política, uma articulação que pode ser também observada no seu modo de fazer suas escolhas eleitorais.

➤ Escolhas eleitorais

Quando eu tenho que escolher um candidato, eu pendo para aquele que dá na telha. Eu digo: “é aquele” e vou lá e voto, pode ser qualquer um [...]. Teve Lula agora nas eleições, que eu votei porque ele disse que ia melhorar a vida do pobre e eu achei de confiar nele [...]. Vilma, que eu vi que ela faz muito pela cidade, só um cego não vê [...]. Tem gente aqui que não gosta dela, mas eu mesmo não tenho o que dizer dela não [...].

Zé Agripino foi outro que eu votei. O povo diz que ele faz muita coisa, eu mesmo não vejo o que ele faz não, mas é um homem bem aparentado, fala bem, pode ser que faça alguma coisa [...]. Eu não lembro mais em quem foi que votei, só sei que é dessa forma como eu tô dizendo: não tenho queixa de nenhum, tá tudo bom para mim. A televisão ajuda a escolher, a gente vê quem tá falando a verdade e quem não está, agora é difícil eu ficar prestando atenção naquela baboseira, daqui de casa ninguém se liga nisso. Na hora de votar, a gente sente quem vai ganhar, o que os outros falam que é o melhor. Eu levo mais a sério a eleição para Presidente, que toma conta da nação; os outros vai do jeito que for. No dia da eleição é eu acho bom mesmo: a gente pega daqui, com um e com outro. Eu chego em casa cheio de camisetas, passo o ano todo vestido de camisa de cada candidato, eu pego uma camisa pra ficar diferente!

As escolhas eleitorais de M. estão em consonância com a sua perspectiva de vida, seus anseios. Parece que, dependendo do político, ele sabe o que esperar dele. Com alguns, ele estabelece uma relação de confiança, de outros recebe as pequenas vantagens que surgem em época de eleições, havendo ainda aquele que M. percebe que traz melhorias para sua cidade. Para ele, todos os políticos têm servido a seus propósitos, uma vez que suas exigências são mediadas pela maneira como ele lida com a vida: seu pouco compromisso com o trabalho, com a comunidade. Dessa forma, escolher um candidato é mais um modo de tentar para realizar aquilo que almeja, ou seja, melhorar na vida com pouco custo.

#### 5.4 OBSERVAÇÕES SOBRE AS ESCOLHAS ELEITORAIS DO SEGMENTO POPULACIONAL DA PERIFERIA

O que observamos nesses depoimentos e também nos outros que não estão aqui contemplados é a incapacidade, por parte dos entrevistados, de se perceberem como possuidores de uma história, tendo em vista que a vida vem sendo só de sofrimentos e pobreza. É como que, para a sua vida adquirir *status* de história, fosse necessário falar de realizações. A relação com a comunidade é precária, sem um sentimento de coletividade. A relação com a política é na base da troca de favores, o político é visto como aquele que só faz promessas que não cumprem, podendo ser colocado como o “salvador” se realizar um trabalho assistencialista.

Observamos, portanto, que se articulam: uma forma precária de falar da própria história, uma falta de participação na ação coletiva e uma escolha eleitoral pautada por interesses emergenciais desarticuladas de um projeto para a sociedade. Dessa forma podemos dizer que quanto mais desamparados, mais desorientados se encontram para escolher o seu candidato.

Os depoimentos expressam novamente os interesses pessoais em jogo: S. quer um emprego, quer sair da favela, fala do candidato que sai da favela e chega à presidência; E. precisa de creche para os filhos e posto de saúde como projeto de vida, ela volta a falar disso quando tem que escolher o seu candidato; M. não tem casa própria, ela aparece como prioridade. Isso indica que a ordem material, a da sobrevivência parece ser definidor do critério de escolha tendo em vista que esse é o seu projeto ordenador e que serve de amparo para o sujeito, lhe permitindo um lugar na sua existência.

A facilidade com que aderem a certos projetos é a mesma que os leva ao desencanto, isso porque fazer escolhas consistentes ou fazer certas renúncias exige um mecanismo galgado em ideais que, nesse segmento carente da população, são ideais reduzidos ao campo da necessidade imediata.

A identificação com o herói, com o vencedor, parece ser fundamental para quem no seu cotidiano é um anônimo, um a mais na multidão. O imaginário individual e coletivo se constrói assim por projeção: já que eu (nós) não sou um vencedor, segundo os valores vigentes na sociedade onde vivi, me transformarei em vencedor no momento em que o escolhido tem as características necessárias para a vitória e que estão ausentes em mim. À condição de desamparados que acompanha o ser humano é necessário valores na cultura para que as relações não se constituam no campo do afetivo: candidatos mais simpáticos, menos arrogantes...

A carência permanente pela qual passa essa população faz com que os benefícios corriqueiros que um político venha a fazer em sua comunidade tomem uma dimensão quase divina “aquele que olha por nós”. A relação com o político que mantém uma atividade constante de assistencialismo tem, da parte dessas pessoas, o voto como gratidão. O voto flutuante está mais dirigido àqueles candidatos que só aparecem em época de campanha, para aqueles que não fazem parte do seu cotidiano. A ajuda material que os políticos podem dar cria as condições para a barganha pelo custo do voto.

Entre os mais pobres, Vilma de Faria aparece como a candidata ideal: a imagem da mulher que trabalha que comparece nos lugares onde moram. Sua presença transmite que ela cuida dos pobres, das crianças. De fato quando perguntamos sobre o que ela faz que as pessoas gostam, a maioria ressalta que ela cuida da comunidade, se faz presente; em todo bairro tem pessoas que trabalham para ela, que realizam algum tipo de trabalho junto à comunidade. São pessoas do próprio bairro que fica na responsabilidade de realizar algum tipo de atividade. Isso faz com que a população acredite nela e por ela se sinta amparada de alguma forma.

O laço social, aquilo que une um sujeito ao outro, é hoje predominantemente articulado pela mídia eletrônica, que reduz a subjetividade à dimensão da imagem. A relação com o semelhante num campo dominado por formações imaginárias ganha feições que precisam ser apontadas. As formações imaginárias organizam-se em torno do eu narcísico, das identificações e das demandas de amor e reconhecimento. Existir por intermédio da imagem torna insuportável qualquer forma de exclusão – se eu não sou visto, eu não sou. Desse modo as escolhas eleitorais são pautadas por critérios que respondam a essas demandas de amor e de reconhecimento tendo em vista a ausência de uma formação simbólica, ou seja, projetos, propostas, valores disponíveis na sociedade. Formações que dão suporte ao desamparo.

As formações imaginárias, e toda a indústria das comunicações que nelas se apóiam, ocupam uma grande área do que poderíamos considerar “espaço público” no mundo atual e não são eficientes na produção de uma nova ética para os novos tempos. A linguagem televisiva infantiliza, tendo em vista que o impacto das imagens produz a falsa certeza de que as coisas “são como são”. Com isso, a opinião pública torna-se participante de uma cena totalitária em que todas as alternativas estão contidas nos termos que a imagem comporta, dispensando a capacidade humana de questionar as versões oficiais, criar fatos novos e inventar soluções para as grandes crises sociais.

Essas reflexões revelam que, a carência da população, uma carência que não pode ser vista apenas do ponto de vista material, mas também carência de ideais, de projetos, faz com que a maioria da população adira ao imediatismo da política e desacredite de tudo aquilo que não apontem com saídas rápidas para os seus problemas. O entendimento que essas pessoas fazem da política é de um mero jogo

de interesses e, assim, eles se posicionam de modo a tirar o máximo de proveito no processo eleitoral.

Parece-nos que o povo estabelece suas estratégias e interesses quando vai votar, elas podem não estar em acordo com a maneira como nós entendemos a política, mas segundo a sua lógica, sabem o que procuram e de quem procurar.

Os líderes comunitários levantam alguns aspectos para explicar as escolhas da sua comunidade: a questão do descrédito com os políticos, que prometem e não cumprem; a questão dos valores que não estão sendo transmitidos. As duas questões nos parecem estar relacionadas. A sociedade global vem se pautando por concepções que não ajudam a dar um lugar valorativo à coisa pública, tudo funciona por uma lógica individualista, cujo teor é o “se dar bem”: a medida é o próprio sujeito. Isso serve tanto para pensar o político, interessado no seu desempenho eleitoral, quanto um professor, por exemplo, cujo objetivo em sala de aula é livrar-se o mais rápido possível dos alunos. A sociedade não parece ser um bem que valha a pena investir, isso é sempre uma responsabilidade de um outro que concretamente não está em lugar nenhum. A lógica do mercado parece promover essa concepção de que os atores sociais são apenas marionetes a seu serviço, o que cria um desinteresse por aquilo que não me representa. O voto aparece, assim, como a manifestação do puro interesse em garantir para si e isto está em conformidade com a lógica do mercado.

Observamos nos depoimentos aqui apresentados que a maioria tem uma concepção de mundo *protecionista*, que é mais evidente entre a população de baixa renda, de pouca escolaridade e moradoras de recantos periféricos. Essa visão protecionista anula as possibilidades do eleitor se colocar mais atuante e se perceber como agente de mudança. Ele não se reconhece como conhecedor da política e sente-se manipulado, abandonado e traído, mesmo quando lhe é lembrado que são eles quem escolhem os candidatos. A ausência de uma política de projetos mais amplos, compartilhado com essa parcela da população, faz com que a política seja vivenciada como estranha a esses agentes.

Nessa perspectiva os eleitores têm dificuldade de pensar a política a partir de interesses, projetos e propostas políticas e, dessa forma, tratam-na em função de personalidades que se distinguem por qualidades e características pessoais. Nesse contexto, para distinguir os políticos bons e ruins, esses eleitores destituídos de saber político recorrem ao sentimento. Procuram apreender, através da imagem do



candidato, expressões que indiquem autenticidade e principalmente que indiquem se estão falando a verdade, mas o critério de verdade parece está articulado ao que bater na emoção. Leva vantagem o candidato cuja performance permita ao eleitor, ávido por promessas salvacionistas, captar nele o verdadeiro protetor.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos colhidos através do nosso trabalho de campo deram as pistas para que identificássemos a dimensão do desamparo no ato do eleitor escolher o seu candidato. Os dois segmentos de entrevistados colocaram-nos, diretamente, no centro de um discurso cujo fio permitiu reconhecermos alguns elementos que norteiam a vida do sujeito e que são acionados no momento das suas escolhas eleitorais.

As formas pelas quais esse fio foi conduzindo as várias manifestações do voto, nos deu a impressão inicial de uma impossibilidade de análise. O terreno escorregadio da subjetividade dificultou um caminho mais seguro e sereno de referências explicativas, no entanto, esse fio lógico foi sendo costurado à medida que analisávamos os discursos dos nossos depoentes.

Pudemos observar que esses componentes discursivos são apresentados através de uma **posição subjetiva** que vem tipificar, para o sujeito, um **projeto ordenador**. Por posição subjetiva (conforme apresentamos nos procedimentos metodológicos) estamos denominando a marca central com a qual o sujeito evidencia, através das suas ações, a sua relação com o Outro. Por projeto ordenador entendemos aquilo que o sujeito constrói com um caráter de seguridade e sentido para a vida sendo, portanto, uma das formas possíveis dele lidar com o seu desamparo.

Observamos que, entre os eleitores de baixa renda, com pouca escolaridade e moradores da periferia dos bairros populares, o estado de desamparo, que é próprio da condição humana, toma aí, uma configuração particular. A sociedade atual, permeada pela crise de ideais, não facilita a criação de dispositivos para que os sujeitos, diante do seu desamparo, possam encontrar saídas mais viáveis para a sua existência. Portanto, nessa parcela da população, soma-se à falta de ideais, a falta de condições materiais de subsistência criando-se, então, as condições para que as mesmas cedam, com facilidade, aos apelos clientelísticos dos candidatos e tornem-se, por conseguinte, presas fáceis de suas promessas salvacionistas ou, por outro lado tendam ao descaso e à indiferença política.

Ao analisarmos os depoimentos dessa parcela da população observamos em seus discursos alguns elementos recorrentes: os conteúdos das suas histórias de

vida são marcados pela precariedade, tendo em vista que contemplavam apenas sofrimento e pobreza. É como se, para adquirirem um *status* de história fosse necessário apresentar realizações. Dessa forma sua posição subjetiva é aquela que está na dependência de um Outro para salvá-las do abandono. Há ainda uma ausência de relação com a comunidade, ou seja, uma falta de sentimento coletivo, criando impedimentos para a efetivação de um projeto ordenador voltado para uma perspectiva social. Há um forte ressentimento para com os políticos tomados como aqueles que só fazem promessas e não cumprem, ao mesmo tempo em que os políticos com práticas pautadas no assistencialismo cotidiano são os candidatos prediletos e tidos como o candidato ideal.

Observamos, portanto, que se articulam: a posição subjetiva de dependência total com o outro, histórias de conteúdos precários, ausência de participação coletiva, ausência de um projeto ordenador mais consistente e escolhas eleitorais pautadas por interesses emergenciais, desarticuladas de um projeto para a sociedade.

Os eleitores não confiam nos partidos, mas em certas pessoas: políticos bons, dignos de confiança. Aqueles que estão mais próximos do seu cotidiano que não os abandonam passado o período eleitoral.

Leva vantagem o candidato cuja performance apelativa permita ao eleitor, ávido por promessas salvacionistas, captar nele o *verdadeiro protetor*. O eleitor presta mais atenção nas expressões faciais, nos olhares, nos gestos desenvolvidos pelos candidatos nas campanhas eleitorais, escolhendo um olhar mais intuitivo, aquele que seria mais autêntico.

As características das escolhas eleitorais por nós observadas na população de baixa renda - o descaso com a política; a valorização da imagem do candidato; a escolha em função da performance do candidato, pouco vínculo com um projeto maior para a sociedade, a volubilidade do voto, a falta de critérios mais politizados para fazer suas escolhas, a busca por promessas salvacionistas, entre outras características, estão articuladas à maneira como a política, no mundo globalizado, vem se processando de forma a não servir de balizadora cultural para o conjunto da população. Isso terá como efeito um indivíduo que vai perdendo sua capacidade de responder e passa a ter uma postura defensiva e desinteressada diante do mundo e, no caso particular que estamos analisando, para com as eleições.

Como pesquisadora, inferimos que um dos elementos definidores do voto entre a população de baixa renda e que os liga ao candidato é sempre uma proposta que se relacione com o seu cotidiano. O indivíduo pode até reconhecer o que o candidato está fazendo pelos outros, mas se não chega até ele, ele não consegue confiar que seja um bom candidato. Acreditamos que a simpatia se atrela a alguma promessa do candidato que lhe parece agradar e essa expectativa se não transforma de imediato a sua vida mudam a opinião sobre ele. É bom destacar que o eleitor não considera como um bom candidato, aquele que dá “coisas” só em período de campanha. Em relação a este, o eleitor mantém um vínculo utilitarista, compreendendo que não é o ideal para a sociedade. Os que nele votam podemos deduzir que o fazem, ou devido ao medo de algum tipo de represália, ou por não encontrar outra opção.

A facilidade com que aderem a certos projetos é a mesma que os leva ao desencanto. Isso porque fazer escolhas consistentes ou fazer certas renúncias exige um mecanismo centrado em ideais que, nesse segmento carente da população, estão reduzidos ao campo da necessidade imediata.

As saídas apontadas pelos entrevistados em relação aos seus problemas cotidianos, estão na dependência direta de um governante bondoso e provedor, dotado de competência, que use o seu poder para defender os que precisam de proteção e para fazer o que é certo em termos do bem comum. Todos os entrevistados apontam uma desilusão com os políticos, necessitando de alguém que possa olhar por eles.

Os eleitores de baixa renda vão lidando com essa realidade por uma diversidade de mecanismos defensivos onde o voto, por conseguinte, torna-se um articulador das negociações de cada um. Alguns procuram pelas vantagens que podem obter, tendem a identificar qual o candidato que melhor se adequa às suas necessidades. Outros anulam o voto como forma de não mais ser joguete nas mãos dos políticos (não apresentamos nenhum depoimento onde esse dado aparece, mas ele esteve presente na fala de alguns entrevistados).

Existem aqueles que se divertem com essa condição do político precisar deles e de poder enganá-lo traindo-o com o voto. Outros são eternamente gratos pelo calçamento da rua. São inumeráveis os contornos dessa negociação, mas, todas elas, ao nosso ver, colocam-se como possíveis respostas para o indivíduo, face ao desamparo. Identificamos, dessa forma, que as eleições são um momento

que permite à população falar do seu desamparo e de tratar a sua relação com o mundo.

Entre os líderes comunitários esses elementos discursivos compõem-se por outras características, tanto entre os que votaram mais à esquerda quanto à direita. Estamos considerando de direita aqueles que tradicionalmente pertencem aos partidos conservadores e defendem atitudes conservadoras, e, de esquerda, os partidários de uma reforma ou revolução socialista.

Entre os que votaram mais à esquerda ficou evidente os seus engajamentos em projetos mais voltados para a comunidade, desejosos de resolver os problemas e conflitos da sociedade como um todo. As possibilidades de mudanças estavam, principalmente, determinadas por suas iniciativas pessoais mobilizada para uma tarefa coletiva. Acreditavam que a política poderia articular um projeto mais justo para todos. Tinham, por consequência, uma posição subjetiva de enfrentamento diante dos conflitos e dificuldades da vida, o que facilitava a construção de projetos ordenadores marcados pela perspectiva coletiva.

No entanto, para aqueles que votaram mais à direita a relação com a comunidade se mistura ao desejo de serem protegidos por algum político. Querem resolver, também, problemáticas que eles, enquanto pessoas, não haviam conseguido. Dessa forma havia a tendência para uma posição subjetiva de dependência àquele político que promete alguns benefícios para os familiares do eleitor, e o projeto ordenador tende para pequenas conquistas para a comunidade e para a família.

Vale salientar que, com essas análises, não queremos enveredar por um caminho maniqueísta de que o eleitor que vota à esquerda é sempre consciente de sua posição política, que não tem interesses pessoais em jogo ou que só quer o bem comum. O que queremos destacar é que há uma tendência, entre aqueles que votam mais à esquerda, de fazerem referências a projetos mais amplos para a sociedade. Os que votam à direita demonstram a busca por projetos mais individuais do que coletivos, o que ocorre também com os eleitores de periferia, que tendem a não ter projetos coletivos, apenas o interesse de serem atendidos em necessidades mais imediatas do cotidiano.

A opinião dos líderes comunitários sobre o voto de eleitores da periferia e sobre a política, bem como os outros depoimentos por nós colhidos, nos deram indicativos desse lugar da política, o de proteger o sujeito dos percalços da vida,

apesar de ela ser reconhecida como não cumpridora da sua função para a maioria do eleitorado.

Através dos fragmentos das histórias de vida, pudemos ver a diversidade de caminhos que podem ser percorridos pelo conjunto da população em contextos semelhantes, o que nos coloca diante da questão da singularidade, ou seja, da maneira como cada um foi marcado por seu contexto, como pôde lidar com aquilo que o “determinou”.

Chamou-nos a atenção o fato de que muitos líderes comunitários saíram de realidades de total miséria e foram conquistando posições, até chegar à condição de líder de sua comunidade, enquanto outros indivíduos dentro destes mesmos contextos foram tragados pelo sistema miserável de suas vidas.

É no âmbito da cultura que se criam as possibilidades para o sujeito. No entanto as nossas entrevistas revelam as mais diversas possibilidades que cada um foi encontrando como uma forma de fazer face aos embates sociais, formas criativas e heróicas. Não podemos alcançar aquilo que provocou a escolha de cada um. No entanto, fica a observação de que o contexto social não é o único determinante das condições do sujeito.

Acreditamos, porém, que não se deve achar que uma melhor qualidade de vida deva ficar inteiramente à mercê dos atos heróicos dos indivíduos. Pensamos ser necessário que os políticos possam provocar na população um desejo de saber fazer com a política sob pena de se ver a massa tal qual caracterizada por Jean Baudrillard (1985), que fala da apatia das massas como consequência da estratégia do poder de mantê-las passivas para se sentirem seguras; e tal qual Freud (1930), quando falou da miséria psicológica das massas, tendo em vista as autoridades políticas não atenderem às demandas sociais da população.

É evidente que, quanto mais os indivíduos estiverem numa conjuntura de grandes restrições econômicas, num quadro político de desmando, com ausência de dirigentes comprometidos com as causas da população, com uma política distanciada do seu cotidiano, maior o estado de desamparo e, conseqüentemente, escolhas eleitorais mais pautadas em saídas mágicas para os problemas coletivos.

No mundo contemporâneo, o que vemos é um descompromisso, um descaso da maioria dos dirigentes com o conjunto da população, o que nos leva a entender por que, principalmente a população de baixa renda, fala claramente dessa posição de abandonada. Diante desse quadro de abandono, para aqueles que vêm nas

eleições uma possibilidade de mudança em suas vidas, as escolhas são geralmente orientadas em função dos benefícios pessoais tangíveis e imediatos. Como garantia de sobrevivência, faz-se necessário a submissão a essas figuras de autoridade. A fala de alguns entrevistados evidencia esse temor articulado à presença da submissão. Portanto, algumas escolhas eleitorais se dão também movidas por esse sentimento de temor da perda de proteção. Vinculam-se a certos “benfeitores” como forma de garantir um mínimo de estabilidade.

Tomando por base os depoimentos, consideramos, ainda, que a articulação entre identificação e desamparo está presente nos traços que são destacados para escolher o candidato. Esses traços são aqueles que permitem um alento nessa vida, aquilo que indica que a vida terá um rumo menos custoso. O que parece estar presente no imaginário daquele que escolhe um candidato são essas representações, que permitem acomodar o sujeito naquilo que ele representa de um mundo mais seguro. Os relatos demonstram a necessidade de um governante de palavra, que faça o que é certo, dotado de capacidade para eliminar as injustiças sociais e trazer reais mudanças para o cotidiano da população.

As entrevistas puderam detectar que a relação que o eleitor estabelece com a política indica a sua procura por uma entidade simbólica guardiã. Na hora de escolher um candidato, está presente, no imaginário do eleitor, esse lugar do dirigente como aquele que poderia trazer mais proteção.

Tal como Freud aponta, Moore Jr.(1987) vê que a raiz da concepção paternalista de autoridade e a fonte de sua freqüente recorrência, repousam provavelmente na experiência de infância. Uma vez que as crianças iniciam a vida sendo totalmente dependentes dos pais, da autoridade destes, no princípio a fonte de todas as gratificações, demanda a segurança que essa autoridade supostamente provê:

Se tal demanda de uma autoridade difusa e paternalista origina-se da experiência da infância, isso ajudaria a explicar por que é amiúde tão terrivelmente difícil para os seres humanos acreditar que a autoridade vigente é intrinsecamente cruel e maligna. (Moore Jr.,1987 p.48).

A idéia de seguridade e proteção está presente nas mais diversas justificativas para o voto: a indicação de um amigo, do patrão, do vereador do bairro, do assistencialista. Um projeto de vida, uma missão, um vínculo partidário seriam

também formas de atenuar o estado de desamparo, que é próprio da condição humana.

Portanto a posição que um candidato ocupa faz com que este possua a função simbólica de representar aquele que poderá tirar o sujeito do seu inexorável abandono. A sua figura está investida de um imaginário paterno: ele aparece como aquele que pode dar um destino diferente a cada um e, se não dá, é porque é “ruim”.

É muito ilustrativo dessa questão do desamparo percebermos, na fala dos nossos entrevistados, a presença de um contraponto entre os políticos que poderiam ajudar a população e assim não o fazem, e a religiosidade, como forma de os eleitores escaparem desse abandono, fator que indica novamente a dimensão do desamparo como subjacente às escolhas eleitorais. O que, finalmente, buscam, seja por um caminho ou por outro, é uma proteção.

A representação de um Deus que ama a todos de forma igual está presente nos discursos dos nossos entrevistados; há, em certa medida, uma expectativa de que esse *Pai* “desça à terra” na forma de um representante, seja ele político ou religioso. Pensamos que os dirigentes políticos ocupam, no imaginário da população, essa função, mesmo que não estejam correspondendo às demandas dela.

Dessa forma, o candidato que tiver a melhor performance, o discurso mais convincente, os traços que permitam ao eleitor identificá-lo como o que atenderá às suas necessidades ou, ainda, aquele que estiver mais perto da população, principalmente os que fazem uma política mais assistencialista, terão o seu voto.

O que estamos apontando, a partir do que escutamos dos nossos entrevistados, é que essa dimensão do desamparo sempre está presente quando o que está em jogo é o destino de cada um, embora reconheçamos que o contexto histórico e a particularidade de cada sujeito estabelecem formas diversificadas de lidar com este desamparo estrutural.

Perguntamos: a política, nesta perspectiva, poderia mediar um projeto identificatório para as subjetividades, ordenando simbolicamente a vida das pessoas? No pós-guerra, passamos a viver o mundo do bem-estar social, de direitos humanos. Mesmo havendo o desamparo, o sujeito contava com algumas representações universais do Pai, que o consolavam. Nos dias atuais, a política é regulada pelo mercado e esses universais caem por terra. A partir daí surge uma



sociedade de risco. Nela, não existe mais instâncias de proteção a que o sujeito no desamparo extremo, possa recorrer. É o tudo ou nada.

Dessa forma, a ordem política e a governabilidade estão sendo questionadas o tempo todo pelas insatisfações pulsionais das massas. A ordem não é estável e substancial. Essas insatisfações do sujeito são sempre atribuídas à figura do governante, que não teria cuidado devidamente de suas satisfações e de seus interesses. Ou, então, o que significa a mesma coisa, o governante teria cuidado mais das outras individualidades do que do sujeito em pauta. Sendo assim, se delinea de sua figura a imagem mítica do pai, que o discurso freudiano construiu em Totem e Tabu e que retomou em *Psicologia das massas e análise do eu*.

Enuncia-se, então, é a figura do pai como sendo o representante da lei, isto é, a figura do pai devendo realizar a justiça e a distribuição eqüitativa dos prazeres entre os filhos; é o que se espera dele. Na atualidade, a figura do governante não exerce a sua função de legiferar, e o sujeito lhe retira o poder carismático, deslocando-se do projeto identificatório enunciado e se mantendo indiferente ao processo político.

Nesta perspectiva, a governabilidade fica na dependência estrita do líder/Estado saber e poder manejar, com eficácia e perspicácia, essas oscilações constantes entre a força pulsional e a sua simbolização possível, restabelecendo então, um equilíbrio razoável entre as forças pulsionais.

Porém, se o governante não exerce a sua função de mediação, a ordem política tende a ficar ameaçada de desagregação. A proliferação de subgrupos-pequenas hordas - fica cada vez mais constante, como uma forma de proteção, procurando-se construir novos tipos de liderança.

Em cada época, os homens, em sua articulação com a cultura, edificam seus totens e tabus como uma forma de garantir a continuidade da sociedade. Essas construções giram em torno de símbolos transcendentais em nome dos quais eles vão tecendo o seu destino.

Para que servem finalmente as eleições e como os eleitores lidam com ela? As nossas entrevistas indicam que o momento eleitoral parece propor uma *solução coletiva* ao real que está em jogo para cada um. As eleições podem ser um momento de coletivizar um real, essa impossibilidade humana, à qual a vida em sociedade pode vir a dar contornos, engendrando mecanismos que torne o sujeito viável nesse mundo.

As eleições expõem, de modo mais ou menos espetacular, que alguns tiram vantagens, enquanto outros não recebem benefício algum. Observamos que há uma espera, por parte dos eleitores, de que esses benefícios possam chegar para eles, de modo a tornar mais igualitário esse processo coletivo.

Consideramos que o momento de escolha de um candidato envolve desejos e fantasias ligadas a um drama da ordem da existência à procura de uma significação. A escolha de um candidato hoje tem essa dupla vertente: um pouco de esperança sempre renovada e a descrença total. O candidato é aquele que pode dar curso ao projeto de vida de cada eleitor, mas, se não há esperança e se não há projetos de vida, só resta, ao eleitor, barganhar no aqui e agora as sobras de um banquete do qual se sente excluído. O candidato estaria, hoje, na condição de *outro gozador*, que usufrui daquilo que me é inacessível.

A importância de apontarmos a dimensão subjetiva das escolhas eleitorais deve-se ao fato de que ela pode trazer a chave para entendermos por que a população, principalmente aquela que diz não gostar de política, escolhe com base na imagem do candidato, de modo que o enfoque fica em torno das características de sua personalidade e menos nos argumentos da lógica política, estando mais atenta ao espetáculo, ávida por consumir os elementos que lhe permitam gozar mais fácil. Ou seja, a dimensão subjetiva da escolha em função dos atributos simbólicos dos produtos - os candidatos.

O lugar do desamparo como um dos articuladores da subjetividade presente nas escolhas eleitorais permite entendermos também, por que o marketing político investe em certas técnicas que valorizam as qualidades que mobilizam sentimentos, emoções, expectativas e desejos no eleitor, como se o momento eleitoral se transformasse em um Big Brother. Desse modo, as pessoas torcem, brigam, defendem os seus participantes (candidatos), insufladas por gostos que nada têm com a lógica da própria política. Por isso os eleitores escolhem o candidato por meio de uma identificação subjetiva, através de critérios subjetivos, particulares decorrentes do seu juízo de gosto. O candidato passa a encarnar e reproduzir o traço que autoriza o eleitor a se apropriar, a considerar como sua a imagem que lhe permite sentir-se mais completo. Procura, então, uma garantia junto daquele a quem se dirige. É por essa busca de segurança que os eleitores se identificam mais com propostas que indiquem estabilidade e não com aquelas que possam significar o desconhecido. Eles temem um futuro incerto.

A partir dessa perspectiva consideramos importante que os partidos políticos preparem a população para vencer o medo do desconhecido, vencer a política do medo, inculcado amplamente pelo discurso dominante, uma camisa de força sutil, que se utiliza do mecanismo subjetivo do desamparo humano e do sentimento do medo dele advindo, para fins de poder. Esse aspecto diz respeito ao papel que tanto os partidos como os movimentos sociais podem desempenhar como um fator de organização, de politização das pessoas, abrindo um espaço de diálogo e de construção dos aparatos sociais.

Um mundo em que a política não cria recursos que permita ao cidadão dar rumos à sua vida, torna-o desamparado de um Outro social que o sustente. Tal fato é vivido com mal-estar, o que força o sujeito a procurar satisfazer esse vazio por meio de produtos criados pela ciência e tornados mercadorias pelo capital. Na ausência de referentes seguros, vão amparar-se naquilo que promove satisfações imediatas.

Desse modo, a mídia – e particularmente a televisão - vem ocupar esse vácuo deixado pela política e usar os meios de agir sobre o psiquismo, “uma manipulação combinada das imagens e paixões”. (LACAN,1947). Escolhem-se e constroem-se as imagens. Elas são manipuladas, associadas ao manejo das paixões de segurança, fazendo o uso da angústia e do medo do outro.

Não existe mais a *pólis*, como nos lembra Miller (2002). Hoje o que temos mais próximo do sentido de *ágora* é uma *ágora*<sup>25</sup> totalmente nova – a televisão. Cresce, portanto, a capacidade dos candidatos em conquistarem subjetiva e emocionalmente os eleitores, estabelecendo elos simbólicos de identificação.

É notória a diferença de critérios de escolhas quando o eleitor participa da vida política da sua cidade, quando possui algum conhecimento sobre a política, como vimos através dos depoimentos de alguns líderes comunitários, o que mostra a importância que o político deve dar à informação, ao saber fazer com a política, como forma de garantir a democracia.

Entender a dimensão do desamparo permite localizarmos como a dimensão subjetiva interfere na vida política, dando os contornos às inúmeras modalidades de escolhas eleitorais.

---

<sup>25</sup> Agora- Praça das antigas cidades gregas, na qual se fazia o mercado e onde se reuniam, muitas vezes, as assembléias do povo.

Enfim, chegamos à compreensão de que a política deve também valorizar a tese de que o homem surpreende sempre - não se cansa de “dar respostas” - e não pode ser simplesmente “explicado” como se fosse algo fixo, submetido a leis ou desígnios implacáveis. No mundo da história, não há vida, espaços ou estruturas sem sujeitos: eles criam e moldam tudo, ainda que façam isso em contextos (espaços, estruturas, organizações) bem determinados e nem sempre com total controle e consciência.

Até onde as estruturas determinam ou podem restringir o sujeito e sua liberdade? Como pensar a questão da limitação e das escolhas? Esses são temas que, sem a consideração dos sujeitos e do vasto campo das subjetividades, bem como sem a consideração da dialética autonomia-determinação, naufragam num mar de imprecisões.

Na análise das nossas entrevistas, a questão do sujeito e as formas que adota para encaminhar a própria vida em face dos embates sociais, evidenciam essa concepção dos limites e alcance da estrutura na determinação das condutas dos indivíduos.

Através do estudo da dimensão subjetiva do sujeito pudemos, portanto, demonstrar que o desamparo humano, convoca todos a procurar por saídas que permitam a cada um certo amparo, aquilo que denominamos de seu “projeto ordenador”, e que esse fator ordenador é um forte componente na engrenagem das escolhas eleitorais. Dessa forma justificamos a importância da dimensão subjetiva na escolha de um candidato.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Atitudes políticas e tipologia do eleitorado brasileiro**. São Paulo: USP, [19--?].

ALMEIDA, Jorge. **Como vota o brasileiro**. São Paulo: ed. Xamã, 1998.

ALTHUSSER, Louis. **Freud e Lacan, Marx e Freud**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANZIEU, Didier Lê Groupe et al. **l'inconscient: l'imaginaire groupal**. [s. l.]: tempos modernos, 1968. p. 56-73. (Texto de uma conferência feita em 11 de novembro 1965 na Sociedade Francesa de Psicoterapia de Grupo).

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

\_\_\_\_\_. **A Dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

\_\_\_\_\_. **O que é política?** : fragmentos das obras póstuma, compiladas por Ursula Ludz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAUDRILLARD, Jean. **À sombra das maiorais silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENJAMIM, Walter. **História e narração**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: vozes, 1985.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

BIRMAN, Joel. A linguagem na construção da psicanálise. In: **Ensaio de teoria psicanalítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. part. 1.

BROUSSE, Marie-Hélène. **O inconsciente é a política**. Seminário Internacional. Escola Brasileira de Psicanálise - São Paulo: [s. n.; 19--?].

BUARQUE, Critóvam. **A cortina de ouro**: os sustos do final do século e um sonho para o próximo. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1995.

CAILLOIS, Roger. **O mito e o homem**. Lisboa: edições 70, [19--?].

CASSIRER, Ernest. **Ensaio sobre o homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Mônica Mata Machado de. **O comportamento eleitoral no Brasil**: diagnósticos e interpretações-artigo (mimeo).

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**: Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: vozes, 2002. v.1.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. in: **Durkheim**: textos selecionados. São Paulo: abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fonte, 1999.

ECO, Humberto. **Viagem na irreabilidade cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ELIADE, Mircea. **O mito do eterno retorno**. Lisboa: edições 70, 1998.

FLEIG, Mário (Org.). **Psicanálise e sintoma social**. RS: Editora Unisinos, 1993.

FREUD, Sigmund. **Psicología de las masas y análisis Del “yo” (1920)**. Madrid (España): Biblioteca Nueva, 1981. (Obras Completas,v.3)

\_\_\_\_\_. **El Porvenir de Una Ilusion**. Madrid (España): Biblioteca Nueva, [1927].

\_\_\_\_\_. **El Malestar en la Cultura**. Madrid (España): Biblioteca Nueva, [1930].

\_\_\_\_\_. **El porque de la guerra**. Madrid (España): Biblioteca Nueva, [1932].

\_\_\_\_\_. **El problema de la concepción del Universo**. Madrid (España): Biblioteca Nueva, [1932].

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FIGUEIREDO, Rubens; MALIN, Mauro (orgs.). **A conquista do voto**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FORBES, Jorge; REALE JÚNIOR, Miguel; FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio (Orgs.). **A invenção do futuro: um debate sobre a pós-modernidade e a hipermodernidade**. São Paulo: Manole, 2005.

GOLDMAN, Márcio; SANTA'ANNA, Ronald. Teorias, representações e práticas: introdução a uma análise antropológica do voto. In: **Comunicação e política**. Rio de Janeiro: Nova série, 1995. n. 3.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GODELIER, Maurice. A parte ideal do real. In: **Godelier: antropologia (textos selecionados)**. São Paulo: Ática, 1981 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX- 1914-1991**. [s.l.; s. n.], [19--?].

JORGE, Marcos Antônio Coutinho. **Fundamentos de psicanálise: de Freud a Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

KEHL, Maria Rita. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 1, Os Escritos Técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. **O Seminário, livro 2, O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

\_\_\_\_\_. **O Seminário, livro 3, As Psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

\_\_\_\_\_. **O Seminário, livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. **O Seminário, livro 7, A ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LATUSA. A política do medo e o dizer do psicanalista. **Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Rio de Janeiro, ed. Heloisa Caldas, 2004.

LECHNER, Norbert. **Los patios interiores de la democracia: subjetividade y política**. Santiago: FLACSO, 1990.

MAFFESOLI, Michel. **A sombra de dionísio: contribuições a uma sociologia da orgia**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli. **O povo sabe votar: uma visão antropológica**. Rio de Janeiro: vozes, 1998.

MAQUIAVEL, Nicolás Di Bernardo. **O príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, Karl. **Manuscritos económico-filosófico (1844)**. São Paulo: editora Martin Claret, 2002. (Coleção a obra prima de cada autor).

\_\_\_\_\_. e ENGELS, F. **A ideologia alemã (1845)**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1984.



\_\_\_\_\_. e ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.

\_\_\_\_\_. **O capital (livro, vol.1)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

MATOS, Heloísa (org.). **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: página aberta, 1994.

MESAN, Renato. **Freud pensador da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MILLER, Jack Allain. **O outro que não existe e seus comitês de ética**: curso de orientação lacaniana, 1996-97. (não publicado).

\_\_\_\_\_. **A experiência do real no tratamento analítico**. Seminário proferido em 1998/1999.

MOISÉS, José Álvaro. **Eleições, participação e cultura política**. São Paulo: CEDEC, 1990. (Lua Nova, n.22,)

MOORE Jr, Barrington. **As bases sociais da obediência e da revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MORE, Thomas. **A utopia**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política**. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

NICOLAU, Jairo Marconi. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PLATÃO. **A república**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada (Livro 1): o debate contemporâneo**. São Paulo: Ática, 1994.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVEIRA, Flávio Eduardo. **O Novo eleitor não-racional**. São Paulo: USP, 1996. Originalmente apresentado como Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1996.

SOUSA Filho, Alípio de. Medos, **Mitos e castigos: notas sobre a pena de morte**. São Paulo: Cortez, 1995.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1994.

\_\_\_\_\_. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.

Zaluar, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZIZEK, Slavoj. **O mais sublime dos histéricos: Hegel com Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

\_\_\_\_\_. **Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)